

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Memória coletiva e educação patrimonial em uma escola do campo no
município de Viçosa, MG.**

Suely Maria Rodrigues Dias
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

SUELY MARIA RODRIGUES DIAS

Memória coletiva e educação patrimonial em uma escola do campo no município de Viçosa, MG.

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural Paisagens e
Cidadania, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

Orientador: Angelo A. Faria de Assis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D541m
2025
Dias, Suely Maria Rodrigues, 1977-
Memória coletiva e educação patrimonial em uma escola do
campo no município de Viçosa, MG / Suely Maria Rodrigues
Dias. – Viçosa, MG, 2025.
1 dissertação eletrônica (140 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2025.

Referências bibliográficas: f. 119-122.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.197>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Comunidades agrícolas - Viçosa (MG) - História.
2. Memória coletiva - Viçosa (MG). 3. Escolas agrícolas -
Viçosa (MG) - História. I. Assis, Angelo Adriano Faria de,
1971-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural,
Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 307.72098151

SUELY MARIA RODRIGUES DIAS

Memória coletiva e educação patrimonial em uma escola do campo no município de Viçosa, MG.

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural Paisagens e Cidadania, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

Suely Maria Rodrigues Dias
Autora

Angelo Adriano Faria de Assis
Orientador

Essa dissertação mestrado profissional foi assinada digitalmente pela autora em 10/04/2025 às 18:06:52 e pelo orientador em 22/04/2025 às 15:46:47. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **IS5Y.1QKP.9XEW** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, coragem e sabedoria durante toda esta caminhada. Sem a fé não conseguiria ir adiante.

Aos meus pais, José Lino (Lico in memoriam) e minha mãe Maria Madalena, que me incentivaram desde pequena a estudar, a não desistir, a enfrentar tudo com dignidade e honradez, meus exemplos de tudo de bom na vida.

Aos meus filhos, Vinícius e Taís, por sempre acreditarem em mim e por entenderem minhas ausências. Vocês são os elementos da motivação de todas as minhas lutas.

Ao meu marido, Otávio, meu companheiro, por acreditar em mim e, de forma especial ? carinhosa, sempre me incentivar nos meus propósitos.

Ao meu professor e orientador Angelo Assis, grande mestre que me ajudou a construir este trabalho com discernimento, paciência ? confiança ?? longo de todas as atividades.

Aos professores Carolina Capanema, Ana Paula Freitas, Patrícia Vargas, Raquel Lima, Walkíria Martins, Rubens Panegassi, André Luiz de Faria e Priscila Dorella, por todos os ensinamentos compartilhados que tanto ajudaram no meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Aos professores George Coelho e Patrícia Vargas, pela sabedoria e grande contribuição na qualificação que me trouxe muitos aprendizados.

À Milleny, secretária do Departamento de História, pela atenção, presteza e carinho com que sempre me atendeu.

Ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, por esta oportunidade de realização de um sonho.

Aos meus colegas de turma, Renata, Daniela, Ioli, Maria Luíza, Luciano, Jamagde, Valéria, Mônica, Thalita e Amanda. Jamais vou me esquecer do cuidado e carinho de vocês em todas as minhas dificuldades. Vocês foram minha inspiração.

À gestão, professores, funcionários e toda a comunidade escolar da Escola da Colônia, na qual trabalho, pela presteza em me ajudar sempre que precisei. Sem vocês não seria possível esta pesquisa. Minha eterna gratidão.

Em especial aos alunos, familiares da escola e entrevistados, que contribuíram com seus saberes e, com a simplicidade de vocês, trouxeram luz para a minha caminhada. Vocês estarão para sempre em meu coração.

Por fim, a todos que fizeram e fazem a vida valer a pena. A vida presta!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

DIAS, Suely Maria Rodrigues, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **Memória coletiva e educação patrimonial em uma escola do campo no município de Viçosa, MG..** Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

Este trabalho constitui uma pesquisa que teve como objetivo apresentar a memória coletiva da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice, na perspectiva da Educação Patrimonial (EP). Conhecer e valorizar o patrimônio cultural é uma das importantes tarefas do sistema educativo. A presente pesquisa, desenvolvida entre 2023 e 2025, teve como finalidade conhecer a trajetória de pessoas que fizeram e ainda fazem parte da escola e desenvolver práticas pedagógicas que envolvessem a metodologia Educação Patrimonial, possibilitando a valorização cultural e o sentimento de pertencimento dos estudantes. Além disso, objetivou possibilitar aos professores conhecimentos sobre esta prática dentro do processo pedagógico, analisando o modo pelo qual as competências e habilidades necessárias à compreensão do patrimônio cultural são abordadas nos conteúdos e disciplinas trabalhados na escola. O trabalho abordou a EP por meio de entrevistas com gestores, professores, familiares dos alunos, ex-alunos da escola e representantes das Secretarias de Educação, Patrimônio e Cultura do município. Buscou-se, ainda, através de documentos textuais relacionados ao processo histórico da escola, assim como fotografias, conhecer a trajetória da escola desde a fundação até os dias atuais. Essas abordagens tiveram o intuito de entender quais são as noções de patrimônio cultural e patrimonial desses sujeitos e como a prática pedagógica está relacionada ao exercício da cidadania dentro e fora do espaço escolar. O trabalho apresenta como produtos a construção de um livro que recebeu o nome ABC Patrimonial: Memórias Compartilhadas, um curso de capacitação para educadores, e a criação de um Instagram educacional, a fim de conectar e apresentar as atividades desenvolvidas na escola para toda a comunidade escolar. Foi possível constatar que a escola e a rede de educação municipal carecem de formação sobre a EP, pois a escola é um espaço privilegiado para a formação cultural das crianças, sobretudo no desenvolvimento da consciência e de práticas que culminem na preservação cultural. Enfim, a realização deste trabalho demonstrou como as famílias e os alunos se sentem valorizados quando a escola leva em conta a memória e os conhecimentos produzidos pelos seus antepassados e pela comunidade.

Palavras-chave: patrimônio ; memória; identidade; educação patrimonial

ABSTRACT

DIAS, Suely Maria Rodrigues, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **Collective memory and heritage education in a rural school in the municipality of Viçosa, MG..** Adviser: Angelo Adriano Faria de Assis.

This work is a research that aimed to present the collective memory of the Municipal School Professor Paulo Mário Del Giudice, from the perspective of Heritage Education. Knowing and valuing cultural heritage is one of the important tasks of the educational system. The present research developed between 2023 and 2025, had the purpose of knowing the trajectory of people who were and still are part of the school, developing pedagogical practices that involved the Heritage Education methodology, enabling cultural appreciation and the feeling of belonging of students. Furthermore, the aim was to provide teachers with knowledge about this practice within the pedagogical process, analyzing the way in which the skills and abilities necessary for understanding cultural heritage are addressed in the content and disciplines taught at school. The work addressed PE through interviews with managers, teachers, students' families, former students of the school and representatives of the Municipal Departments of Education, Heritage and Culture of the Municipality. It also sought, through textual documents related to the historical process of the school, as well as photographs, to learn about the trajectory of the school from its foundation to the present day. These approaches aimed to understand what the notions of cultural and heritage heritage are of these subjects and how pedagogical practice is related to the exercise of citizenship inside and outside the school space. The work presents as products the construction of a book that received the name ABC PATRIMONIAL: SHARED MEMORIES, a training course for educators and the creation of an educational Instagram in order to connect and present the activities developed at the school to the entire school community. It was possible to confirm that the school and the municipal education network lack training on PE, since the school is a privileged space for the cultural formation of children, especially in the development of awareness and practices that culminate in cultural preservation. Finally, the completion of this work demonstrated how families and students feel valued when the school takes into account the memory and knowledge produced by their ancestors and the community.

Keywords: heritage; memory; identity; heritage education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Última casa de colono da comunidade	25
Figura 2 - Localização da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice na Comunidade Colônia	26
Figura 3 - Espaço onde funcionava a antiga escola em 1955	27
Figura 4 - Antigo engenho onde funcionou a primeira turma das Classes Anexas ao Centro de Treinamento	28
Figura 5 - Primeira turma a se formar nas Classes Anexas	28
Figura 6 - Alunos e professores em 1973	29
Figura 7 - Escola da Comunidade Paiol	30
Figura 8 - Escola Municipal Monsenhor Dimas Guimarães-Comunidade Piúna	31
Figura 9 - E. M. Professor Arlindo de Paula Gonçalves-Comunidade Córrego São João	33
Figura 10 - E. M. Santo Antônio na comunidade Pau de Cedro	34
Figura 11 - Atividades de Agroecologia no contraturno	36
Figura 12 - Atual sede da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice	39
Figura 13 - Escola Itinerante na Comunidade do Pau de Cedro em 2023	48
Figura 14 - Escola Itinerante na Comunidade Córrego São João em 2024	49
Figura 15 - Quadrilha do “Pé Torto” com a participação da comunidade escolar	53
Figura 16 - Cartaz do tema da Festa Junina 2024	55
Figura 17 - Integrantes do grupo de Folia de Reis da Comunidade Nobres	56
Figura 18 - Aluno demonstrando costumes do homem do campo ao rachar a lenha com machado para cozinhar	57
Figura 19 - Fogão a lenha, comum nas casas dos estudantes da escola	60
Figura 20 - Alunos e professores ouvem da funcionária e ex-aluna da escola relatos sobre como funcionavam as dependências da escola	64
Figura 21 - Texto da atividade “Memórias na Caixa”	67
Figura 22 - Alunos do 4º e 5º anos apresentando os objetos da atividade “Memórias na Caixa”	68
Figura 23 - Pais do professor R. na cozinha da escola por volta de 1970	69
Figura 24 - Capela construída para homenagear a mãe do professor R	70
Figura 25 - Fogão da linha vermelha de 1979	71
Figura 26 - Professor R. contando a história e o funcionamento na prática do munho	72

Figura 27 - Alunos usando o grupião, instrumento utilizado para serrar a madeira	72
Figura 28 - Alunos pegando imagens e palavras	101
Figura 29 - Alunos lendo as palavras e colando em ordem alfabética	102
Figura 30 - Pintura da capa do livro	103
Figura 31 - Imagem de um fogão (tarimba)	104
Figura 32- Cartaz de divulgação no grupo da escola	106
Figura 33 - Apresentação do livro <i>ABC Patrimonial: Memórias Compartilhadas</i>	107
Figura 34 - Cursistas montando o mapa conceitual	109
Figura 35 - Cursistas apresentando os mapas conceituais	110
Figura 36 - Visualização da página do <i>Instagram</i> com algumas postagens	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nucleação das escolas na Escola da Colônia	32
Quadro 2 - Professores e seu tempo de atuação na educação	37
Quadro 3 - Professores e o tempo que trabalham na escola	37
Quadro 4 - Códigos dos entrevistados (Educadores)	76
Quadro 5 - Códigos dos entrevistados (ex-alunos e funcionários)	81
Quadro 6 - Código dos entrevistados (período e função)	81
Quadro 7 - Código dos entrevistados (familiares dos alunos)	89
Quadro 8 - Código dos entrevistados (representantes da Secretaria de Educação, Patrimônio e Cultura)	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos por gênero	35
Gráfico 2 - Profissionais da escola	36
Gráfico 3 - Graduação dos professores	38
Gráfico 4 - Pós-graduação dos professores	38
Gráfico 5 - Alunos que utilizam transporte escolar	39
Gráfico 6 - Cor/Raça dos alunos	40

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CEB - Câmara de Educação Básica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CNE - Conselho Nacional de Educação
CRMG - Currículo Referência de Minas Gerais
CTA - Centro de Tecnologias Alternativas
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEP - Escola Nacional de Energia Popular
EP - Educação Patrimonial
FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG - Minas Gerais
MINC - Ministério da Cultura
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais
PNLD - Plano Nacional do Livro Didático
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROERD - Programa de Resistência às Drogas
SEE/MG - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SME - Secretaria Municipal de Educação
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TV - Televisão
UFV - Universidade Federal de Viçosa

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1: PATRIMÔNIO CULTURAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	24
1.1 HISTÓRICO DA ESCOLA	24
1.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS DOCUMENTOS QUE REGEM A PRÁTICA PEDAGÓGICA	40
1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA	46
Capítulo 2: TECENDO MEMÓRIAS, CONSTRUINDO SABERES	52
2.1 UMA VISITA AO PASSADO	61
2.2 MEMÓRIAS NA CAIXA: OBJETOS QUE CONTAM HISTÓRIAS	65
2.3 GUARDIÃO DA MEMÓRIA	68
Capítulo 3: HISTÓRIAS QUE ENSINAM: ENTREVISTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	74
3.1. ENTREVISTA COM A DIREÇÃO, SUPERVISÃO E PROFESSORES	76
3.2 ENTREVISTAS COM EX-ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA	81
3.3 ENTREVISTAS COM FAMILIARES DOS ATUAIS ALUNOS	90
3.4 ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG	94
Capítulo 4: PROPOSTA DE PRODUTO: COLOCANDO A LINHA NA AGULHA	101
4.1 ABC PATRIMONIAL: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS	101
4.2 CAPACITAÇÃO PARA EDUCADORES: TROCA DE SABERES	107
4.3 <i>INSTAGRAM</i> EDUCACIONAL: APROXIMANDO ESCOLA E COMUNIDADE	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	116
REFERÊNCIAS	119

APÊNDICES

A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123
B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM FAMILIARES DOS ATUAIS ALUNOS	126
C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG	127
D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A DIREÇÃO, SUPERVISÃO E PROFESSORES	128
E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM EX-ALUNOS DA ESCOLA	129

ANEXOS:

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	130
ANEXO B - LEIS MUNICIPAIS	138
ANEXO C - PÁGINA DA REVISTA <i>ESCOLA RURAL</i> DE 1962	139
ANEXO D - PÁGINA DA REVISTA <i>ESCOLA RURAL</i> DE 1962 (2)	140

1 INTRODUÇÃO

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

(Saramago, 1998, p. 237)

Por considerar fundamental a compreensão da nossa própria realidade e do nosso papel como indivíduos na construção das memórias e dos espaços, assim como o reconhecimento de nossa responsabilidade no mundo, inicio este trabalho com base nesse pensamento de José Saramago (1998). Para o autor, a memória é essencial para reviver o passado, uma vez que ela preserva as experiências, mesmo apresentando falhas e lacunas quando tentamos recordar o passado.

O artifício da memória nos conecta ao que fomos e com quem estivemos, e nos ajuda a construir uma narrativa coerente sobre nossa existência. Exatamente por isso, a memória é crucial para a formação da nossa identidade, uma vez que nos permite construir um senso de continuidade e entender que somos o resultado das nossas experiências.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1983). Para o autor, a memória não é uma coleção de fatos ou lembrança estática dos acontecimentos do passado. Pelo contrário, ela está em constante evolução, sendo alimentada pelos grupos sociais que as mantêm.

Nora (1983) enfatiza, ainda, que as lembranças não estão imunes a distorções ao longo do tempo, seja pela própria natureza humana, que tende a reinterpretar o passado, seja por influências externas, como ideologias ou narrativas hegemônicas. Nesse sentido, a memória pode ser manipulada de acordo com os interesses de um grupo dominante, o que a torna vulnerável.

Halbwachs (1990) confirma esse pensamento, considerando a memória um processo dinâmico, que a longo prazo é permeada por interpretações sucessivas. Nessa perspectiva, a memória é ressignificada à medida que surgem novos elementos e experiências que vão sendo moldadas por processos históricos e culturais, refletindo nos contextos ao longo do tempo. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de

onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs, 1990, p. 71).

A responsabilidade é o reconhecimento das decisões tomadas e suas consequências para nós mesmos e para os outros. Portanto, sem responsabilidade, a nossa existência não contribuiria positivamente para o mundo ao nosso redor. Por consequência, nota-se que a memória nos fornece o conhecimento e a experiência necessários para tomar decisões responsáveis, ou seja, ela nos ajuda a construir uma existência significativa e ética. A identidade se constrói na memória e tem no passado o seu lugar de construção, daí a necessidade de preservar o passado.

Por que iniciar o trabalho abordando a memória e a responsabilidade? Desde a minha infância, a responsabilidade sempre esteve à frente das minhas ações: responsabilidade em dar conta do trabalho em casa, na roça e nas tarefas da escola. Vivíamos em uma casa de pau-a-pique, sem banheiro, sem água encanada, mas crescemos nutridos de boas memórias a partir das histórias contadas pelo meu pai e meu avô e das atividades realizadas no cotidiano.

Apesar de humilde, minha família sempre fez questão dos estudos. Nossa tarefa era feita à noite com um caderno em cima do banco, ajoelhados no chão, porque não tinha mesa para pôr o caderno. Era da nossa responsabilidade fazer a letra bonita, ler e estudar a tabuada sempre e nunca faltar às aulas. Vale ressaltar que, naquela época, no início do ano as salas estavam cheias, mas, com o passar dos meses, elas iam se esvaziando porque os alunos tinham que trabalhar na roça ou, caso não aprendessem, tinham que sair da escola, pois a repetência os empurrava para fora dos muros escolares.

De lá para cá, muita coisa evoluiu e, a partir da Constituição Federal de 1988, à criança e ao adolescente foram garantidos que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A partir de mobilizações de alguns setores da sociedade, em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse documento veio para criar direitos e dar proteção à criança e ao adolescente.

No contexto da minha trajetória, enquanto estudante e professora de escola situada na zona rural há 27 anos, surgiu o interesse em estudar a Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice. Estudar um lugar, sua trajetória histórica e as relações estabelecidas nessa

construção é algo desafiador, mas também repleto de significados e marcas vividas por outras pessoas que ali deixaram as suas memórias e identidades, sejam elas coletivas ou individuais.

Esta pesquisa, portanto, apresenta um olhar sobre a Educação Patrimonial (EP) na Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice, localizada na comunidade rural denominada Colônia Vaz de Melo, em Viçosa, MG. A análise será desenvolvida a partir da perspectiva de vivências que dialogam com a interação da comunidade escolar, com o resgate histórico da referida escola e com os saberes nela produzidos nas turmas do 1º ao 5º ano.

Na referida escola, as crianças que lá estudam também são advindas de famílias trabalhadoras, que levantam cedo para trabalhar na roça ou na cidade, e diariamente enfrentam inúmeros desafios para estudarem. Apesar de algumas melhorias na educação através de investimentos públicos nesse setor, as quais foram alcançadas por meio de muita luta e mobilização, os estudantes enfrentam desafios significativos, como a longa distância em transportes precários, estradas ruins e períodos de chuva.

Rememorando a minha trajetória escolar e refletindo sobre o espaço escolar com base no patrimônio, na memória e na identidade – pilares deste estudo –, esta pesquisa busca primordialmente possibilitar que as crianças da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice possam realizar uma leitura do mundo que as rodeia, levando-as à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridas. Segundo Parreiras, Grunberg e Monteiro (1999), a EP deve possibilitar a valorização cultural em sua pluralidade e reforçar a autoestima dos indivíduos, já que a preservação do patrimônio se relaciona à complexidade da construção histórica de uma determinada sociedade.

Nesse sentido,

faz-se necessário buscar espaços, mesmo que em trânsito, que promovam uma educação acerca da conscientização, tolerância, e, acima de tudo, promova a (co)existência de elementos pluriculturais. As culturas se mostram como um espaço de troca, constituem, ainda, parte do espaço em que estão inseridas, seja na sua materialidade ou na imaterialidade. Presenciamos seus produtos culturais, a forma como se apresentam e, muitas vezes, o que está por trás disso são os sujeitos e seus saberes empregados na atividade de elaborar determinados itens (Souto Dias Neto; Dias, 2023, p. 552).

Portanto, é fundamental promover estudos que valorizem a cultura e a história da escola e aprofundar reflexões acerca do ensino ofertado aos estudantes, envolvendo toda a comunidade escolar.

Neste estudo, a escolha da Escola Municipal Mário Del Giudice também se deu em razão de sua trajetória institucional. Destaca-se que, da primeira sede, por volta de 1953, ainda restam

vestígios do antigo prédio escolar na paisagem, já que as novas instalações da escola foram construídas ao lado da anterior. As gerações que passaram pela escola, que têm a identidade coletiva marcada pelas vivências do período escolar, contribuirão em demasia para auxiliar no processo de apropriação cultural por parte das crianças. Nessa perspectiva, Arroyo, Caldart e Molina (2004) esclarecem que a escolaridade rural deve ter como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. Desse modo, é importante trabalhar para que, por meio de processos de mediação pedagógica, as crianças possam ter contato com a herança cultural existente com vistas a contribuir com o desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, entender as transformações ocorridas e a história local constitui um importante instrumento de despertar e reavivar a memória, no sentido de perceber os elementos constitutivos da memória, da identidade e do patrimônio de uma coletividade. Assim, um dos desafios para desenvolver a Educação Patrimonial é fortalecer, nos conteúdos escolares, os sentidos e significados fundamentais da vida e da cultura, considerando a escola como patrimônio cultural e educativo.

Para conhecer, se apropriar e confrontar a história da referida escola, foi fundamental traçar uma cronologia desde a sua fundação como Centro de Treinamento para Professores Rurais na cidade de Viçosa, Minas Gerais, que oferecia um ensino voltado para a formação de professoras, até os dias atuais. Essa abordagem seguiu a perspectiva da Educação Patrimonial por meio de uma proposta interdisciplinar de ensino, com o intuito de inserir a discussão e a reflexão do seu legado cultural, a fim de garantir o reconhecimento da trajetória da escola e a importância dos registros históricos no contexto social e cultural.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.¹

Em 1983, foi introduzida no Brasil a expressão Educação Patrimonial, pela diretora do

¹ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

Museu Imperial de Petrópolis Maria de Lourdes Horta, no “I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos”, como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra.

Diante da globalização e da interconexão que caracterizam a conjuntura atual, tem-se a contínua sensação de aceleração do tempo e de um profundo presentismo a guiar as trajetórias sociais (Hartog, 2006). A globalização, combinada ao neoliberalismo e à fluidez do pós-modernismo, gerou a ideia de uniformidade e homogeneidade das trajetórias coletivas. Consequentemente, a busca pela edificação de monumentos nas paisagens e pela difusão de narrativas identitárias no espaço público vão em direção a um movimento de tentativa de grupos para figurarem na dita memória oficial.

Em se tratando de memórias, de acordo com Halbwachs (2013), a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Dessa forma, é preciso destacar a busca pelo reconhecimento de coletividades que se veem à margem das políticas patrimoniais e econômicas do município de Viçosa, MG. Mais do que isso, é preciso ter em mente que a noção de apropriação é um termo primordial nos discursos do Patrimônio Cultural. Afinal, segundo José Gonçalves (1996), apropriar-se de algo implica uma atitude de poder e controle sobre aquilo que é o objeto de apropriação, implicando também um processo de identificação em que um conjunto de diferenças é transformado em identidade.

Conforme aponta Chartier (1990. p. 26), “a noção de apropriação pode ser, desde logo, reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas”. Dessa maneira, a apropriação torna-se uma ferramenta importante para compreender a construção de identidades, considerando diferentes contextos e como grupos sociais variados interagem com os elementos culturais, dando novos significados a partir de suas perspectivas.

A escolha pela Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice se deu pela sua trajetória cronológica e por ela apresentar uma proposta de trabalho que visa à plena formação dos cidadãos. Além disso, a escola valoriza, em suas práticas, as origens das comunidades que a constituem, o que pode ser comprovado após o desenvolvimento desta pesquisa com os professores e com toda a comunidade escolar.

A realização desta investigação justifica-se pela relevância da temática, que propõe a articulação de saberes diferenciados, estimulando um novo olhar para a escola e para o território em que ela está inserida, unindo o conhecimento proposto pelos programas curriculares ao conhecimento tradicional das comunidades e levantando os possíveis desafios da

implementação dessa prática, ainda pouco explorada no âmbito escolar. Resumindo, “muito há o que se fazer em termos de educação para o Patrimônio” (Soares, 2008, p. 8).

Dessa forma, avaliou-se a apropriação cultural pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental com vistas a propiciar um maior reconhecimento à comunidade dos seus bens simbólicos, investigando como os conteúdos relacionados à Educação Patrimonial são trabalhados e como a comunidade escolar constrói esse conhecimento valorizando a cultura local. Além da comunidade local, este trabalho, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, envolveu as demais comunidades dos alunos que são atendidos na instituição estudada. O objetivo desse envolvimento foi fazer com que essas pessoas se identifiquem com o patrimônio cultural local e passem a valorizá-lo como um bem de toda a coletividade.

Para a coleta de informações, foram utilizadas práticas educativas, tais como a realização de oficinas, análises documentais e pesquisa oral, para a rememoração dos saberes tradicionais das localidades pertencentes ao espaço estudado. O tema deste trabalho aborda a memória histórica das comunidades inseridas no espaço pesquisado, em um contexto histórico- cultural e identitário. Assim, a autonomia, a diversidade, a memória, a coletividade e o patrimônio permearam todo o processo, de modo que a apreensão do conhecimento privilegiou a experiência estética e as sensações vivenciadas pela experiência.

Sabe-se que, voltada para as questões ligadas ao patrimônio ambiental e cultural, a EP na escola, em uma perspectiva interdisciplinar de ensino, é um instrumento que possibilita ao indivíduo entender sua trajetória e valorizar a cultura, principalmente quando se trata da sua comunidade e do mundo ao seu redor. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou a importância da EP, abrindo espaço para a sua discussão e valorização.

Destaca-se que, em 1997, com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) por meio da Secretaria de Educação Fundamental, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, no caderno intitulado “Pluralidade cultural e orientação sexual”, um dos objetivos destacados é que os alunos sejam capazes de

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (Brasil, 1997, p. 6).

Desse modo, presente no currículo como tema transversal, a Educação Patrimonial integra-se ao conteúdo de diversas áreas do conhecimento com o propósito de sensibilizar os alunos e a comunidade escolar para conhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural por

meio de atividades pedagógicas e metodologias educativas que envolvem a comunidade local. Assim, desde o início do Ensino Fundamental, os temas transversais devem estar alinhados às disciplinas do currículo, de modo a articular os estudos com a formação cultural, social e cidadã de todos os envolvidos no processo pedagógico.

Em 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, mais especificamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O documento orientador traz as habilidades que devem ser desenvolvidas com os estudantes ao longo de sua vida escolar. Com relação à História, algumas habilidades abordadas trazem à tona trabalhos que podem ser desenvolvidos nas turmas de 1º ao 5º ano que são devidamente pertinentes ao tema da EP.

No Estado de Minas Gerais, o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), referenciado pela BNCC, determina quais são as habilidades que os estudantes mineiros devem desenvolver na escola na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, além das habilidades já mencionadas na BNCC. A partir de então, o Estado determinou que todas as escolas fizessem a revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), alinhando os temas aos conhecimentos produzidos pela comunidade escolar.

Sob esse viés, para alcançar o objetivo proposto desta pesquisa, foram realizadas análises da documentação da escola, entrevistas com famílias, gestores da escola, representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Viçosa (SME), ex-alunos e funcionários. Além disso, fez-se acompanhamento e análise de práticas desenvolvidas pelas professoras do 1º ao 5º ano, bem como dos recursos didáticos utilizados para desenvolver todo o trabalho relativo ao patrimônio cultural e, conseqüentemente, à EP, que é o foco deste trabalho.

Um dos objetivos desta pesquisa foi usar metodologias voltadas para o processo de apropriação, para que os alunos e a comunidade escolar pudessem contribuir para o desenvolvimento local dentro de sua realidade. Cabe ressaltar que a escola atende alunos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, em período integral, vindos de mais de dez comunidades rurais do entorno. Evidencia-se que a população predominante é composta por pretos e pardos (afrodescendentes) e que a maioria das famílias sobrevive da pecuária e da agricultura familiar, sendo que algumas pessoas migram para a cidade todos os dias para trabalhar. Além disso, a escola passou a funcionar em tempo integral a partir do ano de 2013, devido à nucleação de outras escolas que possuíam um número mínimo de alunos para manter o seu funcionamento.

Segundo Delgado (2010, p. 38), “a memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas”. Ela é o elemento que define o autorreconhecimento como pessoa ou como membro de uma comunidade. Adentraremos na discussão da construção da identidade a partir das convivências coletivas e individuais referenciadas pelas vivências e memórias dos sujeitos ao longo do tempo e do espaço. De acordo com Maheirie (2002, p. 41),

a construção da identidade tem a marca da ambiguidade, da síntese inacabada de contrários, daquilo que é individual e coletivo, daquilo que é próprio e alheio, daquilo que é igual e diferente, sendo semelhante a uma linha que aponta ora para um polo, ora para outro. A utilização do conceito de identidade nos permite desvelar os indivíduos, grupos, ou coletividades, localizá-los no tempo e no espaço, ‘identificando-os’ como estes e não outros, mesmo em metamorfose.

Planejar um trabalho significa mapear as ferramentas e os recursos necessários. Esta pesquisa, portanto, organiza-se da seguinte forma: no Capítulo 1 encontra-se a fundamentação teórica, a fim de dar consistência e aprofundamento ao tema deste estudo e trazer abordagens relacionadas ao patrimônio cultural, à memória, à identidade, ao pertencimento, à territorialidade e às suas relações na prática da Educação Patrimonial. Tais relações devem ser construídas de forma coletiva, dialógica e democrática, respeitando os diferentes saberes e valorizando as referências culturais relativas à identidade e à memória dos grupos sociais. O IPHAN, por meio da Portaria nº 137/2016, estabelece as diretrizes para essa área e assim conceitua a Educação Patrimonial:

Art. 2º. Para os efeitos desta portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação².

Destaca-se que os arquivos foram usados com o intuito de se fazer um levantamento do histórico da escola, contextualizado por meio de documentos que fazem parte do seu acervo, ou seja, documentos institucionalizados, como o PPP, Regimento Escolar, entre outros, levando-se em conta todo o contexto educacional, desde a sua fundação até os dias atuais. Assim,

² Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

pretende-se que o conhecimento do passado seja objeto para se entender o presente e que os princípios fundamentais que norteiam a instituição possam ser compreendidos.

Ao entender essa conexão ao longo do tempo, nota-se que a escola pode fortalecer ainda mais os laços com a comunidade escolar, tornando esse espaço ainda mais significativo. Além disso, a escola pode (e deve) estimular os alunos a valorizar e preservar a história da instituição, mantendo viva a memória das realizações e contribuições da comunidade escolar, de maneira a fortalecer a identidade e inspirar futuras gerações. De acordo com Furtado (2011, p. 6),

nestes arquivos encontram-se registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, já fazem parte de uma memória “perdida”, esquecida, porém uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar a qual pertence e identifica com a sua época.

O primeiro capítulo expõe, ainda, o histórico da escola pesquisada, começando pelo contexto da criação da comunidade da Colônia, desde sua fundação como Centro de Treinamento para Professores Rurais na cidade de Viçosa, Minas Gerais, passando pela inserção de outras escolas por meio da nucleação a partir de 2013, até os dias atuais, já com o atendimento a alunos desde a creche até o 5º ano do Ensino Fundamental. Finalizando o Capítulo 1, será discutido o papel dos fundamentos da EP dentro do processo educativo, promovendo a consciência crítica dos alunos sobre a importância do patrimônio e fomentando um sentimento de pertencimento em relação à sua preservação.

Nesse capítulo também serão apresentados os documentos que orientam os currículos das escolas, assim como organizam e estabelecem as diretrizes para a prática pedagógica, integrando diversas áreas do conhecimento. As metodologias utilizadas pelos professores envolverão o estudo do patrimônio, incluindo o respeito à diversidade cultural e a valorização da cultura local.

O Capítulo 2 traz uma discussão sobre o patrimônio cultural, a Educação Patrimonial, suas investigações, os desafios no processo pedagógico e a importância de integrar essa abordagem à prática pedagógica, oferecendo aos alunos a oportunidade de se sentirem pertencentes ao seu entorno cultural, desenvolvendo o seu senso de identidade.

Reconhecer que as heranças históricas estão ligadas à nossa identidade e permeiam as relações que construímos com o lugar onde vivemos está entre os objetivos do ensino de História. Além disso, há que se considerar a importância da valorização e preservação de seus bens culturais por toda a comunidade escolar. Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial pode ser aplicada nas práticas pedagógicas como forma de possibilitar a compreensão do aluno, a fim

de que ele possa identificar os diferentes espaços de convivência e despertar a consciência crítica e o senso de preservação histórica.

Nesse contexto, cabe referenciar o que aponta os PCNs sobre história local: “A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia a dia” (Brasil, 1997b, p. 40).

O Capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada e os sujeitos da pesquisa. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, em que os estudos analisam os acontecimentos ocorridos em determinados tempo, local e cultura. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com coisas que não podem ser medidas, como o que as pessoas sentem, o que querem, o que acreditam e o que pensam.

Já os resultados foram obtidos por meio de entrevistas com professores e gestores da escola estudada, representantes da SME, ex-alunos e funcionários da escola de origem. Além disso, foram feitas observação e análise de práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

No Capítulo 4 são destacadas as práticas e as experiências realizadas, bem como os produtos desta pesquisa, todos relacionados ao patrimônio cultural. Enfatiza-se que, nessa etapa, o tema central é a Educação Patrimonial, que é reconhecida pelo seu amplo potencial em produzir conhecimento na área de História, focalizando os saberes históricos numa perspectiva dialógica entre professores, alunos e toda a comunidade escolar, bem como valorizando a história local, seus bens de natureza material e imaterial, suas manifestações culturais, seus hábitos e costumes.

Nas considerações finais, que finalizam o trabalho, encontram-se algumas conclusões obtidas a partir das informações obtidas por meio do contato direto com os sujeitos participantes desta pesquisa, da análise das fontes históricas e das práticas desenvolvidas que propiciaram aos alunos vivências significativas relacionadas à Educação Patrimonial. Salientamos que os desafios deste tipo de trabalho se dão pela busca de uma intervenção na realidade de instituições escolares que sofrem devido ao esquecimento da memória coletiva e enfrentam uma perda de reconhecimento dos saberes que construíram na prática.

Dessa forma, parte-se do princípio de que é preciso despertar no indivíduo o interesse e a necessidade de se identificar como membro da comunidade na qual está inserido, dando-lhe possibilidades de escolhas que são significativas para o aprimoramento de sua formação identitária. Nessa lógica, destacam-se as expressões imateriais da cultura, que estão associadas

à configuração de processos identitários, seja pelos modos de pensar e fazer seja por aquilo que se refere “ao criar e viver”, tendo em vista o cotidiano das comunidades (Castriota, 2009, p. 347).

Conclui-se que este trabalho foi desenvolvido tendo em mente que, na intervenção pedagógica, os professores devem ser mediadores do conhecimento. Dessa forma, segundo Vygotsky (2007), o ser humano precisa interagir com outros membros de sua espécie, com o meio e também com a cultura, de modo que as relações sociais possam se tornar aprendizado. Essa interação se dá via mediação, a qual é definida pela ação que se interpõe entre sujeito e objeto de aprendizagem. Mais do que isso, somente tomando como base o PPP e desenvolvendo a gestão democrática na cultura escolar foi possível edificar uma verdadeira Educação Patrimonial na escola.

Capítulo 1:

PATRIMÔNIO CULTURAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Este capítulo examina como EP, história, memória e identidade se interrelacionam para formar a base das sociedades humanas. Inicialmente, é pertinente destacar que a maioria das pessoas entende que patrimônio é uma edificação ou monumento de grande valor, dentro de determinado espaço que precisa ser preservado. Além desse entendimento, outras pessoas definem patrimônio como uma herança patriarcal, ou seja, quando os bens materiais dos pais são transferidos para os filhos. Para Smith (2006), o patrimônio não deve ser tratado simplesmente como um objeto ou lugar, pois o patrimônio deve ser entendido como um processo cultural de significados e memória. De acordo com o autor,

Patrimônio é um processo de negociação de sentidos e valores históricos e culturais que ocorrem no âmbito das decisões que tomamos para preservar ou não preservar determinados lugares ou objetos físicos e elementos intangíveis, assim como no âmbito das formas como estes objetos e elementos são então geridos, exibidos ou salvaguardados (Smith, 2006, p. 141).

Patrimônio é um conjunto de bens, sejam eles materiais ou imateriais, que possui significado e valor histórico, cultural, social ou econômico para um grupo ou sociedade. Esses bens são reconhecidos pela sua importância e preservados devido à sua capacidade de transmitir memórias, identidades e referências culturais ao longo do tempo. O patrimônio material inclui monumentos, edificações, obras de arte, sítios arqueológicos, manuscritos, artefatos e documentos. Já o imaterial é composto por práticas, tradições, conhecimentos, práticas culturais e modos de vida que são passados de geração para geração. Dentre as manifestações, pode-se destacar as festas populares, as danças, as músicas, as lendas, a culinária, entre outras.

Focando a questão patrimonial no sentido de discutir a parceria entre a escola e a comunidade por meio de práticas educativas que valorizem a cultura local, iniciamos com um estudo cronológico da instituição em estudo.

1.1 HISTÓRICO DA ESCOLA

A Comunidade da Colônia foi criada em 1915 pelo Governo de Minas Gerais e está localizada aproximadamente a 8 quilômetros do centro da cidade de Viçosa. De acordo com Chrysostomo (2021), as colônias agrícolas sustentaram-se a partir de ideologias geográficas, e

a justificativa para as suas instalações seria a vinda de imigrantes estrangeiros para a cidade, afirmando um ideal de povo que excluía negros e pobres. Na comunidade, é possível identificar os descendentes do alemão Geog Lehner, que chegou ao Brasil em 1922, e de colonos que ali se estabeleceram.

Neste estudo, alguns de seus descendentes, ainda bastante atuantes na comunidade, se fazem presentes através de seus relatos orais sobre a comunidade e a escola, sendo importantes guardiões da memória familiar, escolar e de outros moradores da comunidade.

Figura 1 - Última casa de colono da comunidade



Fonte: Acervo do professor R.

A Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice fica localizada na Colônia Vaz de Melo – zona rural do município de Viçosa, na região da Zona da Mata de Minas Gerais. O conhecimento e o estudo da história dessa escola são primordiais para entender esse espaço como patrimônio cultural material e imaterial para toda a comunidade. Salienta-se que a maior parte das informações obtidas se dão através de relatos orais de pessoas que se dispuseram a recordar as suas trajetórias e relembrar o passado.

No Decreto nº 3.916, do ano de 1952, consta a compra de um imóvel e de verbas destinadas ao Centro de Treinamento para Professores Rurais em Viçosa.

Figura 2 - Localização da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice na Comunidade Colônia



Fonte: *Google Maps*. Acesso em: 30 jul. 2024.

Em meados dos anos 1950, iniciou-se o curso de Treinamento de Professores Rurais, mantido pelo governo estadual da época. Nesse período, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) construiu um prédio de dois blocos, sendo um para alojamento e outro com refeitório, cozinha e escritório. Neles foram implantadas as bases para o Curso de Treinamento para professoras leigas. O aperfeiçoamento era destinado às docentes que atuavam em escolas rurais ou que desejavam atuar, mas que não possuíam formação. O curso era tão procurado que chegou a ter em média 60 alunas cursistas, que ficavam em regime de internato e visitavam as famílias de vez em quando.

O refeitório, o dormitório e a direção funcionavam onde atualmente funciona a Escola Nacional de Energia Popular (ENEP). Vale ressaltar que a fundadora do Centro de Treinamento foi a senhora Helena Antipoff, a qual vinha de tempos em tempos acompanhar o andamento do curso oferecido.

De acordo com relatos, as professoras passavam por uma seleção para entrarem no curso de formação. Algumas escreviam carta para o Centro de Treinamento e eram convidadas a fazer uma prova e, caso fossem aprovadas, estariam aptas a fazer o curso, que tinha duração mínima de seis meses. Outras eram indicadas pelos prefeitos das cidades onde viviam, já que o Centro recebia alunas de diversas cidades mineiras.

Figura 3 - Espaço onde funcionava a antiga escola em 1955



Fonte: Foto tirada pela professora H.

Por volta de 1955, esse local recebeu as Classes Anexas ao Centro Regional de Treinamento de Professores. Essas classes tinham o objetivo de oferecer o ensino para as crianças da região, já que elas tinham que sair da comunidade para estudar na Escola Estadual Coronel Antônio da Silva Bernardes, no centro da cidade.

De acordo com relatos, a primeira turma atendia basicamente filhos de funcionários da escola. Dentre eles, os filhos do Senhor José Rodrigues, do Senhor José Simão, da família Lehner e do Senhor Geraldo Amaral. A turma era pequena e a professora era a dona Helena, sempre muito bem lembrada em todos os relatos, visto que era uma mulher à frente do seu tempo e por vezes viajava à Fazenda do Rosário, em Ibitité, dirigindo um jipe que fora doado à escola pela Universidade Rural de Viçosa.

Cabe destacar que dentro de uma mesma área física havia um contraste na infraestrutura do Centro de Treinamento, que tinha boas acomodações e boa estrutura física. As salas de aula das Classes Anexas para os alunos e para as professoras em formação funcionavam no antigo engenho de cana-de-açúcar e no paiol. As aulas para os alunos menores e para as professoras em formação eram ministradas na mesma sala, porém em horários distintos. Muitas vezes as cursistas recebiam o mesmo nível de instrução, pois algumas não tinham nem mesmo a quarta-série primária.

Figura 4 - Antigo engenho onde funcionou a primeira turma das Classes Anexas ao Centro de Treinamento



Fonte: Acervo do professor R.

Figura 5 - Primeira turma a se formar nas Classes Anexas³

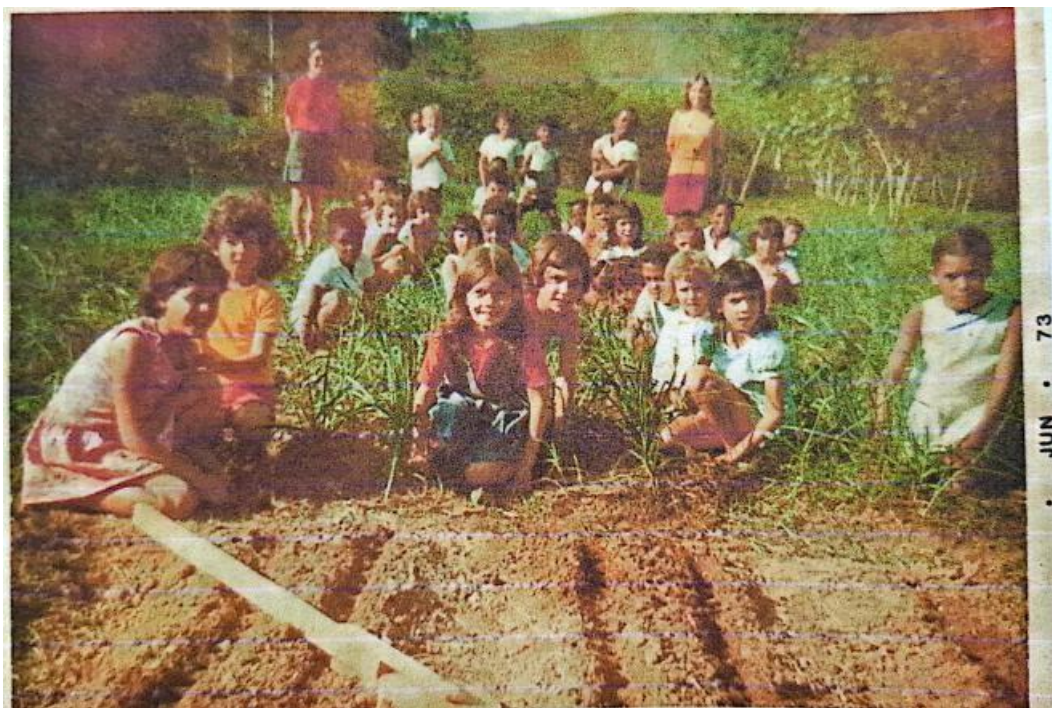


Fonte: Acervo do professor R.

Em 1974, devido à extinção do Centro de Treinamento de Professores, o estabelecimento passou a se chamar Escola Estadual Anexa ao Centro de Treinamento, por funcionar nas dependências do referido centro, absorvendo também seus ex-funcionários.

Figura 6 - Alunos e professores em 1973

³ Além dos alunos, estão presentes o prefeito José da Costa Vaz de Mello e a professora Helena.



Fonte: Acervo do professor R.

Em 1979, o governo mineiro firmou um convênio com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) para que esta, por meio da Fundação Arthur Bernardes, fizesse um plantio de cana-de-açúcar para produzir álcool combustível. Assim, a FUNARBE (Fundação Arthur Bernardes) utilizou-se do casarão para se instalar e a escola passou a funcionar de forma precária no local, antes utilizado como dormitório pelas professoras em formação.

A partir de 25 de junho de 1984, o Estado assumiu toda a escola, que foi nominada “Escola Estadual Professor Paulo Mário Del Giudice”. De acordo com relatos, era uma pessoa desconhecida da comunidade, mas de família tradicional no município, o que atualmente, considerando um pensamento mais reflexivo por parte dos descendentes da comunidade, gera uma discordância, uma vez que a escolha feita não levou em conta a identidade e a história de pessoas que realmente fizeram parte da história local.

Essa ressalva se faz necessária porque a sede foi uma referência para a população local durante muitos anos, pois era ali que chegavam as correspondências do correio, local de realização de campanha de saúde comunitária, de celebrações religiosas e de outras festas da comunidade. Para o professor R., a escola era tão bem referenciada que possuía uma linha telefônica, a qual precisava da telefonista para completar a chamada – coisa muito rara no município naquela época. A instituição possuía uma TV que funcionava por meio de um gerador de energia, a qual foi utilizada para que a comunidade pudesse assistir à Copa do Mundo de Futebol de 1974. A energia elétrica foi instalada em 1976.

Já em 1994, a Resolução nº 7.408/1994, da Secretaria Estadual de Educação (SEE), autorizou a municipalização da escola, que passou a se chamar “Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice”. No ano de 2006, a escola foi amplamente reformada, adequando seus espaços à acessibilidade estabelecidas em lei e assegurando aos alunos e professores melhores condições de trabalho e de estudos.

Em 2008, a escola da Comunidade Paiol foi nucleada e os alunos direcionados para a escola da Colônia. A escola era vinculada à escola da Comunidade Piúna e o imóvel era alugado por um morador da comunidade. A ideia da prefeitura era que a nucleação acontecesse no ano de 2007, mas, por resistência das famílias, ficou por mais um ano funcionando com 13 alunos de 1º a 5º ano, uma docente e uma auxiliar de serviços que cuidava da limpeza e da merenda.

Figura 7 - Escola da Comunidade Paiol



Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Em 2013, a escola incorporou os alunos da extinta Escola Monsenhor Dimas Guimarães, da Comunidade Piúna, dando início à implantação da escola em tempo integral. A escola na época funcionava com dois professores, uma auxiliar de serviços e 27 alunos.

Com a nucleação, desde 2014, no local funciona a Comunidade Terapêutica Divina Providência, que é destinada à recuperação de mulheres dependentes de drogas.

Figura 8 - Escola Municipal Monsenhor Dimas Guimarães - Comunidade Piúna



Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

No ano de 2014, por meio de uma organização da prefeitura que não deu voz às comunidades, outras duas escolas municipais foram nucleadas e levadas para funcionar na escola da Colônia: as escolas da Comunidade Córrego São João e Pau de Cedro. O argumento utilizado pela prefeitura foi o baixo número de alunos e as classes multisseriadas. O Parecer CEB 23/2007⁴ apontou o seguinte:

- É fato que a favor do modelo de nucleação foram alegados vários argumentos:
- * baixa densidade populacional determinando a sala multisseriada e a unidocência;
 - * facilitação da coordenação pedagógica;
 - * racionalização da gestão e dos serviços escolares; e
 - * melhoria da qualidade da aprendizagem.

Mesmo sendo contra o fechamento da escola na comunidade, as famílias não tinham outra opção, uma vez que, vivendo na zona rural, não havia a possibilidade de outra instituição para matricular as crianças. No intuito de conseguir a aprovação dos familiares, o principal argumento utilizado foi a oferta das aulas em tempo integral, pois, assim, os pais poderiam trabalhar e os filhos estariam seguros na escola.

No entanto, a prefeitura não levou em conta as condições das estradas e dos transportes, que até hoje não oferecem a segurança necessária nos ônibus e vans. Além disso, as estradas, que não são boas, ficam intransitáveis em época de chuvas. Se chove à noite, no dia seguinte a

⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

escola está vazia porque o transporte não chega às comunidades. Se chove à tarde e os alunos estão na escola, o transporte os leva até onde é possível e os deixa no meio do caminho. Vale salientar que há alunos de um ano e meio na escola que ficam sob os cuidados dos mais velhos até encontrarem com seus familiares.

Ao nuclear as escolas, o setor público e os interesses políticos não levaram em conta a vivência e a cultura de cada localidade, negando sua identidade e desconsiderando o sentimento de pertencimento ao grupo. Segundo Caldart (2005, p. 116) “toda vez que uma escola desconhece e ou desrespeita a história de seus educandos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tais, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços”.

Quadro 1 - Nucleação das escolas na Escola da Colônia

NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA/ COMUNIDADE	ANO DE NUCLEAÇÃO	NÚMERO DE MATRÍCULAS	DISTÂNCIA DA COMUNIDADE ATÉ A ESCOLA DA COLÔNIA
Escola do Paiol	2008	13	6 Km
E. M. Monsenhor Dimas Guimarães/ Piúna	2013	27	8 Km
E. M. Professor Arlindo de Paula Gonçalves/ Córrego São João	2014	33	8 Km
E. M. Santo Antônio/ Pau de Cedro	2014	29	18 Km

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A escola da Comunidade Córrego São João, onde a pesquisadora lecionou por 19 anos, até um ano antes de seu fechamento, ainda hoje seu prédio se faz presente naquela localidade. A construção, que de acordo com a promessa política da época seria um posto de saúde da comunidade, vive abandonada, cercada por mato e servindo de pasto para cavalos. Dentre as propostas deste trabalho, uma delas é a revitalização do espaço e a apropriação dele pela comunidade, pois ao lado da escola está localizada a igreja católica da comunidade e um pouco mais adiante uma igreja evangélica.

Figura 9 - E. M. Professor Arlindo de Paula Gonçalves - Comunidade Córrego São João



Fonte: Acervo de um morador da comunidade.

A escola da comunidade do Pau de Cedro faz parte da história da pesquisadora enquanto pessoa e educadora, pois foi onde cursou a antiga quarta série em 1987, já que onde morava oferecia somente da 1ª à 3ª série. Esse prédio, diferente da escola do Córrego São João, tem sido um espaço importante para a aprendizagem, conhecimento e socialização das pessoas que vivem na região.

Nesse espaço funciona o Centro Comunitário do Saber, que oferece aulas de reforço para alunos do ensino infantil ao Ensino Médio. As atividades são direcionadas por um mestrando da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob a coordenação de uma colaboradora que abraçou a comunidade. Além das aulas, no espaço são oferecidos cursos e palestras voltadas aos conhecimentos e valorização do homem do campo. Ao lado da escola, fica a igreja católica da comunidade, que é um referencial de fé na vida das pessoas que ali vivem.

Figura 10 - E. M. Santo Antônio na comunidade Pau de Cedro



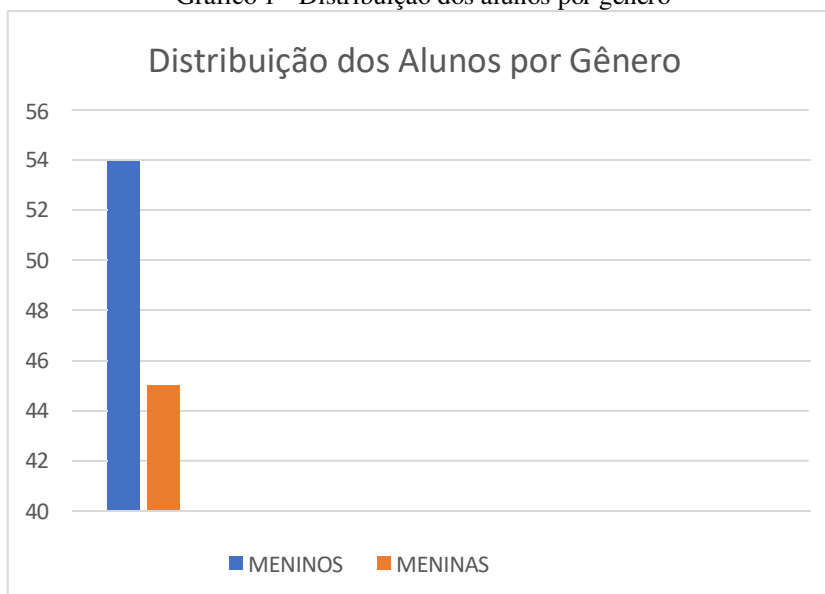
Foto: Acervo de S., moradora da comunidade.

Atualmente, a Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice oferece Educação Infantil, creche, primeiro e segundo períodos para crianças de dois, três, quatro e cinco anos, como também o Ensino Fundamental do primeiro ao quinto ano. A sede atual dispõe de dois blocos distintos interligados por um corredor coberto.

Em um deles, há seis salas de aulas; no outro, tem-se uma cozinha, um refeitório, um auditório, uma sala adaptada para a creche, que recebe crianças de dois anos, uma sala para professores, uma para a diretoria, uma para supervisão, a secretaria e cinco banheiros. Nota-se que a escola tem um espaço físico que favorece a aprendizagem de seus alunos. Na área externa, a escola tem um espaço com jardim, horta, área cimentada para a prática de educação física, um campinho de futebol e um parquinho com alguns brinquedos já bastante velhos.

Atualmente, a escola tem duas turmas multisseriadas: 2º e 3º anos e 4º e 5º anos. Em razão do número baixo de alunos, a Secretaria Municipal de Educação optou por essa configuração. Entre os professores e as famílias, há o temor que a escola seja fechada por essa razão. De acordo com o censo atual, a escola possui 98 alunos matriculados.

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos por gênero



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

As salas de Educação Infantil contam com uma auxiliar para a realização das atividades com as crianças. Em uma classe de Educação Infantil, além da auxiliar, também tem uma auxiliar para acompanhar um aluno que é cadeirante em suas atividades. A escola conta, ainda, com dois auxiliares na limpeza e três auxiliares para o preparo da alimentação dos alunos.

O ensino regular é ministrado no período da manhã, das 7h às 11h20, e no período da tarde, das 11h40 às 16h00, com três turmas agrupadas de acordo com o nível de conhecimento para que o professor possa atuar com reforço/intervenção pedagógica de acordo com as dificuldades dos estudantes. Os alunos também têm aulas de agroecologia, que são acompanhadas por um professor que desenvolve um trabalho com horta e jardinagem.

A escola funciona em tempo integral e tem parceria com a UFV por meio de visitas guiadas a diversos departamentos, em especial ao Departamento de Educação Física, com o Centro de Treinamento Alternativo (CTA), que ministra o Projeto Curupira, voltado à valorização e reconhecimento da identidade, da valorização da cultura negra e do fortalecimento da agricultura familiar.

O PROERD, Programa de Resistência às Drogas, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), faz um trabalho importante com os alunos do 4º e 5º anos. Há, ainda, o Posto de Saúde da comunidade da Barrinha, que faz um trabalho de conscientização quanto à higiene, vacinação e alimentação saudável, por meio de teatros educativos.

Figura 11 - Atividades de Agroecologia no contraturno



Fonte: Acervo da escola (2024).

Gráfico 2 - Profissionais da escola



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na escola, há professores que ultrapassam 40 anos dedicados à educação, alguns com mais de 30 anos de serviços na própria escola. São pessoas que acompanharam boa parte da história da escola e que por elas passaram várias pessoas da mesma família em diferentes gerações.

Quadro 2 - Professores e seu tempo de atuação na educação

PROFESSORES/TEMPO NA EDUCAÇÃO	
Até 5 anos	1
De 6 A 10 anos	2
De 11 a 20 anos	5
De 21 a 30 anos	2
De 31 a 40 anos	2
Mais de 40 anos	1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

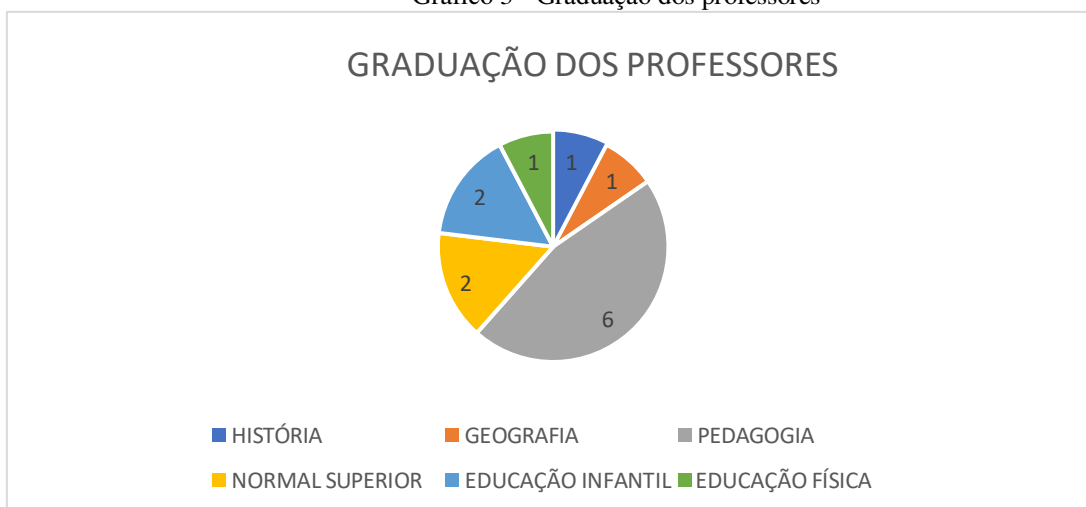
Quadro 3 - Professores e o tempo que trabalham na escola

PROFESSORES/TEMPO NA ESCOLA	
Até 5 anos	8
De 6 a 10 anos	1
De 11 a 20 anos	2
De 21 a 30 anos	1
De 31 a 40 anos	1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

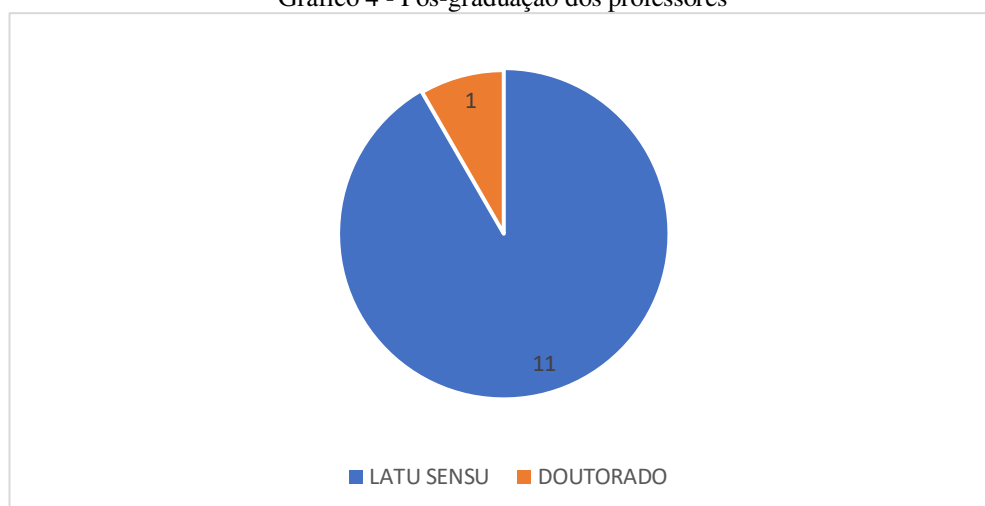
Os professores que atuam na escola da Colônia possuem formação em ensino superior e pós-graduação (Lato sensu e Doutorado), conforme especificado abaixo.

Gráfico 3 - Graduação dos professores



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Gráfico 4 - Pós-graduação dos professores



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

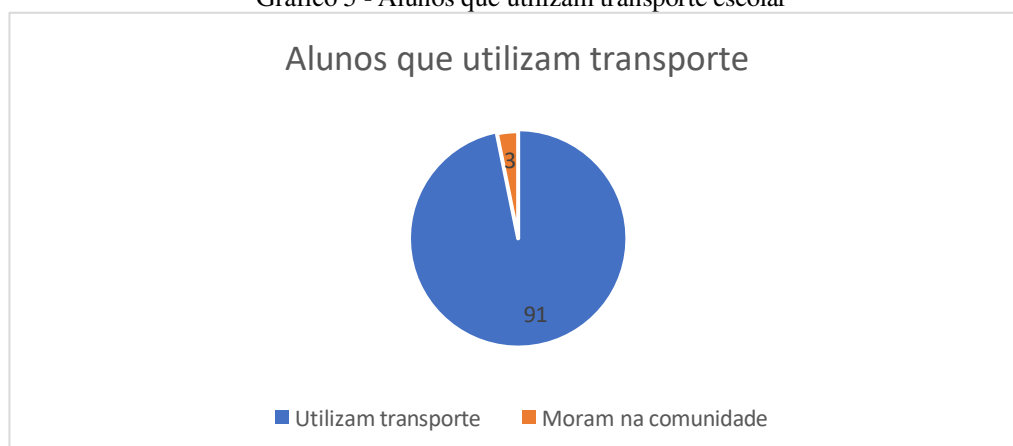
Figura 12 - Atual sede da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A escola atende 18 comunidade rurais, as quais estão localizadas distantes umas das outras e longe da sua sede. Dessa forma, todos os alunos precisam utilizar transporte escolar para o seu deslocamento até a instituição. Com isso, alguns deles precisam estar nos pontos dos ônibus ou das vans às 5h30. Conforme dados obtidos por meio do censo escolar em maio de 2024, apenas três alunos moram na comunidade da Colônia e não utilizam o transporte escolar.

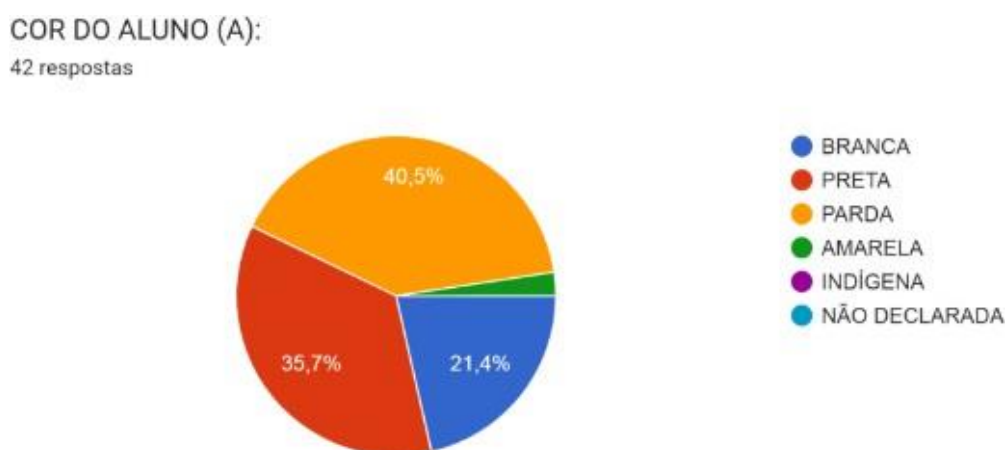
Gráfico 5 - Alunos que utilizam transporte escolar



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

De acordo com o PPP da escola, a maioria das famílias classificaram os filhos de acordo com a cor/raça como sendo negros ou pardos, fato confirmado por Gomes (2017) em seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A Comunidade Negra Rural Pau-de-Cedro: pluralidade espacial, desafios e possibilidades*, que teve como objetivo buscar elementos a fim de pensar tal comunidade como uma possível remanescente de quilombo. Vale ressaltar que a comunidade Pau de Cedro é a mais distante e é a segunda com maior número de estudantes da escola.

Gráfico 6 - Cor/Raça dos alunos



Fonte: Projeto Político Pedagógico (PPP)⁵.

1.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS DOCUMENTOS QUE REGEM A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Educação Patrimonial visa promover o reconhecimento, a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural de uma comunidade ou país. Nesse âmbito, ela envolve tanto o ensino formal quanto o informal, com vista a conscientizar os indivíduos sobre a importância de proteger, preservar e valorizar os bens culturais para as futuras gerações.

A apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio é indispensável para o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento, identidade e cidadania. Nesse sentido, a escola se torna um espaço privilegiado para que, dentro do processo educativo, seja capaz de despertar nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua vida pessoal e coletiva.

⁵ Dados obtidos por meio de um link enviado às famílias para atualização do documento em maio de 2024.

Enfatizamos que a escola em estudo se situa na zona rural e seus estudantes são advindos de 18 comunidades diferentes, o que traz para esse ambiente uma gama de hábitos e costumes diferenciados. Nesse contexto, para iniciar a discussão, faz-se necessária uma reflexão sobre as expressões “educação rural”, “educação do campo” e “educação no campo”. De acordo com Ziech (2017, p. 11),

a expressão educação rural era usada antes da 1ª Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo e, referia-se àquelas pessoas que viviam no meio rural, geralmente excluídas, não recebendo uma educação de qualidade, apenas um mínimo de instrução. Já a expressão educação no campo, refere-se a qualquer educação realizada no espaço geográfico do campo, não tendo, necessariamente, vinculação com as vivências das pessoas que vivem no campo. O currículo não contempla a especificidade das questões do campo. E, por fim, a expressão educação do campo que assume um caráter social fundamental, uma vez que vinculam o currículo às vivências, aos saberes e às exigências dos sujeitos da escola do campo.

Diante dessa diferenciação, destaca-se que duas dessas abordagens fazem parte das práticas educacionais da referida escola, podendo então ser considerada uma escola no campo e do campo. No campo, porque o currículo segue o mesmo calendário para toda a educação do município, e do campo, uma vez que sua proposta pedagógica leva em conta os saberes da comunidade e busca sempre a participação e interação da comunidade nas atividades desenvolvidas. Nessa direção, Arroyo e Fernandes (1999, p. 17) defendem que é crucial

[...] organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem do campo e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura que acontece fora da escola.

Salientamos que a análise dos documentos orientadores da educação nacional – como os PCNs, a BNCC, o CRMG, o Regimento Escolar, o PPP da escola e o calendário escolar – foi de suma importância para orientação e elaboração deste trabalho no que tange à Educação Patrimonial e à abordagem do tema nesses documentos. Não com essa nomenclatura, mas com a proposta de os professores poderem aliar o currículo proposto a essa temática, de forma a levar os alunos e a comunidade a valorizar e preservar o patrimônio local.

Nesse sentido, é preciso rever a função da escola, especialmente daquelas situadas no campo, para que a educação ofertada seja vinculada aos seus saberes e experiências cotidianos.

Na Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, em 1998, evidenciou-se, entre outras demandas, que “a nova geração está sendo deseducada para viver no campo, perdendo sua identidade de raiz e seu projeto de futuro. Crianças e jovens têm o direito de aprender da sabedoria dos seus antepassados e de produzir novos conhecimentos para permanecer no campo” (Kolling; Cerioli; Caldart, 2002, p. 12).

Em 1988, a aprovação dos PCNs foi um divisor de águas para o ensino brasileiro, trazendo na sua temática o respeito à diversidade e aos diferentes contextos locais e regionais. Com a aprovação da BNCC, em 2017, muitas das habilidades foram mantidas, e novos aspectos, práticas e temáticas foram acrescentados para atualizar o trabalho dentro e fora da sala de aula.

Atualmente, os documentos orientadores e norteadores da educação nacional e de Minas Gerais são a BNCC e o CRMG. A BNCC é um documento que orienta as competências, habilidades e aprendizagens essenciais da Educação Básica, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Evidencia-se que o CRMG para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental foi construído a partir da BNCC. Já para a construção do PPP da escola, a BNCC é o documento que direciona e proporciona a organização do currículo escolar. Por meio dele, o documento elaborado pela escola pode levar em conta as particularidades da comunidade escolar atendida, articulando o currículo aos conhecimentos e às vivências da comunidade.

A BNCC inclui a Educação Patrimonial nos componentes curriculares, especialmente nas disciplinas de História, Geografia, Artes e Ciências, podendo ainda ser integrada a projetos interdisciplinares, articulando as diferentes áreas do conhecimento escolar. Isso permite aos estudantes compreenderem a importância dos patrimônios cultural e natural de forma contextualizada e significativa. Ressaltamos que o documento define dez competências gerais para a Educação Básica, e algumas delas podem ser relacionadas à Educação Patrimonial, como

valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Dessa forma, a integração da Educação Patrimonial à BNCC promove um ensino mais rico e contextualizado, o que contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação de seu patrimônio cultural. À escola cabe criar as condições e desenvolver com flexibilidade as práticas pedagógicas que devem ser planejadas com a gestão, coordenação e professores, de modo a atender as necessidades da turma e as estratégias didáticas mais pertinentes.

Reconhecer a pluralidade cultural no currículo escolar, incorporando e valorizando as diferentes culturas, tradições e histórias dos alunos, é essencial para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Ao ter contato com as diversas perspectivas culturais, os alunos, de diferentes origens e lugares, como os do caso da escola em estudo, sentem-se representados e valorizados. Outro ponto importante é a construção de uma visão mais ampla e complexa do mundo, o que reduz preconceitos e estereótipos, promovendo o respeito e compreensão mútua, conforme a habilidade EF05HI04 da BNCC: “Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos”.

Presente no currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a História tem uma importante influência na vida social e escolar das crianças, pois é nessa fase que se constrói a base do conhecimento e se inicia o processo de compreensão das transformações e mudanças que ocorrem na sociedade. Sendo assim, cabe à escola e ao professor a tarefa de diversificar a prática pedagógica, utilizando-se de metodologias e recursos que levem o educando a uma aprendizagem exitosa e significativa, construindo, dessa forma, sua identidade social percebendo-se como sujeito histórico cujo espaço de vivência também faz parte desse processo.

Na BNCC, o objetivo da história é fazer com que os alunos compreendam o passado e a complexidade dos processos históricos de forma crítica, o que contribui para a formação de sua identidade e fomenta a formação de cidadãos conscientes. Esse documento enfatiza, ainda, a importância de estudar e reconhecer a diversidade cultural e étnica, enaltecendo as raízes históricas dos povos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, bem como a apreciação da história local, permitindo que os alunos conheçam e respeitem a história de suas comunidades e de seus antepassados.

Com relação ao patrimônio cultural, a BNCC define que as atividades propostas devem ser significativas para a identidade, a ação e a memória coletiva dos diferentes grupos sociais, promovendo o reconhecimento e o respeito à diversidade e à pluralidade cultural, étnica e religiosa dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, alinhado à BNCC, o Referencial Curricular de Minas Gerais (RCMG) estabelece diretrizes específicas para a realidade local, respeitando as particularidades culturais, históricas e sociais. No que se refere à história e ao patrimônio cultural, o RCMG salienta a importância de valorizar e preservar a herança cultural e histórica do estado.

Em consonância com os documentos oficiais, o PPP da escola em estudo tem como princípio estreitar os laços entre as atividades desenvolvidas na escola e a realidade em que vivem os alunos, estimulando sua autonomia para que sejam capazes de reconhecer e valorizar a história dos seus antepassados na perspectiva de uma formação para a cidadania. Assim,

é importante que o Projeto Político Pedagógico una esforços coletivos em prol da modificação da realidade presente e que se aproxime das necessidades locais e específicas da comunidade em que a escola está inserida trazendo como meta o desenvolvimento da capacidade técnica, intelectual e socioemocional do estudante. Assim, será possível ir de encontro com as diretrizes do Currículo de nosso Estado dentro da perspectiva da Educação Integral e Integrada (Brasil, 2018, p. 549).

Cabe enfatizar que o PPP é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade educacional em que a escola se encontra, ou seja, ele sistematiza, organiza e integra – de forma contínua e, portanto, nunca definitiva – o processo de planejamento democrático e participativo da escola, definindo a ação educativa que se quer realizar. Além disso, destacamos que o PPP é o plano global da escola. Ele apresenta um conjunto de diretrizes organizacionais, operacionais e pedagógicas, as quais expressam e orientam suas práticas, seus documentos e demais planos, como o Regimento Escolar, os Planos de Ensino-Aprendizagem e Projetos Escolares, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nesse contexto, esclarecemos que o PPP da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice foi elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas. Com relação à Educação Patrimonial, observa-se que os documentos oficiais buscam sensibilizar os alunos e a comunidade escolar acerca da importância e valorização do patrimônio cultural e natural para a identidade e memória coletiva, explorando as tradições culturais da comunidade, as festas populares, a culinária e as danças, a fim de incentivar a participação ativa dos estudantes.

Sabe-se que, na educação escolar, os anos iniciais constituem um dos períodos mais importantes na vida de uma criança, pois é quando ela terá sua base de conhecimento, a qual, se feita de modo significativo, levando-se em conta os conhecimentos trazidos de seu convívio na família e na comunidade, possibilitará seu progresso na vida estudantil. Infere-se, portanto, que a História está inserida na grade curricular e deve ter como ponto de partida a compreensão da vida cotidiana e a valorização das experiências de cada aluno e do lugar ao qual pertence.

Presente no currículo escolar como tema transversal, a Educação Patrimonial integra-se aos mais diversos conteúdos das variadas áreas do conhecimento. Nesse sentido, o IPHAN considera ainda que:

Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e

sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas ações do patrimônio cultural⁶.

As diferentes áreas contempladas na BNCC sugerem que as práticas pedagógicas sejam planejadas e que os professores usem diferentes metodologias e fontes, levando o educando a articular os conteúdos aprendidos com o seu contexto de vida. Dentre as diversas fontes, devem-se valorizar as fontes orais e escritas, a cultura material e imaterial. Além disso, o planejamento deve ser orientado pela proposta pedagógica da escola com a participação dos professores e coordenadores da instituição.

Destaca-se que no município de Viçosa, MG, no ano de 2022, foi feita a escolha do livro didático para ser usado em 2023, por meio dos exemplares enviados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Essa escolha é feita de forma democrática e acontece de quatro em quatro anos. Nos anos seguintes, as reposições são efetuadas de acordo com o número de alunos informado pelo censo de cada escola.

Determinou-se, no último ano, que o município faria uma opção única para todas as escolas e a obra escolhida foi *A Conquista* (2021), da editora FTD⁷. Nos livros da disciplina de História do 1º ao 5º ano são trabalhados conceitos-chave como: história, tempo, cronologia, cultura, patrimônio cultural, identidade, memória, política e cidadania. Nos exemplares de História, Geografia e Língua Portuguesa dos anos iniciais do Ensino Fundamental são contempladas diversas habilidades presentes na BNCC que tratam da Educação Patrimonial.

Fazendo um paralelo da realidade atual com a escola para formação de professoras, é possível perceber que, já naquela época, em uma revista chamada *Escola Rural*⁸, de 1962, que tratava de diversos assuntos e tinha o intuito de equipar o magistério mineiro da zona rural para que dessem mais assistência à população não só na educação, mas nos campos da higiene, da economia e do trabalho, trazia também uma relação de livros como sugestão para adoção em escolas rurais. E hoje, ao analisar os documentos oficiais, o PPP e o livro didático adotado pelo município, é possível pensar que o professor tem elementos suficientes, desde que sensibilizado e bem preparado, para desenvolver um trabalho cheio de significado e importância na área do patrimônio, da memória e da identidade. Assim,

⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&Itemid=30192-. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁷ Boulos Júnior, Alfredo. *A conquista: história*. Livro de práticas e acompanhamento da aprendizagem. 4º ano. Ensino Fundamental: anos iniciais. São Paulo: FTD, 2021.

⁸ *Escola Rural* - Revista Trimestral. Meses das edições: março, junho, setembro e dezembro. Órgão da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais. Ano IV- Nº 12, março de 1962.

espera-se que a BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais e o PPP de cada escola indiquem caminhos para que aulas sejam pensadas, planejadas e executadas a partir das premissas do trabalho em grupo, da convivência com as diferenças, da superação dos obstáculos e do exercício pleno da autonomia, garantindo como na imagem a seguir a correlação do currículo com o trabalho pedagógico da escola e seu corpo docente (Brasil, 2018, p. 16).

Considerar o trabalho com a Educação Patrimonial no currículo escolar envolve um olhar constante e articulado para a realidade dos alunos, pois a Educação Patrimonial precisa ser reconhecida. Essa tarefa demanda refletir sobre o processo educativo e estabelecer contato direto com a comunidade na qual os alunos estão inseridos, considerando suas vivências e suas produções numa perspectiva interdisciplinar, despertando a curiosidade sobre o passado para compreender melhor o presente e projetar o futuro (Moraes, 2024).

1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA

(...) pensar em patrimônio agora é pensar em transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é suor, o sonho, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial⁹.

Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura.

A Educação Patrimonial, cujo centro é o patrimônio cultural, é um processo educativo, permanente e sistemático que prioriza o conhecimento e o enriquecimento individual e coletivo. Seu objetivo é envolver crianças e adultos num processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, com o fito de proporcionar geração e produção de novos conhecimentos, preservando e fortalecendo os sentimentos de identidade, pertencimento e cidadania.

O IPHAN, instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional, entende a Educação Patrimonial como

os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão

⁹ Este depoimento de Gilberto Gil encontra-se no artigo Educação e Patrimônio Cultural: por uma nova atitude, de Luiz Fernando de Almeida, publicado na Revista *Por Dentro da História*, ano I, no I, Contagem, Prefeitura Municipal de Contagem *apud* Andrade. O patrimônio na perspectiva da diversidade. In: Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar. Labepeh/UFGM – Secad/ME – CAED/UFGM, 2010.

sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação¹⁰.

A Educação Patrimonial propõe a articulação dos saberes por meio de práticas pedagógicas interdisciplinares e transversais entre as diferentes disciplinas do currículo. No caso das ações na escola, as disciplinas do programa curricular devem ser articuladas aos conhecimentos tradicionais da comunidade, centrando as ações nos espaços de vida, representados pelos territórios educativos. Para Tolentino (2022, p. 110), “o patrimônio cultural está no nosso chão, nos nossos quintais, no meu bairro, na minha comunidade, nas pessoas com quem convivo ou que são referências para mim”.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/1996), em seu art. 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Seguindo o eixo da LDB, as ações de Educação Patrimonial, previstas para o Ensino Fundamental por meio dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), têm como objetivo garantir aos alunos um ensino diversificado, voltado para as características do ambiente em que vivem, bem como para a valorização da cultura regional.

Nesse contexto, a transversalidade, a pluralidade cultural e o meio ambiente permeiam os projetos de Educação Patrimonial e são temas que dialogam diretamente com as questões do patrimônio cultural. Com a essência da interdisciplinaridade, a Educação Patrimonial interliga o conhecimento e a mobilização para a resolução de problemas e conflitos comuns à vida humana, e os diversos componentes curriculares funcionam como um princípio organizador do espaço e do tempo do conhecimento, que somente fazem sentido no ambiente escolar se forem colocados a serviço da democratização do ensino, da justiça social e do pleno desenvolvimento da cidadania.

A partir dos PCNs, os professores foram convidados a não repetir meramente o currículo oficial, mas a desenvolverem, por meio de sua prática, o saber sistematizado pela humanidade a partir das vivências e da realidade local dos educandos. Desse modo, o currículo deve ser articulado aos saberes e fazeres que sejam significativos para a comunidade na qual a escola está inserida.

¹⁰ Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

Na definição proposta por Horta (1999, p. 5), a Educação Patrimonial consiste em “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Sendo assim, um dos desafios dos processos da Educação Patrimonial é alinhar os conhecimentos escolares aos sentidos e significados fundamentais da vida cotidiana. Relacionando o currículo à cultura dos alunos, espera-se que os educandos sejam capazes de refletir, de forma crítica e participativa, sobre si e sobre o mundo que os rodeia, tendo, dessa forma, atitudes propositivas para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa.

Posto isso, a aliança entre a Educação Patrimonial e o currículo escolar culminam no reconhecimento de que os saberes escolares e os conhecimentos da vida se cruzam e se complementam. Além disso, tem-se o propósito de dar às múltiplas identidades uma ideia sem padronização, que leve os indivíduos a cultivar o respeito à diversidade e a valorizar o que os antepassados deixaram como herança.

O sentimento de pertencimento ao lugar onde vive é fundamental para o bem-estar coletivo e individual, sendo essencial para a coesão social e para o engajamento comunitário no reconhecimento e na valorização de suas raízes culturais e na preservação do patrimônio local. Nesse contexto, produzir práticas educativas e associá-las aos espaços de vida e aos bens culturais produzidos pelos grupos sociais significa entender que o patrimônio cultural não está distante do dia a dia e da vida dos estudantes, visto que, habitualmente, o patrimônio é relacionado a edifícios com valor histórico dos centros urbanos e, muitas vezes, as práticas de Educação Patrimonial se resumem a visitas a esses espaços. Exatamente por isso, de acordo com Tolentino (2016, p. 43),

esses estudantes saem do ambiente escolar sem qualquer reflexão sobre suas próprias referências culturais, sobre o local onde moram ou sobre o entorno da escola. A Educação Patrimonial é pensada a partir de um patrimônio cultural já eleito, fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não identifique com esse patrimônio nem se reconheça nele.

Figura 13 - Escola Itinerante na comunidade do Pau de Cedro em 2023



Fonte: Acervo da escola (2024).

Como forma de aproximação dos alunos às comunidades recebidas pela instituição, a escola, por meio do projeto “Escola Itinerante: assim se faz a nossa história”, realiza visitas planejadas às comunidades. Nessas visitas, a comunidade é convidada a expor os trabalhos realizados nas famílias e na comunidade, e sempre fazem uma apresentação cultural comum na localidade. Os alunos são incentivados a conhecer e valorizar os costumes da comunidade visitada e a identificar nos colegas marcas que trazem em seus hábitos na escola que fazem parte da identidade do local onde vivem.

Figura 14 - Escola Itinerante na comunidade do Córrego São João em 2024



Fonte: Acervo da escola

Fonte: Acervo da escola (2024).

Na prática da Educação Patrimonial, os saberes deixam de ter a lógica formal restrita aos muros escolares e passam a compreender a territorialidade dos estudantes, integrando conceitos importantes, como identidade, memória, pertencimento, lugar e território, conectando os conhecimentos escolares com o mundo vivido. Desse modo, a valorização da escola como um patrimônio cultural, o sentimento de pertencimento, a construção e o reconhecimento da identidade local são caminhos fundamentais para o alcance das propostas de uma Educação Patrimonial no processo de ensino e aprendizagem. Como aponta Tolentino (2022, p. 108),

ao falarmos em Educação Patrimonial, devemos levar em conta que ela pode estar presente tanto nas práticas educativas diretamente ligadas à escola, ou seja, no chamado ambiente formal da educação, como também no que se considera como ambiente não formal, que não está relacionado ao ensino sistemático. Aí a educação está presente para além dos muros da escola e pode se dar nos museus, nas praças, no meu bairro, nos quintais, na minha comunidade.

Sabe-se que muitas são as discussões sobre o que é e como se dá a Educação Patrimonial no meio educacional. Mas, afinal, em que consiste essa educação e como articulá-la ao currículo escolar? Para o IPHAN, conforme Portaria nº 137/2016,

Art. 2º. Para os efeitos desta portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu conhecimento, sua valorização e sua preservação¹¹.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial deve ser reflexiva, participativa e crítica. Entende-se, portanto, que ela não deve ter característica passiva e nem opressora, a exemplo do patrimônio elitizado, que já vem predeterminado e restrito apenas à visão contemplativa, como acontece com os grandes casarões e museus, especialmente nos centros urbanos. Para desenvolver a Educação Patrimonial no espaço escolar, o processo educativo deve ser construído de forma coletiva, democrática e, além disso, envolver todos os segmentos da escola: profissionais, alunos, familiares e comunidade em geral. Deve-se, portanto, levar em conta os diferentes saberes, valorizar as culturas, os espaços, a identidade e a memória coletiva desses grupos, dando voz e significado ao patrimônio cultural a que pertencem.

¹¹ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

A escola, por meio de uma gestão democrática e participativa, deve propiciar a toda a comunidade escolar meios para se apropriar, de forma mais vigorosa, do espaço escolar e do seu papel relevante dentro da sociedade na busca diária por ações positivas para os educandos, em especial para os que são oriundos de famílias simples, como é o caso dos alunos da escola da Colônia. Destaca-se que uma escola que tem esse propósito tem valor imensurável para o desenvolvimento de um processo de aprendizagem eficaz e significativo, levando os estudantes a valorizarem e preservarem a identidade de onde vivem, com meios para a melhoria de vida sem perder as suas raízes. Para Brandão (2019), a identidade é a visão que o ser humano tem de si e do grupo ao qual pertence.

Sabe-se que a escola é um dos principais ambientes responsáveis pela formação do caráter cultural do indivíduo. Dessa forma, entender a história de sua comunidade, conhecer os hábitos e os costumes de seus antepassados é imprescindível para formação do senso crítico das pessoas. Essa compreensão é fundamental para que as crianças cresçam e se tornem conscientes da importância de seu papel no âmbito do patrimônio cultural local. Valorizar o patrimônio cultural envolve esforços de toda a sociedade, o que pode se dar por meio da restauração de monumentos e documentos históricos, valorização das tradições orais e realização de eventos nos quais a comunidade possa expor toda a sua cultura e experiência.

Assim, reconhecer que todo indivíduo está envolto no contexto de uma cultura e que ele deve participar da sua preservação e valorização, tendo em vista as heranças e raízes construídas pelas gerações anteriores, com vistas à transformação da sua realidade, com foco nas gerações vindouras, justifica o envolvimento da escola em projetos e práticas que contribuam com a formação crítica dos indivíduos para que estes se reconheçam, apropriem-se e valorizem a memória e a identidade coletiva de sua comunidade.

Dessa forma, a atuação no campo do patrimônio cultural, aliada à Educação Patrimonial na escola, significa trazer para a prática educativa um debate reflexivo, dialógico e crítico, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e considerando os diferentes saberes e olhares e as diversidades, numa perspectiva democrática a serviço da transformação social e da consciência cidadã.

Capítulo 2:

TECENDO MEMÓRIAS, CONSTRUINDO SABERES

Na instituição em estudo, algumas práticas desenvolvidas são importantes manifestações culturais que envolvem apresentações de danças, músicas típicas, culinária, apresentações culturais da comunidade, entre outras. Essas são ótimas oportunidades para os professores potencializarem a aprendizagem dos alunos em diversas áreas do conhecimento e ao mesmo tempo tornar as aulas mais dinâmicas e mais próximas da realidade dos educandos.

Eventos como “O dia de quem cuida de mim”, “Gincana cultural” e a “Festa junina”, são atividades que fazem parte do calendário da escola e são esperados com muita expectativa por toda a comunidade escolar. Dentre os festejos, a festa junina é a mais esperada e a que tem maior participação de todos os segmentos da escola. Os folcloristas descrevem a festa junina como uma antiga tradição surgida na Europa antes mesmo do cristianismo e associada ao trabalho agrícola. Essa prática foi trazida para o Brasil no período colonial e se tornou com o tempo uma das mais importantes comemorações do calendário festivo da Igreja Católica.

O padre jesuíta português Fernão Cardim (1583) descreveu o evento como uma das festividades preferidas dos indígenas, pelas brincadeiras ao redor da fogueira, hábito ainda mantido em diversas regiões brasileiras, como atravessar e saltar sobre as brasas de pés descalços. Tais brincadeiras, danças, os elementos simbólicos como a culinária, estão associados às atividades agrícolas, celebrando a fartura na colheita.

A festa, sempre bem ornamentada e denominada muitas vezes de “arraial”, remete às pequenas vilas e comunidades. Um dos símbolos comuns a toda festa junina são as bandeirolas de várias cores – conhecidas como “bandeirinhas” – que surgiram para prestar homenagem aos três santos “padroeiros” deste festejo (Santo Antônio, São João e São Pedro). Outros elementos comuns são o casamento e a quadrilha apresentados durante a festa. “O ponto mais alto da festa era sempre o espetáculo encenado do *casamento na roça* seguindo pela apresentação da quadrilha, ambos exaustivamente ensaiados pelos grupos de bailarinos com muita seriedade, dedicação e sobretudo, muita diversão” (Teixeira, 2014, p. 66).

Presente em todo o território brasileiro, em Minas Gerais, as festas juninas homenageiam os santos católicos Santo Antônio, São João e São Pedro e são celebradas no mês de junho. No período junino, as paróquias católicas e os fiéis se empenham nas comemorações em homenagem aos santos, com programações que envolvem toda a comunidade para ajudar na preparação das famosas barraquinhas, no intuito de angariar fundos para as obras paroquianas.

As festas apresentam características específicas que são passadas de geração a geração e mantêm a memória dessa cultura importante, com o objetivo de preservar as raízes do povo mineiro. Entretanto, algumas modificações, no intuito de transformar os eventos em atrações turísticas, revelam-se um processo de modificação no produto que é apresentado à população. Com as modificações e transformações no decorrer do tempo, novos aspectos têm sido incorporados, levando a uma reflexão sobre alguns estereótipos e preconceitos presentes nessa manifestação popular e cultural.

Figura 15 - Quadrilha do “Pé Torto” com a participação da comunidade escolar.



Fonte: Acervo da escola (2024).

A figura acima mostra o encerramento da festa junina do ano de 2024 na escola da Colônia. Todos os anos, após as apresentações dos alunos à comunidade escolar, é feita a “Quadrilha do pé torto”, quando todos são convidados a fazer parte de uma quadrilha, escolhendo seu par ali na hora. Nesse momento, adultos, crianças, homens e mulheres se juntam numa grande alegria e vão seguindo os passos que são ditos por um animador, que geralmente é um professor da escola.

Nos anos anteriores não houve questionamentos a respeito da festa junina em relação às suas características e às marcas de sua comemoração. No entanto, atualmente, algumas indagações de caráter religioso, levaram os professores a refletir sobre a sua prática em relação ao tema. Esse fato foi observado não apenas na escola da Colônia, mas nas demais escolas do município e em outras escolas espalhadas pelo país.

Dessa forma, foi necessário um trabalho multidisciplinar com alunos e familiares a fim de mostrar que a festa junina e as quadrilhas juninas são reconhecidas como manifestação da cultura nacional por meio da Lei nº 14.900, de 21 de junho de 2024. Essa festividade acontece em todas as regiões do Brasil e cada localidade incorpora a cultura local, especialmente as zonas rurais, e essa tradição popular reúne as pessoas independentemente da crença religiosa dos participantes.

Além disso, a festa junina contribui para desenvolver habilidades socioemocionais nas crianças. Ao possibilitar a integração entre os alunos, essa festividade estimula competências importantes para a socialização, como a cooperação, a paciência e o respeito. Sendo assim, o trabalho com elementos culturais e regiões diferentes permite desenvolver a empatia, a tolerância e a noção de alteridade entre os estudantes.

A festa junina é um momento valioso para desconstruir estereótipos e não fazer das marcas culturais e históricas elementos que segregam e ridicularizam as pessoas. A ideia é refletir sobre as temáticas apresentadas, colaborando para que os estudantes conheçam mais sobre as diferentes manifestações culturais, bem como os aspectos de nossa história e riquezas. Nesse contexto, vale reforçar com os alunos a importância da valorização do homem e da mulher do campo, afinal é do campo que vêm os alimentos que abastecem a mesa de todos. Por isso mesmo, faz-se necessário contextualizar e enaltecer as vestes utilizadas, refletir sobre a diversidade linguística e a variedade da culinária presente em cada região, que muitas vezes é o mesmo alimento, mas é conhecido por nomes diferentes.

A partir do tema, os professores trabalharam conteúdos relacionados ao meio ambiente, sustentabilidade, agricultura familiar, hábitos e costumes da comunidade, elementos presentes no cultivo da terra no passado e no presente. Para as apresentações, foram preparadas danças relativas ao campo como a mandioca, o milho, objetos utilizados pelo homem do campo e um passeio pelo Brasil através de danças que religam às tradições dos indígenas, portugueses e africanos e das regiões que formam o país.

Para ornamentar a escola, alunos e professores ficam responsáveis pela construção de cartazes. Nessa confecção são utilizadas pinturas, colagens e muita criatividade dentro do tema proposto para cada ano na instituição. A escolha do tema se dá de forma democrática entre a gestão e os professores da escola. No ano de 2024, o tema aprovado foi: “Raízes da terra: Viva as nossas tradições!”

O cartaz principal foi desenhado e pintado por estudantes da escola, sob a supervisão de professores e coordenadoras. Além dos cartazes, outros elementos típicos são utilizados para

ornamentar a festa como: pilão, máquina de costura, balaio, leiteiras e as famosas barracas enfeitadas com tecidos de chita.

Figura 16 - Cartaz do tema da Festa Junina 2024



Fonte: Acervo da escola (2024).

A cultura, portanto, serve como um arquivo vivo das memórias e lembranças de um povo. Por meio das práticas culturais, as sociedades relembram fatos significativos, festejam as conquistas e honram seus antepassados, preservando seus conhecimentos e repensando a história. Para Halbwachs (2013), é na memória coletiva que o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado. Nesse sentido, a memória coletiva é uma forma de história, ou seja, vive na tradição, que é o quadro mais amplo em que seus conteúdos se atualizam e se articulam.

Diferentemente do patrimônio material, essa cultura é transmitida dos antepassados para as novas gerações por meio de relatos orais ou outras formas, como gravações, escritos e filmagens, representando, assim, os elementos intangíveis de uma cultura. Em 1972, em Paris, França, a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” alertou sobre a importância de se proteger o patrimônio cultural, aproximando cultura e natureza nos contextos sociais em que são gerados, considerando como patrimônio as obras do homem e da natureza e destacando a importância de integrar esse patrimônio à vida coletiva (Unesco, 2024).

Em 2003, com a ampliação do conceito de patrimônio cultural pela Unesco, foram incorporadas as “criações do povo” ao patrimônio cultural imaterial, que abrange

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais aos quais estão associados - que as comunidades e grupos e em alguns casos, os indivíduos se reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural (Brasil, 2006).

Nesse contexto, a escola em estudo busca incorporar nas atividades culturais a participação de pessoas e grupos da comunidade por meio de apresentações, com o intuito de valorizar a cultura local e incentivar as gerações atuais a perpetuarem a memória e os conhecimentos de seus antepassados. Durante os festejos da festa junina, foram convidados sanfoneiros e o grupo da Folia de Reis da Comunidade dos Nobres, da qual recebemos alguns alunos. Os componentes do grupo se reconhecem como parte integrante desse patrimônio cultural imaterial, gerando um sentimento de pertencimento e continuidade e promovendo a reflexão sobre o respeito à diversidade e à criatividade humana.

Para os alunos e a comunidade escolar, esse é um momento que compreende um complexo sistema de aprendizado, memória, interpretação e aprimoramento de afetos e sentimentos. “Tem muita coisa que não sabe (o que é a Folia de Reis). É um hino que a gente toca. É um hino de Santos Reis. A gente canta e depende de muita gente pra ajudar (a cantar)”, explica M., que também toca e canta com o grupo. “Na chegada do terreiro, vamos todos adorar. Adorar o menino santo que nasceu pra nos salvar”. (M., integrante do grupo de Folia de Reis).

Figura 17 - Integrantes do grupo de Folia de Reis da Comunidade Nobres



Fonte: Acervo da escola (2024).

Conforme a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹², o patrimônio cultural imaterial, se manifesta nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais

Destaca-se que o conceito de patrimônio cultural é fundamental para a compreensão da memória coletiva e da identidade de um grupo ou sociedade. Desse modo, a cultura atua como um espelho da memória coletiva, refletindo as experiências, os valores e as histórias vivenciadas em grupo. Por sua vez, o modo pelo qual as sociedades se lembram e interpretam o passado diz respeito ao sentimento de pertença e ligação aos costumes, tradições e valores que são herdados das gerações anteriores, definindo, portanto, a sua identidade cultural.

Figura 18 - Aluno demonstrando costumes do homem do campo ao rachar a lenha com machado para cozinhar



Foto: Acervo da escola (2024).

Dentre as apresentações do ano de 2024, as turmas do 4º e 5º anos apresentaram danças que remetiam aos costumes das cinco regiões do Brasil. Para iniciar, ao som da música “Disparada”, de Elba Ramalho e Zé Ramalho, os estudantes se movimentaram no cenário,

¹² Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em 15 ago. 2024.

demonstrando a peneira, o pilão, balaio, chaleira, panela de pedra, machado, foice, enxada, debulhando o milho...

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, afirma que patrimônio cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu valor arqueológico, bibliográfico, etnográfico ou artístico. Segundo o art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, que incluem as formas de expressão, os modos de criar (ciência, artes e tecnologias), fazer e viver, “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Conforme o exposto, nota-se que o artigo 216 define que os bens de natureza material e imaterial compõem o patrimônio cultural brasileiro e se complementam. Para Castriota (2009), o conceito de patrimônio cultural contribui para ampliar a visão, despertando o interesse do indivíduo e a necessidade de se identificar como membro da comunidade, aprimorando a sua formação identitária e exercendo a sua cidadania. Assim, o patrimônio cultural preserva a história e as tradições de um povo, servindo como um elo vital entre o passado, o presente e o futuro e permitindo que as novas gerações compreendam e apreciem a trajetória e a evolução de sua cultura.

No Brasil, o conceito de patrimônio, estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi ampliado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, passando de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

Em função dessa ampliação, nota-se uma maior reflexão sobre o que é patrimônio e sobre sua real importância. É preciso destacar que não só os bens luxuosos, extravagantes, coloniais e ricos merecem ser lembrados e preservados. É necessário conhecer a história dos povos antigos e dos menos favorecidos, ou seja, dos que foram esquecidos pela história. As memórias desses indivíduos precisam ser trazidas para o presente. De acordo com Smith (2006, p. 142),

isso nos ajuda não apenas a definir nosso sentido de identidade, pertencimento e sentido de lugar, mas a negociar e entender os problemas sociais que enfrentamos no presente, ao mesmo tempo em que nos ajuda a analisar os valores sociais e políticos que consideramos importantes para sustentar nossas aspirações quanto ao futuro.

Cabe destacar que muitos grupos, tais como os indígenas, os quilombolas, os favelados, as mulheres, os habitantes da zona rural e outros invisíveis e esquecidos pela sociedade, apesar de sua vulnerabilidade, construíram e constroem memórias, as quais foram criadas a partir de suas lutas para conquistarem seus direitos sociais em determinado espaço. Assim, essas memórias precisam ser passadas para as futuras gerações para que estas valorizem a história, cujos elementos identitários são compartilhados pelo grupo, mantendo então uma ligação entre os cidadãos e suas raízes, o que se reflete em sua formação sociocultural. Infere-se, portanto, que a preservação do patrimônio cultural é crucial para a continuidade da memória e identidade de uma comunidade, pois trata-se de um patrimônio

[...] que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito, a diversidade cultural e a criatividade humana. (Brasil, 2006).

Enfatizamos que a preservação do patrimônio e da memória dos grupos mencionados é uma medida eficaz para garantir que a sociedade possa conhecer a sua própria história e de outras civilizações, mantendo viva a identidade de um determinado grupo ou comunidade. Dessa forma, pode-se reconhecer sua autenticidade cultural, econômica e política, estabelecendo uma conexão entre os diferentes modos de vida, diversidade de saberes, vozes e caminhos, buscando o direito de cada um viver as suas diferenças.

Para Pollak (1992, p. 4), “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”. Dessa forma, torna-se imprescindível reconhecer o patrimônio cultural – sua constituição e sua contribuição – e estudar a importância da memória, seja ela coletiva ou individual. Conclui-se, portanto, que a memória está intimamente ligada à construção da identidade, ou seja, a memória é componente fundamental na formação do sentimento de identidade (Pollak, 1992).

Em um mundo globalizado e cada vez mais digitalizado, percebe-se que o patrimônio cultural enfrenta diversos desafios, como êxodo rural, urbanização acelerada e sem

planejamento, avanço da tecnologia. Dessa forma, as culturas tradicionais vão perdendo espaço, adaptando-se e até mesmo desaparecendo, o que pode culminar na perda de importantes práticas, mas, por outro lado, também pode contribuir para o surgimento de novas formas advindas da junção de elementos tradicionais e modernos. No entanto, a tecnologia digital também oferece novas maneiras de compartilhamento e preservação de memórias, permitindo que comunidades espalhadas pelo mundo se conectem por meio de suas raízes culturais e, juntas, possam trabalhar para a manutenção e revitalização das memórias culturais.

Em uma atividade desenvolvida na turma do 3º ano do Ensino Fundamental, a professora pediu aos alunos que registrassem por meio do celular costumes e hábitos tradicionais de suas famílias. As fotos foram enviadas à professora através de um aplicativo e impressas para exposição e análise da turma. Dessa forma, a professora e os alunos utilizaram-se da tecnologia para promover a aprendizagem e o reconhecimento histórico de objetos e práticas tradicionais que ainda se encontram presentes em muitos lares, em especial na zona rural.

A seguir, temos a foto de um fogão a lenha, objeto que testemunhou muitas transformações dos povos, ajudou na criação de várias gerações e, ao longo do tempo, foi se transformando e se reinventando.

Figura 19 - Fogão a lenha, comum nas casas dos estudantes da escola



Fonte: Acervo de uma aluna (2024).

Constatamos que a cultura e a memória são fundamentais para a construção da identidade coletiva e que as memórias são preservadas nas práticas culturais, passadas para outras gerações e reinterpretadas, mantendo vivos o conhecimento e o legado de um povo. Dessa forma, elas servem de base para a criação e recriação das tradições e expressões de um grupo, promovendo, assim, a diversidade cultural e a preservação das memórias coletivas para as futuras gerações.

2.1 UMA VISITA AO PASSADO

A Educação Patrimonial é uma metodologia educativa que, baseada em práticas pedagógicas significativas, auxilia os educandos e a comunidade escolar a se apropriarem dos seus bens culturais locais, despertando a consciência de preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural. Percebe-se que a maioria dos professores dos anos iniciais desenvolvem atividades que estão intimamente ligadas à Educação Patrimonial, mas que eles não têm um conhecimento profundo dessa prática, o que leva a crer que a educação para o patrimônio precisa ser discutida e pesquisada em todas as escolas. Sobre essa disciplina, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) dizem que a “Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva”.

Nota-se que, apesar de algumas práticas e iniciativas – como visitas a locais fora dos ambientes escolares – darem uma ideia de educação para o patrimônio, elas não são suficientes para o aluno refletir e ter consciência do seu patrimônio cultural e da importância dele para a sua identidade. Sabe-se que a escola é o principal ambiente para a formação de caráter cultural consciente e reflexivo. Assim, estar em contato com outras pessoas, compreender a própria história, a de seus pares, aprender a respeitar as diferentes culturas e valorizar a cultura local, da sua comunidade e de seus antepassados é essencial para a formação do senso crítico dos indivíduos que, quando adultos, poderão ser mais conscientes da sua cultura, reconhecerem-se como parte integrante desse espaço, serem mais participativos, resilientes e tolerantes na sociedade.

No campo do patrimônio cultural, a memória e a identidade são conceitos relevantes no trabalho com a Educação Patrimonial. Tolentino (2013, p. 6) ressalta que

as memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de

organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade.

O sentimento de pertencimento a determinadas práticas sociais, a determinado local e às tradições constitui a identidade do indivíduo e o ajuda a construir diferentes visões sobre sua cultura e sobre a cultura do outro, reconhecendo e respeitando as diferentes identidades. Nesse sentido, a prática da Educação Patrimonial estreita os laços entre os estudantes, os professores e toda a comunidade escolar, ou seja, é nas práticas coletivas que cada um valoriza a herança cultural dos demais, bem como constrói e reconstrói memórias importantes por meio de suas experiências vivenciadas com a família, a comunidade e os seus antepassados.

Os alunos do 2º ao 5º ano da escola da Colônia tiveram a oportunidade de visitar o espaço onde funcionava o Centro de Treinamento para Professores rurais nos anos 1950. Nesse local, ainda há vestígios que podem ser considerados um patrimônio material da comunidade. Cabe ressaltar que, apesar de estarem nessa escola desde a Educação Infantil e de verem aquelas instalações do estabelecimento em que estudam, eles não sabiam que o colégio funcionou naquele local. Uma ex-aluna, atualmente funcionária da instituição, mostrou às crianças onde ficavam as alunas que ali estudavam e relatou o que elas faziam e como era o funcionamento da escola. Destaca-se que nesse espaço, ainda há cadeiras da época da fundação da escola.

Nessa visita, os alunos sentiram-se motivados a fazer perguntas e demonstraram curiosidade acerca dos diversos espaços apresentados. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) propõem uma metodologia de ensino que, explorando o objeto cultural, desdobra-se em quatro momentos que se sucedem, muito embora eles possam se sobrepor.

O primeiro momento é o da observação do objeto, ou seja, quando se propõe que sejam feitos exercícios de percepção sensorial do objeto, em que se identifica sua função e/ou significado social. Nesse estágio, os alunos são incentivados a utilizar os sentidos para perceber o objeto, o que pode incluir sua aparência visual, textura, peso, cheiro e até os sons que possa emitir. Essa prática ajuda a desenvolver a atenção e a concentração e permite que sejam identificados a função e o significado social do objeto. Por exemplo, ao observar um utensílio antigo, os alunos podem inferir sobre o seu uso, o material de que é feito e o contexto cultural e temporal em que foi utilizado. Dessa maneira, a observação é o início de um processo de descoberta e exploração, de levantamento de hipóteses e quando as interpretações começam a se constituir.

O segundo momento é o do registro. Neste, solicita-se a anotação das informações que o próprio objeto oferece. Isso pode ser realizado de diferentes formas e com diferentes níveis

de complexidade, como o desenho, a descrição verbal ou escrita, a construção de maquetes etc. A atividade de registro permite aos alunos que fixem as informações de maneira estruturada, o que facilitará a revisão e uma análise posterior.

O terceiro momento é o da exploração, em que se deseja que o aluno pesquise em outras fontes para completar as informações sobre o objeto. Os alunos são motivados a expandir seu conhecimento inicial por meio de novas pesquisas em diversas fontes, como livros, internet, entrevistas e visitas. As pesquisas complementam as informações observadas e registradas e contextualizam o objeto, dando um panorama mais amplo, como sua relevância histórica, cultural e artística. Nessa etapa são desenvolvidos o pensamento crítico e a análise, levando os estudantes a questionarem e verificarem suas impressões iniciais, considerando, assim, múltiplas perspectivas.

No quarto momento, conduz-se à apropriação. Essa tarefa demanda uma releitura do objeto em diferentes linguagens, esperando-se que o público da ação da Educação Patrimonial faça uma recriação dos significados do objeto e se sinta afetivamente envolvido com ele. Espera-se que os alunos se conectem emocional e intelectualmente com o objeto, envolvendo diferentes linguagens e formas de expressão, como criação artística que reinterpreta o objeto, performances inspiradas no objeto ou na sua história e narrativas que relacionam o objeto a experiências pessoais ou coletivas.

Nesse estágio, a ação educativa internaliza os significados do objeto, reconhecendo a sua importância e valor para a identidade cultural. A apropriação leva à criação de novos significados e interpretações, que podem ser compartilhados e discutidos com toda a comunidade, promovendo um maior engajamento com o patrimônio cultural.

Esses momentos constituem um ciclo educativo que facilita o aprendizado sobre o patrimônio e promove a formação de uma cidadania cultural consciente e ativa. Seguindo essa metodologia, numa primeira etapa, a professora fez alguns questionamentos aos alunos, acerca dos materiais utilizados na construção daquele espaço, como o tijolo. Ela também perguntou se ainda é comum o uso de tijolos daquele tipo nas construções atuais. Além disso, ela quis saber sobre as salas de aula, se elas eram parecidas ou diferentes das que eles estudam.

Após descrever os espaços, conforme solicitado pela professora, os alunos ouviram os relatos da funcionária, que narrou a história da escola. Ela lhes contou que as alunas permaneciam na instituição e lá, além do conteúdo das aulas, aprendiam a plantar, colher, costurar e cozinhar. Além disso, com o passar do tempo, foi criada a Escola Anexa, que passou a oferecer aulas de alfabetização para outras crianças, e essas alunas aprendiam, com suas professoras, a lecionar, tornando-se uma espécie de estagiárias. Partindo de sua experiência de

vida e a de outros indivíduos, através da oralidade, a funcionária revelou aos alunos um pouco do cotidiano e das relações sociais que aconteciam no âmbito da instituição.

Nesse contexto, os alunos são levados à compreensão crítica do passado e sua relação com o presente e o futuro. Nessa perspectiva, os alunos são incentivados a pensar historicamente, compreendendo o valor da memória, da identidade e da cidadania, posicionando-se de maneira reflexiva e construindo narrativas históricas. Assim, o despertar do interesse pela área da Educação Patrimonial passa fundamentalmente por experiências concretas e participativas de aprendizagem (Pinto, 2007).

Figura 20 - Alunos e professores ouvem da funcionária e ex-aluna da escola relatos sobre como funcionavam as dependências da escola



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

De acordo com a BNCC, a habilidade EF03HI04, que tem o objetivo de identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados, contempla essas atividades e incentiva a valorização do patrimônio local por meio de exemplos concretos. Dessa forma, é importante contextualizar a compreensão dos patrimônios históricos e culturais para que se entenda que eles não se limitam ao passado, mas refletem no presente e influenciam o futuro das

comunidades. Esses espaços são testemunhas das transformações sociais, políticas e culturais, e o entendimento de sua importância é crucial para preservar a identidade e a memória coletiva. Infere-se, portanto, que conectar o conhecimento do passado com a sua realidade estimula o senso crítico e reforça a relevância do tema patrimônio cultural, despertando a curiosidade e o interesse dos alunos.

2.2 MEMÓRIAS NA CAIXA: OBJETOS QUE CONTAM HISTÓRIAS

Os objetos possuem uma história muito interessante a ser contada. Guardados ao longo do tempo, eles são um incentivo para resguardar as tradições e as memórias de um indivíduo ou uma coletividade. Guardados em algum lugar, e às vezes até esquecidos, esses objetos, quando reencontrados, carregam em si um enorme valor simbólico, o que faz reviver um tempo que já se foi ou até ser testemunhas de como as práticas e os costumes vão sendo modificados com o passar do tempo. Como o passado não volta, os objetos são materiais tangíveis, por meio dos quais a memória se materializa e permite que o passado seja vivenciado no presente. Dessa forma, Pollak (1992) ressalta que a memória individual e a coletiva se formam a partir de experiências vivenciadas no plano pessoal ou nas interações com o grupo, reforçando o papel da cultura na construção identitária.

A atividade “Memórias na Caixa” surgiu a partir de um estudo em um livro de Língua Portuguesa¹³, adotado pelas escolas municipais, em que o capítulo era intitulado “Memórias da Infância e de História - Objetos que contam História”. Nesse contexto, durante as discussões, os alunos falaram de alguns objetos que tinham em casa, e que a família, principalmente as mães, guardam com carinho. Juntamente com a professora, tiveram a ideia de cada um enfeitar uma caixa e nela colocar um objeto importante da própria infância, mas que não contassem aos colegas qual objeto guardado para que fosse novidade para todos. Em casa, deveriam enfeitar a caixa com os familiares e, enquanto ela estava sendo preparada, deveriam conversar sobre o objeto que seria colocado nela, falar sobre a sua história, em que momento este chegou na sua vida, porque é um objeto que fica guardado, quem estava presente nesse momento e qual a importância dele na sua vida e em sua identidade pessoal.

No dia programado para a abertura das caixas, encontraram-se roupinhas de batizado, roupa que saiu do hospital após o nascimento, sapatinho de lã, brinquedos que guardam desde pequenos, e até roupas que os pais usaram, quando pequenos, e o(a) filho(a) também usou. Cada um teve seu momento de apresentação do objeto, falar sobre ele, sobre a atividade, quem ajudou

¹³ Carpaneda, Isabella Pessoa de Melo. *A conquista: língua portuguesa. 5o ano. Ensino fundamental: anos iniciais*. São Paulo: FTD, 2021.

e o que esse objeto representa em sua vida. Foi um momento muito interessante ver tantas emoções e memórias sendo compartilhadas.

Cada objeto tem narrativa única e nos lembra de como nossas experiências nos moldam. Nesse sentido, essa experiência pode estimular os alunos a terem interesse pela história e apreciarem o objeto como fonte de informações do passado, analisando não apenas o objeto físico, mas também o seu uso, a época em que foi produzido e o contexto histórico em que se inseria, percebendo que a história não é formada apenas por datas e fatos isolados, mas por uma interligação de relações e significados.

Para concluir, a professora reforçou a ideia de que os objetos do passado são fontes de informações valiosas e que, por meio deles, podemos entender como as pessoas viviam, o que elas valorizavam e como se relacionavam com o mundo ao seu redor.

As memórias são parte da nossa identidade e nos ensinam a valorizar o conhecimento e as heranças que nos são passadas desde que éramos pequenos, além de promover muito aprendizado. Nesse sentido,

a história do aluno, da família, do bairro, da cidade, só tem sentido na escola se for uma narrativa em que se estabeleçam conexões com outras dimensões (por exemplo, cultura, língua, direito à alimentação, instituições, valores), acontecimentos que se entrecruzam e temporalidades diversas. Cabe ao educador ajudar as crianças a perceberem conexões entre as trajetórias familiares e a história local, o cotidiano do aluno e a história do país, a cultura familiar e a nacional, entre outras possibilidades (Fermiano; Santos, 2014, p.116).

Após a apresentação do objeto, foi proposto aos alunos que fizessem um relatório escrito sobre a atividade executada. A seguir, o texto de cada aluno passou por uma revisão e reescrita e, finalmente, foi exposto no Varal das memórias em um local em que todos pudessem ver, ler e apreciar (Figura 21).

Figura 21 - Texto da atividade “Memórias na Caixa”

MEMÓRIAS NA CAIXA



Caixa da memória

A caixa da memória é um lugar para descobrir um pouco sobre as coisas do passado e da família.

No dia 21 de maio nós aprendemos uma coisa para nossa mãe contar coisas do que aconteceu no passado. Eu escrevi com a minha mãe e coloquei a cor preferida. Ela gosta da cor rosa e das cores de ficou muito bonito.

Depois nós entregamos no dia 29 de maio. Eu coloquei uma foto do meu batizado e também falei sobre que a minha mãe falou.

Toda mundo contou o que suas mães ou avós contaram. Alguns levaram a foto do batizado.

A caixa da memória é importante para as pessoas saber melhor do passado.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A Educação Patrimonial versa sobre esses tipos de aprendizagens, sejam elas formais ou informais, diretas ou indiretas. Elas servem para que tenhamos sentimento de apego ao que nossos pares nos proporcionaram de conhecimento durante nossa formação enquanto cidadãos; seja pela incorporação cultural, seja pelo domínio dos modos de agir e pensar em determinadas situações ou as formas de nos relacionar com os demais grupos e, até mesmo, na formulação do autoconhecimento.

Nessa atividade foram abordados aspectos que fazem parte do trabalho com a habilidade EF02HI09 de História, que consta na BNCC. A habilidade citada tem o objetivo de identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito familiar e/ou da

comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados. Já a habilidade EF01HI01 tem o propósito de identificar aspectos do seu crescimento, por meio do registro de lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.

Figura 22 - Alunos do 4º e 5º anos apresentando os objetos da atividade “Memórias na Caixa”



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

2.3 GUARDIÃO DA MEMÓRIA

Ter consciência da própria identidade torna os indivíduos resistentes às imposições sociais dos grupos dominantes ou até mesmo das investidas de outros grupos avessos a determinados posicionamentos e ideias. No entanto, essa consciência só é possível onde há uma

preservação dessa identidade, que só acontece mediante a uma memória coletiva desses grupos. Para Halbwachs (1990), salvaguardar a memória é indispensável para a compreensão da identidade de um grupo. Partindo dessa afirmativa, identificamos nas conversas durante as investigações desta pesquisa o professor R., um sujeito que preserva a memória e contribui para a consciência identitária da localidade da Colônia desde a sua fundação, enquanto aluno e filho de antigos servidores da instituição e como professor efetivo da escola desde 2013.

Vale ressaltar que o professor lecionava na escola da Piúna, que foi uma das escolas nucleadas na instituição em estudo. Dotado de um forte senso de pertencimento, o professor nutre uma conexão emocional, cultural, histórica e social com esse espaço, determinado pela familiaridade, memória e afeto que o levam a motivar o cuidado, a preservação e o desenvolvimento local.

Figura 23 - Pais do professor R. na cozinha da escola por volta de 1970



Fonte: Acervo do professor R. (2024).

Partindo da premissa de que a EP, dentro do processo educativo, tem o objetivo de provocar nos alunos a curiosidade e resolver questões significativas para a própria vida, os alunos do 4º e 5º anos fizeram uma visita à casa do professor, que fica próxima da escola. Trata-se de um lugar carregado de memórias e significados. Logo na chegada, o professor fala: “Vocês sabem o que é uma benzedeira? Minha mãe era muito religiosa e também benzedeira. Pra manter viva a memória dela, construí essa capela...” (fala apontando para a construção).

Figura 24 - Capela construída para homenagear a mãe do professor R.



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Relembrar os nossos ancestrais, mantendo viva a sua memória, é entender como as lembranças e situações históricas são influenciadas pelas pessoas adultas de nossa convivência, em especial as mais velhas. Dessa forma, observa-se como foram significativas as memórias repassadas ao professor R. pelas pessoas com as quais conviveu, em especial a sua mãe.

Geralmente, é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa (Halbwachs, 1990, p. 66).

Adentrando à casa, vê-se uma estante contendo um rádio, uma vitrola e uma televisão antiga. Na cozinha há um fogão a lenha, como enfeite, um fogão vermelho e, num outro espaço, uma geladeira, também vermelha, datada de 1979. “Esse fogão pouco foi usado... na época

quem comprava era para demonstrar status... minha mãe gostava mesmo era do fogão a lenha. Na época eram conhecidos como eletrodomésticos da linha vermelha”.

Figura 25 - Fogão da linha vermelha de 1979



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Todos os espaços são tomados por diversas memórias que relembram o passado. Um paiol cheio de milho crioulo, galinhas chocando, um cômodo ao lado da casa cheio de objetos antigos e até um munho de pedra em funcionamento, que ainda faz o fubá para o consumo, com o milho citado acima. Os alunos ficaram surpresos em ver o munho em funcionamento e saber que o fubá demora tanto tempo para ficar pronto.

Enquanto mostrava e explicava cada objeto, R. demonstrava preocupação com todo esse material de grande valia cultural e sentimental, dizendo que fica imaginando o que será de tudo isso quando ele se for, já que ninguém da família tem apreço e apego a esse patrimônio. Os alunos se mostraram curiosos e interessados no que estavam observando. Alguns demonstraram conhecer alguns objetos, como a enchó, um instrumento utilizado para lavar a madeira. Além disso, alguns quiseram utilizar alguns deles, com a orientação do professor.

Figura 26 – Professor R. contando a história e o funcionamento na prática do munho



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Figura 27 - Alunos usando o grupião, instrumento utilizado para serrar a madeira



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Para finalizar, o professor serviu uma deliciosa broa de fubá. “Essa broa é receita da minha mãe.” De acordo com Halbwachs (1990), que considera a memória como uma construção coletiva, preservar a memória é primordial para a compreensão da identidade de um grupo, pois “o grupo, no momento em que considera o seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência da sua identidade através do tempo” (Halbwachs, 1990, p. 87).

Nesse sentido, as experiências e vivências do passado são determinantes para a identidade do indivíduo e suas relações com a sociedade.

Como dito anteriormente, o professor traz enraizado em seus conhecimentos e guardados consigo inúmeros objetos que contam a história no decorrer do tempo. Além dos objetos ligados à família, R. possui um considerável acervo de fotos da escola em questão desde a sua fundação até os dias atuais. Nesse contexto, é notório que o docente cumpre um importante papel na transmissão de conhecimentos dos bens patrimoniais e culturais da família e da comunidade como um todo. Por meio de suas ações, é possível afirmar que seus ideais são valorizar as tradições, colaborar para a preservação da memória e contribuir com o conhecimento, cumprindo, assim, a sua função social.

Salientamos que durante as atividades os alunos puderam observar, registrar, explorar e se apropriar dos conhecimentos, relacionando seu contexto histórico-temporal à sociedade que criou e deu utilidade prática àqueles objetos.

Capítulo 3:

HISTÓRIAS QUE ENSINAM: ENTREVISTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio cultural vai além da construção de monumentos e patrimônios elitizados. Sua construção se dá a partir de significados compartilhados dentro de um determinado grupo, que varia conforme o tempo, as relações vividas e o espaço em que se constrói essas experiências. Nessa perspectiva, compreender as memórias, as tradições, os afazeres, os costumes e as práticas que dão sentido a esse bem traz para o indivíduo o sentimento de pertencimento, afirmando, assim, a sua identidade.

Dentro do processo educativo, baseado no patrimônio cultural, a EP deve ter como propósito conectar pessoas, despertando o reconhecimento e a valorização de memórias coletivas e individuais. Com o objetivo de aproximar ainda mais a escola da Colônia com as comunidades que fazem parte do seu cotidiano, esta pesquisa utilizou como fonte de informações a entrevista, pois, dessa forma, as narrativas coletadas reforçam os vínculos entre as pessoas e seu patrimônio, conectando vivências e histórias coletivas.

Por se tratar de uma técnica que privilegia a investigação de sentido, a entrevista é uma das fontes mais utilizadas nas pesquisas qualitativas. Na abordagem qualitativa, “o foco é no entendimento da necessidade vivencial dos fatos e das relações humanas” (Minayo; Santos, 2018, p. 13). Considerada como uma conversa que pressupõe intencionalidade e foco (Minayo, 2015), a forma de organização para a coleta de informações se deu por meio da entrevista semiestruturada, combinando um roteiro previamente estruturado que permite ao investigador um controle sobre o campo investigado e, ao mesmo tempo, dá abertura ao entrevistado de fazer reflexões livres e espontâneas dentro do assunto abordado.

No contexto da EP, as entrevistas deixam de ser apenas ferramentas metodológicas, mas constituem uma estratégia educativa, uma vez que sua utilização no espaço escolar pode conectar gerações, estimular o protagonismo, desenvolver o pensamento crítico e incluir narrativas marginalizadas.

As entrevistas foram feitas com gestores, professores, pessoas da comunidade e pessoas que em algum momento tiveram suas vidas ligadas à história da escola. Cabe ressaltar que a coleta de dados se iniciou após a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

Aos participantes, foi esclarecido que a sua participação seria voluntária e que poderiam interrompê-la a qualquer momento, sem qualquer dano ou prejuízo. Todos assinaram o Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com as devidas considerações éticas, as entrevistas buscaram garantir a confidencialidade e o anonimato, respeitar as crenças culturais e religiosas e evitar qualquer tipo de dano ou exploração.

Salienta-se que, por se tratar de uma escola situada em um espaço rural, que recebe diversas outras comunidades rurais, os alunos são oriundos de famílias simples, e a pesquisa revelou uma história de pessoas e comunidades que não está escrita em nenhum documento oficial. Nesse sentido, além de outras fontes de pesquisa, a entrevista gravada foi utilizada para colher depoimentos desses sujeitos cheios de saberes e experiências. De acordo com Ferreira (1998, p. 4), “a coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 40 com o jornalista Allan Nevins, que desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos”.

As entrevistas forneceram um rico material que subsidiou e fomentou as discussões. Para as discussões foram selecionados os trechos que referiam explicitamente ao processo da pesquisa. Foram feitas análises de documentos textuais relacionados ao processo histórico da escola, assim como de fotografias, a fim de verificar toda a trajetória da escola, desde a sua fundação até a conjuntura atual. Essas abordagens tiveram o objetivo de entender quais são as noções de patrimônio cultural e Educação Patrimonial desses sujeitos, e como a prática pedagógica está relacionada ao exercício da cidadania dentro e fora do espaço escolar.

Assim, os documentos gerados pela atividade humana e por determinadas organizações são importantes recursos para o registro da história e da memória da humanidade. Antes mesmo do surgimento da escrita, o homem já registrava os eventos cotidianos com desenhos e símbolos. De acordo com Richter, Garcia e Penna (2004, p. 25), o desenvolvimento dos suportes da escrita se deu por meio de “pedra, tabletes, argila, tabuinhas de madeira, papiro, pergaminho, até o papel e documentos digitais”.

Vale ressaltar o papel da memória como fonte de pesquisa relacionada às vivências e experiências. Estas, convertidas em fontes somadas aos documentos escritos, possibilitam o entendimento das relações sociais, dando voz a esses arquivos vivos, que guardam lembranças da História da educação local. Sobre essa questão, Lucien Febvre (*apud* Le Goff, 1996, p. 540) afirma que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos.

Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Dessa forma, buscou-se, por meio deste trabalho, conhecer as práticas pedagógicas dos professores no que diz respeito ao ensino do patrimônio cultural. Pretendeu-se, ainda, oferecer minicursos sobre patrimônio cultural para formação dos professores, a fim de que possam conhecer mais sobre o assunto e propor ações educativas aos alunos e à comunidade. Desse modo, infere-se que é preciso buscar meios para incluir essa temática no conteúdo interdisciplinar em sala de aula e analisar os possíveis impactos que a Educação Patrimonial e cultural pode trazer para a vida de toda a comunidade escolar.

3.1. ENTREVISTA COM A DIREÇÃO, SUPERVISÃO E PROFESSORES

As entrevistas ocorreram na escola ou em suas casas, devido à dificuldade em que ela ocorresse durante o período das aulas, em razão de toda a dinâmica da escola. Os educadores entrevistados são das turmas de 1º ao 5º ano. Para a análise dos dados coletados e pela ética da pesquisa, os participantes receberam um código conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Códigos dos entrevistados (educadores)

Entrevistado	Código
Educador 1	EDUC*1
Educador 2	EDUC*2
Educador 3	EDUC*3
Educador 4	EDUC*4
Educador 5	EDUC*5

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os professores foram convidados pessoalmente ou via mensagem de WhatsApp. Todos os educadores convidados se mostraram disponíveis em participar, de modo que não houve nenhuma resposta negativa. Foi informado ainda que, caso se sentissem desconfortáveis com alguma pergunta ou não quisessem responder, poderiam ficar à vontade.

Ao serem perguntados sobre o que é patrimônio cultural, percebeu-se que os professores possuem perspectivas complementares sobre o que é patrimônio cultural, evidenciando diferentes ênfases em suas reflexões, como demonstrado nas falas abaixo:

“Primeiro, tenho que buscar o que é patrimônio cultural. No livro das crianças, falando sobre patrimônio. Primeiro, vamos saber o que é patrimônio. Para mim, as partes da cultura do povo, é tudo do saber do povo, da cultura do povo” (EDUC *1).

(...) é o patrimônio, é um patrimônio de todos, que todos podem usufruir, mas eles têm direitos, mas também dever de zelar pelo... por esses espaços, por esses ambientes, materiais né, também não precisa ser somente espaço, a construção em si, mas também pode, pode ser objetos, eu entendo pode ser objetos que é público, que é de todos e que todos devem cuidar muito bem desses espaços. por exemplo, as praças, própria escola, eh, ruas estradas, eh, iluminação (EDUC *3).

Percebe-se que o EDUC *1 compreende que patrimônio cultural é o que vem do povo, destacando aspectos tangíveis e identitários. O educador enfatiza, ainda, que o patrimônio está enraizado nos saberes e tradições comunitários. Essa visão está alinhada ao patrimônio imaterial, que inclui as práticas, conhecimentos e modos de vida das pessoas.

Já o EDUC *3 aponta uma abordagem mais normativa sobre esse aspecto. Ele reconhece o patrimônio coletivo de uso e responsabilidade de todos, incluindo tanto os bens materiais (espaços, construções, objetos), quanto espaços públicos, como praças e escolas. Esse educador ressalta também o dever de cuidar e preservar, apontando uma perspectiva cidadã, que todos têm direitos e responsabilidades em relação ao patrimônio.

Dessa forma, ambas as falas contribuem para uma visão integrada, mostrando que o patrimônio cultural abrange tanto os saberes e tradições do povo quanto os espaços e bens que sustentam o bem-estar coletivo. Para abordar o tema em suas aulas, os professores disseram partir do livro didático ou explanam em suas aulas sobre o cuidado e preservação dos bens públicos.

- “Eu falo com eles que a carteira é deles, a escola, o transporte, é tudo público... e é patrimônio que deve ser cuidado pra gente usufruir e deixar bom para os outros que vierem depois” (EDUC *3).
- “Então, a gente vai fazer um estudo no livro, primeiro no livro didático, e depois a gente vai pegar o dicionário para ele saber o que eles sabem daquilo sobre patrimônio. Vocês já ouviram falar, ou se não, a gente vai buscar as respostas” (EDUC *1).

Refletindo sobre as diferentes formas de mediação pedagógica e valorização coletiva do patrimônio cultural, os relatos revelam abordagens distintas, mas complementares sobre esse conceito. O EDUC *3 aborda o tema na perspectiva de construir uma consciência cidadã e

prática, relacionando o cotidiano dos alunos aos bens públicos. Através de uma conexão entre o uso diário e as futuras gerações, a abordagem valoriza o patrimônio em seu aspecto material e funcional, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade social.

Por outro lado, o EDUC*1 revela uma abordagem mais investigativa e exploratória dentro de sua prática pedagógica. Utilizando como ferramentas o livro didático e o dicionário para estimular a curiosidade e o aprendizado, ele promove uma construção ativa e reflexiva do conhecimento, por meio da busca coletiva e colaborativa de respostas sobre o tema estudado. Nesse sentido, o EDUC*1 constrói com os alunos uma base conceitual sólida, possibilitando que desenvolvam um olhar crítico e ativo sobre o seu papel na preservação e valorização do patrimônio, enquanto o EDUC*3, estabelece uma ligação entre o que é direito e dever com os bens de uso comum.

Quando perguntados sobre os principais objetivos ao trabalhar a EP com as crianças de 1º ao 5º ano, os educadores relataram a importância de aproximar os conteúdos trabalhados com os conhecimentos trazidos pelos alunos e pela comunidade.

...é, meu objetivo principal é que eles eh eh participam né, desses lugares, nesses ambientes e que zelam, que eles têm em mente a consciência de zelar, de proteger esses ambientes, até mesmo... eh colocando, pedindo as famílias ou eles mesmo para ajudar a cuidar, manter o ambiente saudável, preservado (EDUC*3).

“Eu acho primeiro, manter esse vínculo com a comunidade, porque com o processo de inculcação de valores exógenos...então acho que esse objetivo é ver o sentido e sobretudo o sentido de pertencimento, e identidade da criança, para que ela se reconheça em alguns passos da vida” (EDUC*4).

“E justamente para isso, comecem a ter a consciência que a gente tem que preservar, que a gente não pode pichar, que a gente não pode quebrar, então quando eles conhecem eles já olham aquele patrimônio com o olhar diferente, o olhar do conhecimento” (EDUC*2).

Analisando os trechos, é possível verificar que as três abordagens sobre o objetivo do trabalho sobre a EP são a conscientização e o desenvolvimento de atitudes responsáveis e engajadas.

Os educadores EDUC*2 e EDUC*3 trazem uma preocupação central na preservação, zelo e responsabilidade coletiva em relação aos espaços públicos. O EDUC*4 traz uma perspectiva mais reflexiva e cultural. O foco está na relação dos alunos com sua identidade, o sentimento de pertencimento diante de valores externos, fortalecendo o vínculo entre a criança e a comunidade.

Todos os entrevistados relataram ter desenvolvido atividades ou projetos para aproximar os alunos do patrimônio cultural local. No entanto, alguns professores entendem que a EP está diretamente relacionada ao conhecimento em relação aos espaços públicos, a visitas a esses espaços, aos cuidados com esses ambientes: “nós fomos conhecer, fazer visitas, enquanto ia no transporte, os alunos iam falando do que já tinham visto durante as aulas e assim através de uma visita de um passeio eu notei que os alunos entenderam” (EDUC*5 sobre uma visita a um museu da cidade).

No entanto, sabe-se que os educadores desenvolvem atividades e projetos muito interessantes envolvendo essa temática. Alguns fatores dificultam esse entendimento, como a falta de formação adequada sobre o conceito de patrimônio cultural, sua diversidade (material e imaterial) e as metodologias para trabalhá-lo dentro dos espaços educativos. Nesse sentido, fica a reflexão da necessidade de cursos e oficinas que capacitem os educadores a integrar a EP ao currículo escolar de maneira efetiva e eficaz. É preciso que os professores deixem de seguir rigidamente um currículo padronizado que não contempla as peculiaridades culturais e históricas da comunidade escolar.

Para o EDUC*1, “quando eu conheço eu faço parte daquele patrimônio”. Ao expressar esse trecho, o educador faz uma conexão entre o conhecimento, o pertencimento e a valorização do patrimônio cultural. Fica claro que a relação com o patrimônio deixa de ser meramente externa ou apenas contemplativa em relação a monumentos e construções, o que é belo e causa impacto ao ser visto. O sujeito passa a se enxergar como parte integrante de todo um legado construído por gerações, passando a ter uma relação vivencial e identitária e se colocando como um indivíduo que dará continuidade e significado ao patrimônio de sua comunidade. De acordo com o EDUC*1, “quando eu conheço eu faço parte daquele patrimônio, eu sou um patrimônio também, é isso, sim, né, então conhecendo você passa a valorizar, sendo um sujeito pertencente àquele patrimônio” (EDUC*1).

A fala do educador sugere, ainda, que ao conhecer, o sujeito reconhece que também é um portador de memórias, saberes e práticas culturais. Essa perspectiva destaca a dimensão ativa e dinâmica do patrimônio, que depende das pessoas para ser reinterpretado e transmitido às novas gerações.

Sem a conexão entre o currículo oficial e os conhecimentos da realidade local, o patrimônio corre o risco de ser visto como um objeto estático e que somente as pessoas que possuem conhecimento sistematizado ou da elite é capaz de produzir elementos que devem ser preservados e valorizados do ponto de vista da cultura.

Alguns desafios apontados pelos educadores ao trabalhar sobre o patrimônio cultural foram:

(...) é eu acho difícil hoje, porque igual tô te falando, essa moçada aí não quer nada não né, quer saber de nada, e hoje também com as redes sociais, então... né, essas coisas ficam, às vezes a gente pega livro né, igual a gente, eu já vi, visitei muito museu aí você fica empolgado, querendo contar, eles não entendem nada que você tá falando” (EDUC*3).

A fala do EDUC*3 sugere uma lacuna na comunicação entre professores e estudantes. Essa dificuldade pode ser vista como um desafio, mas principalmente como uma oportunidade de repensar a prática pedagógica. É evidente que competir com as redes sociais e os interesses da geração atual é desafiador. No entanto, elas podem ser aliadas no ensino da EP e ajudar a trazer o patrimônio cultural para o universo dos alunos de maneira criativa e acessível, como criação de conteúdos relacionados ao patrimônio local, visitas virtuais a museus, promoção de encontros entre pessoas da comunidade e os estudantes para que gravem entrevistas utilizando meios digitais etc.

...acho que eu não sei o que vai virar essa memória né não sabe com certeza, será que eles vão ter memória só de celular né? Porque hoje é só a rede social né... só a rede social as pessoas não sentam mais né em rodinha para contar um um caso, nem nada. A gente sai, não sei você já observou, você vai no barzinho todo mundo o tempo todo no celular, celular. É então eu acho que eles não vão ter história nenhuma para falar não, vai ter memória nenhuma é... né verdade? Eu tenho muita memória da minha infância que foi na roça (EDUC*3).

É de suma importância que os educadores ouçam os alunos e percebam que a prática pedagógica precisa estar alinhada aos interesses da turma, para que assim se sintam protagonistas no processo de valorização e preservação da cultura. Nesse processo, transformar a frustração do educador em motivação e inovação é um passo essencial para tornar a EP significativa dentro do processo educacional.

“... justamente porque eu gosto muito dessa parte né? aí então eh eu já trabalho já já a gente vai fazendo visitas né no entorno escola descobrindo primeiro o que tem ali escola de patrimônio aí depois a gente vai abrir mais o leque para outras questões” (EDUC*1). O EDUC*1 revela um esforço genuíno em trabalhar a EP, utilizando o entorno da escola como ponto de partida, para gradualmente ampliar a compreensão dos alunos sobre o conceito de patrimônio, gerando nos alunos um senso de pertencimento e identificação com o patrimônio local. Ao se basear no contexto imediato dos alunos e conduzir com entusiasmo as atividades,

o educador destaca o potencial transformador da EP em promover um aprendizado significativo, revelando o impacto que essa metodologia pode ter na formação cidadã e cultural dos alunos.

3.2 ENTREVISTAS COM EX-ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA

As entrevistas ocorreram na escola com dois ex-alunos que estudaram e são funcionários da escola, e duas ocorreram na casa das entrevistadas, que moram na zona rural. Para a análise dos dados coletados e pela ética da pesquisa, os participantes receberam um código conforme o Quadro abaixo:

Quadro 5 - Códigos dos entrevistados (ex-alunos e funcionários)

Entrevistado	Código
Aluno 1	A*1
Aluno 2	A*2
Aluno 3	A*3
Aluno 4	A*4

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os ex-alunos entrevistados estiveram na escola entre os anos 1960 e 1980. No quadro a seguir estão especificados o período em que estudaram na escola e a função atual de cada um.

Quadro 6 - Código dos entrevistados (período e função)

Entrevistado	Código	Período que estudou na escola	Função atual
Aluno 1	A*1	1973 a 1976	Professor
Aluno 2	A*2	1976 a 1978	Auxiliar administrativo
Aluno 3	A*3	1965 a 1970	Aposentada
Aluno 4	A*4	1984 a 1989	Lavadora

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

- Quais são as lembranças mais marcantes do tempo em que estudou na escola? Alguma atividade ou evento em especial?

... aí é o seguinte foi o primeiro presente que eu ganhei de Natal na minha vida. Essa memória então é algo especial porque até então, primeiro perfeito não vinha aqui e de repente aquele cara todo sorriso, de político, né? Isso provavelmente em 1975 ou 1976, eu estava no primeiro ano. Era um cartão e um pacotinho de balas. Aquele pacotinho de bala, pela primeira vez ganhei

um presente de Natal, não tinha que em casa, não era comum. Foi bem marcante! (A*1).

Ao analisar o relato de A*1, fica evidente que pequenas experiências escolares deixam marcas profundas na memória, causando um impacto emocional duradouro. O relato expõe, ainda, a realidade socioeconômica da época, quando o recebimento de um cartão e um pacotinho com balas se tornou um marco significativo para o estudante. Esse impacto na vida ajuda a fomentar o senso de pertencimento e de valorização do espaço escolar por toda a vida do indivíduo.

Ainda sobre a realidade socioeconômica da época, a mesma situação pode ser percebida no relato de A*3, quando menciona que as crianças encontravam maneiras lúdicas de brincar e interagir com os colegas e que as bonecas que tinha eram trazidas do Rio de Janeiro por uma tia. As brincadeiras presentes na lembrança da entrevistada revelam que as experiências eram moldadas pelas condições culturais da época, como, por exemplo, usar o sabugo de milho para construir bonecas e fazer casinhas nos cantinhos da escola.

Essas memórias trazem à tona a valorização das brincadeiras e o uso de objetos simples como elementos fundamentais que ajudam na construção das memória afetivas e na construção de uma relação de pertencimento e também com o passado.

Tinha muita coisa boa, brincadeira de roda, brincadeira de queimada, né? Antigamente era aquilo, a gente tinha os grupinhos, a gente fazia as casinhas, a gente fazia nos cantos da escola, né? Que era boneca de sabugo, porque ninguém tinha boneca, aquela que nós tinha, porque minha tia, ela vinha do Rio, e trazia pra gente. Mas mamãe não deixava a gente levar para os outros não ter e vontade de ter, coitado (A*3).

Na escola marcou muito, assim, que marcava muito além dos colegas, né, que eu fiz na época, as brincadeiras que a gente tinha, a questão da situação para vir para essa escola, porque era longe, a gente vinha e passava dentro de uma matinha, tinha só um trioquinho para passar, a gente vinha se equilibrando nas árvores, até chegar no alto, e descia no pasto, até que na escola, de outro lado, tinha um corregozinho, quando chovia, a gente passava na água, então essas coisas foram marcantes, sabe? (A*2).

Em seu relato, A*2 destaca a sua experiência no trajeto feito da comunidade onde morava (Nobres) até a escola, narrando os esforços diários para chegar até a escola. O trajeto, cheio de desafios, como atravessar córregos, matas e se equilibrar nas árvores, transformava o ato de ir para a escola em uma vivência difícil principalmente para as crianças, mas deixou marcas memoráveis na vida da entrevistada.

Eu tenho muita, viu? É... É a dona Alda que era cantineira, né? Lembro até hoje da comida dela, a sopa de macarrão era uma delícia! Aqueles jeeps velhos, os carros velhos que tinham lá. A gente brincava ali naqueles carros de esconder, né? Onde é a ENEP hoje. Então, Assim, só coisa boa (A*4).

A experiência marcante para A*4 revela a memória dela em relação a uma cantineira da época e a comida que ela preparava para os alunos. Há ainda o relato de uma brincadeira que marcou a sua passagem pela escola, que era esconder em carros velhos que ficavam na escola. Conclui-se com os relatos acima que as experiências vivenciadas na escola, a socialização e os desafios mostram que a escola não é apenas um espaço de aprendizado formal, mas também local de estabelecer laços de convivência, superação e construção de memórias que são fundamentais para a vida humana.

- Quais métodos ou estratégias os professores usavam para ensinar? Havia algo específico que tornava o ensino diferenciado?

Acho que era até uma cartilha, né? Eu imagino que sim. Não era nem os livros de tipo os que você tem hoje, era mais aquelas cartilhas, que era bem em cima daquilo ali, não tinha muito que sair de tudo. A gente decorava os textos, eu lembro que eu e meus irmãos ficávamos até tarde lendo e decorando em casa a leitura e a tabuada pra professora tomar no dia seguinte. Com a lamparina porque não tinha luz elétrica. Mamãe e papai cobravam muito da gente também (A*2).

Eu só sei que tinha cartaz dos três porquinhos, né? O cartaz ficava na parede. E tinha que saber a tabuada também, né? Na segunda série tinha que saber a tabuada até o nono. Se não soubesse, não passava não. Aí chegava o seu Salvador [professor da época] com uma vara na mão, a gente ralou demais. Não aprendia de jeito nenhum. E o medo! Mas todos que chegavam no segundo ano, a bomba comia solta, né? (A*3).

Eu me lembro muito de ter que estudar a tabuada, não consegui aprender, até hoje não sei. Eu tinha muito medo do dia de tomar tabuada, a gente ficava de castigo e tinha que copiar a tabuada do número muitas vezes enquanto as outras crianças iam brincar. Também tinha o ditado. Quando errava, tinha que copiar a palavra muitas vezes e com a letra bonita, se não tinha que apagar e fazer de novo. Era brincadeira não! (A*4).

Todos os relatos acima evidenciam práticas pedagógicas baseadas em um modelo de ensino tradicional de educação que priorizava disciplina, a memorização, o medo do professor e até o uso de punições, acreditando que assim o aprendizado se concretizaria. Essas estratégias criavam um ambiente de desconfiança, prejudicando o desenvolvimento dos alunos. Embora

essas práticas fossem comuns no passado, elas apresentam desafios e limitações quando analisados sob uma perspectiva moderna de educação.

O esforço dos alunos em decorar a tabuada e os textos à luz de lamparina reflete a dificuldade e a realidade enfrentada pelas famílias na época, limitando as condições de estudo e aumentando as dificuldades enfrentadas pelas crianças.

- De que maneira a escola abordava as tradições, a cultura ou a história local? Você sentiu que aprendeu sobre a cultura da comunidade?

“A gente fazia a fila, né, no pátio em frente, pra rezar, pra ter o Hino, né? Não só o Hino Nacional, né? A bandeira e tudo mais, né? Então a gente usava a parte ali onde é a entrada do salão da ENEP, tinha uma varanda bonita ali” (A*2).

Sempre tinha missa, né? Tinha missa, né? O Padre Mendes vinha ali, onde é a ENEP hoje, aquele salão, ali sempre acontecia a missa. Ali é onde vinha a família toda. E primeira comunhão também. Era festa, era ali. As professoras treinavam com a gente as músicas e ajudava a decorar o ato de contrição, pra falar na hora de confessar os pecados para o padre (A*3).

“Lembro das crismas, né? Que era na escola. Foi o padre Carlos, né? Que esteve lá, não sei lá, e fez a crisma da gente. E a minha madrinha de crisma é a Dona Fátima. Era professora lá mesmo. E aí, ela foi a minha madrinha” (A*4).

Refletindo sobre o contexto histórico e social da época, os relatos evidenciam que no passado as escolas desempenhavam um papel fundamental na formação de tradições culturais e religiosas da comunidade local. Atividades como missas, crismas e primeira comunhão promoviam a integração da escola com as famílias e a comunidade.

Como parte integrante na formação de valores como patriotismo e civismo, a prática de cantar o Hino Nacional e outros hinos visavam à formação de uma consciência cívica dos estudantes. Embora essas práticas tenham contribuído para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, observa-se uma limitação no que se refere à inclusão de ações relacionadas a outras formas de expressões tradicionais e culturais da época dentro do espaço escolar.

- Quais tradições culturais tiveram impacto na sua identidade e no seu vínculo com a comunidade? Poderia explicar como?

Na comunidade tinha a Folia do Reis e tinha a reza. A reza saía no mês de outubro, tinha a novena de Nossa Senhora Visitadora, a gente ia para as rezas, visitar as casas. Aí a gente colocava a vela, colocava um papelzinho para não pingar na mão e queimar. A distância de uma casa para a outra era longe e a gente marcava. Espera lá naquela canela, por exemplo. A gente saía à noite, aquela turma de mães e filhos, a gente estava tudo adolescente, era mocinha, rapaz, tinha o leilão, enquanto o pessoal estava conversando um pouquinho, de noite, a gente ia brincando de roda e conversando (A*1).

“E tinha muito baile, né? Tinha muito bailezinho para as roças fora, diversão do pessoal da roça. Semana santa, o pessoal ia para a rua, comprava roupa nova, alugavam a casa lá, levando saco de sabugo, saco disso, saco daquilo, ficava lá uma semana na semana santa” (A*2).

Tinha acabada de roça, né? Tinha acabada de roça no campo ali embaixo. A cabada de roça era o dia que acabava de capinar as roças tudo. Aí, no caso que eu lembro da minha mãe, né? Fazia aquela quantidade de comida, fazia... Era tutu, macarronada, não existia salpicão, essas coisas, né? Era tutu, macarronada, frango frito, esses franguinhos de roça, porque os frangos de roça não engordam, né? Macarrão com galinha. Aí juntavam os empregados, a família dos empregados e tudo, e comia ali, comia todo mundo junto. E pra nós era uma festa acabada de roça, né? Antigamente o pessoal gostava muito de um gulinho, né? Porque antigamente não tinha cerveja, era uma cachacinha mesmo. E depois tinha baile. O bailinho comia solto (A*3).

Na verdade, essa semana já falamos isso, batizado de bola. Todas as vezes que a bola furava, comprava uma bola nova. Enfeitava, lembra que a gente batizava a bola? Tinha madrinha da bola que tinha que fazer doce pra dar para os jogadores, levava todo mundo ao lado do campo. Tinha também lá no campo, Tinha o solteiro contra os casados. Era bacana. Meus irmãos gostavam de jogar, meu pai era sempre o juiz (A*3).

Tinha os casamentos. com aquelas mesas grandes feitas de bambu. A gente falava Chegada. Era quando os noivos chegavam depois do casamento na igreja e os convidados já estavam esperando para a festa. E servia biscoito, bolo, café com leite, café. Cada família fazia um pouco de coisa para ajudar, ou seja, a festividade do casamento começava muitos dias antes. E a comunidade toda participava. E não podia faltar o baile, né? (A*4).

As tradições descritas nos relatos dão exemplos de como a cultura comunitária fortalece os vínculos sociais e molda a identidade pessoal e coletiva. Observa-se que as ações desenvolvidas reforçavam sempre o espírito de coletividade e valores como solidariedade, colaboração e celebração da união, sejam elas familiares ou comunitárias. Nesse contexto, a Folia de Reis, a Semana Santa e a Novena promoviam a devoção e os valores espirituais envolvendo as famílias e todas as faixas etárias. Os bailes eram momentos de diversão,

socialização e a forma de encerrar com alegria algum acontecimento importante para a comunidade.

A acabada de roça era uma tradição que envolvia a celebração do resultado do trabalho coletivo, de conquistas e da fartura dos produtos plantados e colhidos. A festa era uma forma de agradecimento aos trabalhadores e simbolizava gratidão e união. O batizado de bola e a disputa entre solteiros e casados envolviam toda a comunidade, promovendo a interação de diferentes idades, criando laços e proporcionando uma competição saudável entre os participantes. Nos casamentos, a união das famílias em ajudar na preparação dos alimentos para servir no dia da festa reforça os laços entre as famílias e a comunidade, num esforço conjunto para fazer tudo acontecer da melhor maneira possível.

Portanto, ao analisarmos estas tradições, observamos o impacto que elas têm para as pessoas que vivenciaram essas práticas e a importância de repassá-las às gerações mais novas através dos relatos orais, fortalecendo os vínculos entre diferentes gerações e provocando nas gerações atuais o sentimento de pertencimento.

- Em sua opinião, o que poderia ser feito para que as novas gerações valorizem a história e o patrimônio cultural da comunidade através da escola?

Eu acredito... que... que é trazendo a comunidade pra dentro da escola e os conhecimentos da comunidade para dentro da escola. Igual... as visitas que a escola tem feito nas comunidades com todos os alunos. A escola precisa fazer mais projetos para incentivar os alunos a conhecer e ver que... que eles fazem parte desta história” (A*1).

Para A*1 a relação entre a escola e a comunidade é fundamental para que os alunos reconheçam e valorizem o patrimônio cultural local. O relato traz, ainda, um dos projetos da escola que partiu desta pesquisa (Escola Itinerante), como um passo importante no processo de estimular os alunos a reconhecer e valorizar a memória cultural.

Olha ano passado a gente veio na escola com o grupo da Folia de Reis. Eu acho que é por aí. Mostrar para as crianças o que tem na comunidade e incentivar eles a fazer parte. Esse grupo tem muitos anos. Desde o tempo dos nossos avós. Meu pai faleceu também e a gente está fazendo a continuidade. Nesse grupo nosso, a gente tem filho, tem sobrinhas, tem cunhado. Então tudo é família mesmo. Para poder fazer essa continuação (A*4).

O relato de A*4 destaca a importância de trazer as manifestações culturais, como a Folia de Reis, para o ambiente escolar e, além disso, incentivar as gerações atuais a participar das

tradições locais a fim de manter vivo o legado cultural da comunidade, garantindo que ele seja preservado e respeitado no futuro. Além disso, menciona a relevância do papel da família para dar continuidade à cultura herdada pelas gerações anteriores, criando um fluxo cultural que fortalece o aprendizado e a preservação da cultura.

Olha desde 2023, a escola tem ido nas comunidades levando todos os alunos. Eu acho que é por aí e além disso convidar os mais velhos pra vir na escola contar histórias, ensinar uma receita, fazer uma apresentação. Eu acho que tudo é válido. Se não as coisas das gerações das nossas bisavós, avós, vai se perdendo. Eu lembro de quando eu era pequena, que, que meu sentava com a gente a noite e contava história de assombração, do tempo dele de criança. Hoje ninguém senta numa roda pra ouvir os mais velhos. É tudo no celular o tempo todo (A*3).

A preocupação de A*3 se dá pela desconexão das novas gerações com o patrimônio cultural, devido ao uso excessivo das tecnologias e da mudança de hábitos sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, ela relata a importância da tradição oral, que vem se perdendo com o tempo. A partir dessa observação, a escola pode ter um papel fundamental na sensibilização dos alunos, realizando projetos escolares que estimulem a interação entre gerações e criando espaços para que as tradições sejam apreciadas e valorizadas.

Eu acho que hoje está muito difícil, porque hoje tudo que manda é internet, é o celular, é tudo menino de rua, é mais sabido do que um menino da rua, com televisão, com internet, com tudo. Eu acho que não tem opções, não. É porque hoje a gente vê que fica mais difícil. Antigamente, por exemplo, antigamente, sentava todo mundo ali, o pai ia contar história, o avô ia contar história. Hoje em dia não tem isso mais. Se em casa a família não consegue, na escola então é que não vai mesmo (A*4).

Assim como a entrevista A*3, o depoimento de A*4 também reflete a percepção de que a tecnologia tem contribuído para diminuir o interesse das novas gerações atuais pelas tradições comunitárias.

Analisando os depoimentos acima, fica evidente a necessidade de uma relação harmônica da escola com a comunidade, a fim de levar aos alunos os conhecimentos necessários para que as crianças valorizem e se sintam pertencentes ao patrimônio local. Nesse sentido, promover atividades que conectem a vivência cultural da comunidade com o ambiente escolar por meio de rodas de conversa com os moradores mais velhos, apresentações culturais da região, bem como visitas a espaços que ajudam a compreender a história da comunidade, podem enriquecer o aprendizado através de experiências significativas para os educandos.

Dessa forma, a escola pode integrar os conteúdos curriculares conectando os conteúdos de forma interdisciplinar e contemplando as habilidades necessárias de acordo com a BNCC. Em relação ao uso da tecnologia, a escola pode aproveitar o interesse dos alunos pelas mídias digitais e incentivar o uso dessas ferramentas para registrar, divulgar e explorar o patrimônio local. Aproximar os alunos às suas raízes de maneira moderna e interativa faz da tecnologia uma aliada na promoção do aprendizado dentro do processo pedagógico.

➤ Quais desafios os professores e os alunos enfrentavam naquela época?

O desafio era... o trabalho, a distância e a dificuldade com... material para escola. Às vezes eu não podia ir pra escola porque... tinha que ajudar meu pai na roça. O problema é que... a roça era do lado da escola. E aí, né, R? Você está trabalhando hoje, né? Nossa Senhora! A vontade era ir para a escola. Mas falasse para ver, né? Que o pai estava ali próximo. Então, assim... O desafio era o trabalho, a distância, a falta de material, o dinheiro... Gente, pedisse um lápis para você ver uma coisa! A escola não tinha para dar. Nós... sonhava para achar um lápis no macarrão Mara, porque era uma forma de ter um lápis.” Os professores eram trazidos de carro, uma Rural que trazia e levava de volta (A*1).

As professoras não tinham dificuldade não. Vinham de carro que ia buscar e levar depois da escola. Como eu falei antes, a dificuldade maior era chegar na escola. Lembro do meu pai e outros pais de colegas quando eles batiam o mato com foice pra gente passar, principalmente no frio. Calçado a gente não tinha, nem agasalho direito. Outra coisa também era a quantidade de reprovação que tinha na escola, a gente era pequeno no meio de outros colegas da mesma sala porque eles tinham tomado bomba, era assim que falava quando repetia de ano (A*2).

A gente não tinha porque morava na Colônia mesmo, mas os meninos dos Nobres, por exemplo, viravam o alto, com aquele mato, cobra e tudo, pra poder vir pra cá, pra Colônia. Os professores não tinham dificuldade porque tinha um motorista na escola que buscava eles em casa, numa Rural (A*3).

Era difícil pra chegar na escola. Porque não tinha o transporte, né? Não sei se já me falaram da comunidade “Corgo da Onça”. A gente passava por uma capoeirazinha lá para chegar até a escola. Então quando chovia era horrível. Na época de frio, então, também, a gente não tinha calçado, ia de chinelo, outra hora descalço. Então, assim, era uma dificuldade muito grande, o morro escorregava muito, né? Mas a gente ia assim mesmo, para poder estudar, né? (A*4).

Os relatos acima evidenciam a realidade de muitos alunos de tempos passados, relacionados a questões socioeconômicas e geográficas. Muitos estudantes precisavam conciliar o trabalho e os estudos e muitas vezes abandonavam a escola, aumentando a repetência por faltas ou por pouco conhecimento adquirido. O trajeto em condições adversas, a falta de roupas

e calçados adequados eram desafios consideráveis, principalmente para quem morava distante da escola. Outro fator mencionado era a falta de material escolar, como um lápis, a ponto de a criança ficar esperançosa para a família comprar uma certa marca de macarrão porque vinha com um lápis.

No contexto atual, existem políticas públicas que garantem aos alunos o transporte e o material básico para as atividades na escola, embora muitos desses transportes não ofereçam a segurança necessária para o transporte das crianças. Além disso, as condições das estradas rurais em época de chuva dificultam a chegada dos transportes às comunidades, ocasionando faltas excessivas dos alunos na escola.

- Há algum professor ou aula específica que marcou sua experiência na escola? O que tornou essa experiência especial ou inesquecível para você?

Eu me lembro muito de uma das visitas muito marcantes pra mim, foi a visita que nós fizemos na Semana da Criança, lá no... no Campo do Atlético. Ali perto da AEV (Associação de Esporte de Viçosa). E aí é o seguinte, então eu não conseguia acompanhar a turma porque tinha dificuldade e me perdi lá. Aí a professora Rita, pois é, ela me pegou no colo. Pra me acolher mesmo. Então, são coisas muito marcantes (A*1).

Eu me lembro também que na semana da criança, sempre fazia uma coisinha, um pãozinho com doce, alguma coisa, eu me lembro de um ano que fez doce de abóbora, e daí compraram, não sei como chegou, pãozinho, pãozinho francês. Aí na hora do lanche, o lanche especial, foi pão com doce de abóbora. Aí eu peguei o pão, comi uma parte dele, não tinha guardanapo, não tinha nada, fui lá pedir um papelzinho, guardei um pedaço na mão e levei pra minha mãe. Ele chegou lá em casa assim, todo amassado, foi preso na mão assim, levava pra mamãe um pedaço de pão com doce de abóbora (A*2).

A Dona Lenira. Eu lembro que era muito carinhosa. A Dona Lenira era a nossa professora do quarto ano. Aí, quando ela parou de ir para dar aula, o tanto que a turma toda chorou. Mas chorou, chorou, chorou. Ela era diferente. Ela era mais carinhosa com a gente, né? Tinha o dia da primeira comunhão, né? Que era nas escolas também, que a gente vestia um vestidinho branco. Porque a gente não tinha. Não tinha um calçado, nem nada. E nesse dia a mãe da gente comprava uns sapatinhos e um vestidinho branco. Então aquilo ficou marcado na gente. Eu acho que não é tanto pela primeira comunhão, é pela roupa que a gente ganhava pra vestir, né? (A*3).

O acolhimento e o cuidado com a criança na escola deixam marcas significativas em qualquer época, marcando profundamente a memória de quem vivenciou tais experiências. O impacto causado por essas ações na vida da criança vai muito além do aprendizado de conteúdos. A empatia, a atenção individualizada e atitudes afetuosas marcam positivamente a

memória dos alunos, causando um vínculo emocional com a escola. A simbologia de levar um pedaço de pão para a mãe demonstra a conexão entre mãe e filho, representando um gesto de generosidade e amor entre ambos. Esses relatos reforçam a importância das boas relações entre a escola, o aluno, a família e a comunidade, demonstrando que pequenos gestos podem ser muito mais significativos e ficar na memória do que os conteúdos programados propriamente ditos.

3.3 ENTREVISTAS COM FAMILIARES DOS ATUAIS ALUNOS

As entrevistas ocorreram na casa dos entrevistados nas comunidades especificadas no quadro abaixo. Vale ressaltar algumas dificuldades encontradas para fazer as entrevistas, como a distância e as estradas com muito barro. Todas as entrevistas foram previamente agendadas pelo WhatsApp.

Para a análise dos dados coletados e pela ética da pesquisa, os participantes receberam um código conforme o quadro abaixo:

Quadro 7 - Código dos entrevistados (familiares dos alunos)

Entrevistado	Código	Profissão	Comunidade
Familiar 1	F#1	Cuidadora de idosos	Pau de Cedro
Familiar 2	F#2	Lavadora	Nobres
Familiar 3	F#3	Lavadora	Córrego São João
Familiar 4	F#4	Lavrador	Piúna

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

- Quais tradições ou histórias de família foram passadas de geração em geração e você considera importantes para preservar a cultura na família e comunidade local?

Natal sempre foi uma tradição em família. De costume, também comemos bacalhau, um prato especial que todos aqui em casa gosta, porque a minha mãe conta que no Natal antigamente não comia carne na véspera do Natal, por causa da religião que falava que no dia 24, não podia comer carne e quem podia comprar comia bacalhau. Aqui a gente faz com batatas. É uma delícia! (F#1).

“Minha mãe ensinou a fazer aquele tutu com linguiça, galinha caipira, quiabo com frango, broa de fubá... E eu ensinei *pras* minhas filhas também. Até os netos gostam de ajudar quando é dia de fazer essas coisas. Porque moram tudo aqui perto” (F#2).

Minha família sempre foi muito religiosa. A gente aprendia a rezar o terço pequeno, participar de novenas, né? Eu passei isso para meus filhos. A gente deve ensinar as crianças o caminho do bem na igreja, né, para não ir para os caminhos do mundo, né? Tem que ensinar mesmo, é na religião, né, é o melhor caminho (F#3).

Ah, minha filha, tem muita coisa que vem de antigamente e a gente faz questão de guardar. Aqui em casa, sempre teve a reza do terço, principalmente no mês de maio e nas novenas de Natal. Outra coisa que a gente numa deixa passar de jeito nenhum é as histórias das roças, de como a gente plantava milho, feijão e criava os bichos. É um jeito de mostrar pros mais novo o valor do trabalho na terra e o respeito com a natureza. Eu aprendi a tocar sanfona com meu vô, mas nenhum dos meu filho interessou. Agora tô pelejando pra vê se meu neto, quando crescer, interessa, pra eu ensinar pra ele (F#4).

As tradições passadas de geração em geração desempenham um papel importante na construção da identidade individual e coletiva. Apesar de estarem em constante transformação, essas tradições promovem um diálogo entre as gerações ao longo do tempo. Muitas das tradições familiares são repassadas por meio da tradição oral de histórias, receitas, costumes e práticas religiosas. Daí a importância de saber ouvir e valorizar o conhecimento das gerações passadas.

A comida tem papel fundamental na construção da memória afetiva e da identidade cultural. As receitas tradicionais são sempre preparadas em datas especiais: Natal, aniversário, batizados. Ao serem transmitidas para outras gerações, essas práticas fortalecem os laços familiares e preservam o patrimônio culinário. A religião, muito presente nas tradições familiares, influencia desde os hábitos alimentares até as práticas cotidianas. A fé é vista como forma de seguir o caminho do bem e fundamental para a educação dos filhos.

- Existem objetos, artesanatos ou construções na comunidade que representam o modo de vida de antigamente? Como você se sente em relação a eles?

Aqui na comunidade tem a igreja que é a mesma desde quando eu era criança. Lembro da coroação no mês de Maria. Minha mãe fazia doce de amendoim pra dar pro pessoal depois da reza. Quando a gente terminava de cantar o Mãezinha do Céu, jogavam flores na gente. Não esqueço dessa época (F#1).

Oh, aqui em casa tem fogão de lenha, pilão de socar café, peneira de taquara, panela de ferro e lamparina, que era o que a gente usava antes da luz elétrica, né? Hoje em dia ninguém soca café, arroz. Mas é importante a gente falar, né? Faz parte da vida da gente e faz lembrar como era a vida no tempo dos antigos (F#2).

Tem uma coisa aqui que minha mãe aprendeu com a avó e a mãe dela e acabou que ela me ensinou também. É a esteira de taboa. A gente vai no brejo, corta, deixa secar e depois faz no tear. Até minhas meninas já sabem. É bom pra por na cama e proteger o colchão e até pra deitar no chão num dia quente. Eu me sinto bem fazendo e acho bonito as meninas fazerem também porque elas podem ensinar pros filhos delas também (F#3).

Lá em cima tem um cruzeiro. Hoje está no meio do mato, abandonado, mas antigamente tinha missa e até batizado lá. Em maio, as mulheres reuniam e iam lá enfeitar com papel de cruz. Fazia o grude com polvilho, era a cola da época e fica muito bonito. Lembro uma vez que eu era pequeno e estava uma seca danada. Num domingo que era o dia de missa, todo mundo levou uma pedra ou uma cabaça com água pra por lá. A gente ia rezando o terço e cantando: treze de maio na Cova da Iria, no céu aparece a Virgem Maria, ave, ave, ave Maria, ave, ave, ave Maria! Nunca vou esquecer isso. Depois da missa sempre tinha leilão, cantiga de roda e as pessoas aproveitavam para conversar e contar os casos (F#4).

Os depoimentos apresentados revelam uma riqueza de hábitos, costumes e tradições típicos da zona rural. Através de memórias da infância e da juventude, as pessoas demonstram orgulho de suas raízes e de pertencer às comunidades. A preocupação em passar os hábitos e costumes para as gerações atuais demonstra a importância de preservar e valorizar as tradições e a identidade cultural. A presença da igreja é um ponto central na vida comunitária, em especial no ambiente rural. O relato do cruzeiro abandonado demonstra a força da fé na união das pessoas em atos de devoção, solidariedade e celebração.

Trazer à tona essas memórias e tradições demonstra que essas práticas não são apenas do passado, mas ainda permeiam o presente, reforçando o vínculo afetivo das pessoas das comunidades com as suas raízes.

- Como você vê a importância de ensinar às crianças e jovens da família sobre as tradições e a história da comunidade rural?

Eu vejo que ensinar às crianças é muito importante. É um jeito de mostrar pra eles de onde a gente veio, como era a vida no tempo dos nossos avós, e assim eles vão aprendendo pra ensinar para os que vierem depois. Se a gente não passar isso pra frente, vai se perdendo. Eu acho bonito quando vou na igreja e vejo as crianças ajudando no terço, no grupo do cântico e até na leitura. Que mãe e pai não ficam feliz com isso? (F#1)

As crianças de hoje estão muito no celular e acabam esquecendo das coisas antigas que a gente fazia. Ensinar eles as tradições são muito importantes. É bom eles saberem como era a vida na roça, as rezas, as festas, como planta e como colhe. Nada vem no pacote se não tiver quem planta, né? Aqui, eu ensino meus meninos a plantar, colher, não largar comida no prato, assim como meu

pai fazia comigo e meus irmãos. Nós éramos 12. Nunca passamos fome, mas as coisas não eram fáceis (F#2).

Olha, eu acho que as pessoas aprendem a dar valor quando não está no lugar mais. Tenho um irmão em São Paulo que a gente conversa no celular e ele só fala da saudade da nossa vida de criança, da comida que minha mãe fazia. Eu falo aqui em casa que tem que dar valor a mãe, o pai enquanto está em casa, não é quando vai embora não, né? (F#3).

Transmitir tradições e a história da família e da comunidade para as novas gerações contribui para a formação da identidade cultural e promove o aprendizado, o que é essencial para que as crianças e os jovens compreendam a história e as dificuldades enfrentadas pelas gerações anteriores. Nessa perspectiva, é necessário haver um equilíbrio entre a modernidade e as raízes culturais para que as gerações atuais dialoguem com a realidade atual e as tradições repassadas pela família e pela comunidade local.

- Em sua opinião, quais ações seriam necessárias para que o patrimônio cultural local fosse mais valorizado e preservado pelas próximas gerações?

“Precisa começar a ensinar as crianças desde cedo sobre as coisas que aprendemos com as pessoas mais velhas. Participar da igreja, ensinar o que a gente aprendeu, né?” (F#2).

Eu estou fazendo a minha parte. Ensino minhas meninas a cozinhar as comidas que aprendi com a minha mãe, a respeitar as pessoas, principalmente os mais velhos. A escola também pode ajudar nisso, ensinando os alunos com pesquisas sobre o que as pessoas mais velhas sabem e podem ensinar para os mais novos (F#3).

Olha, a pesquisa que a professora pediu pra fazer sobre uma comida que faz parte da tradição da família é uma forma de ensinar as crianças de hoje sobre os conhecimentos dos mais velhos e era bom que eles saíssem do celular, porque hoje tudo é internet. Está difícil essa meninada, né? (F#4).

As pessoas entrevistadas destacam a importância da família, da escola e da comunidade no processo de transmissão dos conhecimentos e práticas como forma de preservação do patrimônio cultural. A escola pode desempenhar um papel importante através da EP, incorporando a temática do patrimônio cultural desde o início da escolarização. Desenvolver projetos que envolvam as famílias e seus conhecimentos, por meio da interdisciplinaridade entre os conteúdos de forma significativa, pode levar os alunos a se sentirem pertencentes e valorizados dentro da comunidade onde vivem.

Preservar o patrimônio cultural é uma tarefa de todos. Assim, fortalecer a identidade cultural das comunidades através de ações planejadas pela escola garante que as futuras gerações possam se conectar com as suas raízes.

3.4 ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG

Para a coleta de informações, nesta etapa foram entrevistadas uma representante da SME e uma representante da Secretaria de Cultura e Patrimônio de Viçosa. Elas serão identificadas como:

Quadro 8 - Código dos entrevistados (representantes da Secretaria de Educação, Patrimônio e Cultura)

Entrevistado	Código
Representante 1	R#1
Representante 2	R#2

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A representante R#1 é pedagoga, tem 40 anos na educação e 4 anos na direção pedagógica do município e a R#2 tem ensino médio e 18 anos de trabalho na pasta do Patrimônio do município de Viçosa. Quando perguntadas sobre quais ações o município desenvolve para promover a valorização e preservação do patrimônio cultural local, obtivemos as seguintes respostas:

Eu vejo, assim, que as escolas trabalham sobre os pontos turísticos, e fazem visitas, levam pessoas para fazer palestras. Eu acho que é isso que as escolas vêm fazendo. Então, por exemplo, tem todos os museus lá na Universidade, onde todos são abertos às nossas escolas. O Museu Arthur Bernardes, na praça também, que faz parte, aberto às escolas todas as vezes que precisa. Visita na Câmara com palestras, assim, principalmente pela Escola do Legislativo, contando toda a história do patrimônio, da Câmara, como que funciona, o que é que é guardado, o que não é. Eu estou dizendo porque eu já participei, então eu lembro, assim, que eles contavam a história de como guardavam documentos. Hoje tem até leis diferenciadas para isso, mas eu acho que é nesse sentido aí. E os professores em sala que trabalham dentro da Geografia, da História, que também citam várias coisas dentro do patrimônio histórico do município (R#1).

A gente faz três tipos de ações, ações para estudantes, ações para comunidade geral, e ações para o próprio conselho, o próprio setor de trabalho. Então a gente faz em forma de palestras nas escolas, esse ano não tive acesso fácil às escolas, viu? Eu tentei, contato com duas diretoras, ah, eu vou ver, eu vou marcar, não consegui. Aí o que que eu fiz? Como os meninos aqui do Centro Experimental, a gente atende hoje 400 meninos aqui, 400 terceirizados no

núcleo. E a gente fez rodas de conversa aqui mesmo na secretaria, então eu consegui atender o que eu queria que eram os estudantes, né? A gente faz rodas de conversa, a gente distribui o material que a gente tem para a difusão, cartilhas, calendário, então a gente conversa sobre os patrimônios, sobre o tombamento, sobre o inventário, sobre a história da sociedade, como se sentir pertencente, a gente discute isso de acordo com o nível das crianças, então a gente separa pela faixa etária, né? Então a gente faz a abordagem de acordo com eles. Alguns a gente já apresenta um data show explicando sobre o departamento, as funções do departamento, e a gente vai para a história da cidade, as formas de preservação. Alguns a gente chega até a falar de ICMS, de arrecadação, do ciclo, né? Da pontuação de ICMS, que você promove as ações, envia o relatório no início do ano, no final do ano recebe esse ponto revertido em recursos de acordo com a arrecadação do estado de ICMS, e aí você novamente pega esse recurso e promove as ações. Então a gente, dependendo do nível da criança, do adolescente, a gente vai abordando (R#2).

As ações mencionadas pela R#1 demonstram que não há um programa municipal elaborado e consolidado para a valorização do patrimônio cultural. Falta um planejamento estruturado envolvendo a comunidade local, que poderia estar envolvido nas atividades, enriquecendo e fortalecendo o sentimento de pertencimento dos alunos. A fala revela uma visão de atividades que acontecem estritamente em espaços físicos em ações pontuais, como em museus ou na Câmara Municipal. Não há menção ao patrimônio imaterial, como as inúmeras festas tradicionais, os saberes e práticas das comunidades.

Sendo assim, o foco educativo fica restrito ao ambiente escolar, com ações isoladas, sem um planejamento contínuo que assegure a regularidade das atividades desenvolvidas. Fica evidente, portanto, que mesmo nos espaços onde deveriam ser planejadas políticas e ações que levem conhecimentos sobre o patrimônio cultural às escolas, educadores e comunidade em geral, a temática ainda é pouco discutida ou conhecida.

A R#2 revela que o setor desenvolve ações para estudantes, para a comunidade e para o próprio conselho. Ela enumera uma sequência de tentativas de atingir o público, como a distribuição de cartilhas e calendários, o uso de recursos visuais, como o *Datashow*, e rodas de conversa para diversificar as abordagens pedagógicas a diferentes faixas etárias.

No entanto, as ações ocorrem de forma isolada, sem continuidade ou conexão com as escolas através de um plano maior a respeito da EP. A abordagem enfatiza mais os aspectos formais do patrimônio, como tombamento, registro, inventário, recursos arrecadados, sem mencionar as práticas culturais do cotidiano da população, tradições, memórias coletivas, o que reduz o envolvimento e o interesse dos estudantes pela temática.

Durante a fala, a R#2 aponta para a falta de contato e articulação com os gestores escolares, o que compromete e prejudica o alcance das iniciativas propostas. Além do público

estudantil, segundo R#2, o setor de cultura e patrimônio do município realiza ações na Feira Livre da cidade abordando as pessoas, entregando *folders* e calendários preparados pela pasta.

A gente promove também, para a comunidade de forma geral, são ações na feira. A gente tem, do ano passado a gente fez três materiais de fusão, que é o calendário que a gente faz todo ano. A gente quis abordar a história da estação ferroviária, o crescimento da cidade em torno da estação, então a gente fez uma cartilha, um folder. E aí a gente vai para a feira, a gente aborda, entrega, uns querem conversar, uns querem criticar, uns querem, enfim, propor, outros não estão nem interessados, mas é isso que a gente gosta, a gente fica provocando ali com as pessoas, e aí tem pessoas que realmente não querem papo, mas recebem o material e a gente tem a esperança de que leem, né? (R#2).

Na terceira ação relacionada pela R#2, ela cita atividades voltadas para técnicos do setor, professores e estudantes da UFV para capacitações que envolvem o patrimônio cultural.

E a terceira é que a gente faz um workshop, a gente convida os conselheiros que são conselheiros técnicos, por exemplo, professor Jonas, professor Ítalo, da arquitetura, da história, ou até mesmo outras pessoas que nem são conselheiros, mas são técnicos mesmo, normalmente da UFV, e a gente convida o conselho, o setor, as estagiárias, o nosso setor para uma capacitação, mas aí a gente acaba abrindo também para os estudantes da UFV, então se torna, além de uma capacitação, uma Educação Patrimonial também, uma capacitação para eles também (R#2).

Relacionando as duas falas, é possível perceber que o setor de educação e patrimônio do município não possui uma articulação entre si no que tange à EP. Desse modo, em conversa com os dois setores, ficou evidente que é necessária a elaboração de um programa a nível municipal estruturado de EP, com ações que assegurem que as iniciativas se tornem integrantes do calendário escolar, ampliando o envolvimento e a participação da comunidade.

Além disso, é necessário o investimento na formação dos professores e gestores por meio de cursos, palestras e materiais didáticos. Isso os ajudará a conhecerem mais sobre o que é a EP e o papel importante que essa metodologia desempenha na prática pedagógica em conexão ao currículo de forma consciente e interdisciplinar. Ademais, é necessário que seja incorporado nos materiais e cursos aos educadores não só o patrimônio de natureza material, mas também o imaterial, como as expressões artísticas, as tradições orais, a culinária e as festas populares, não só da cidade, mas também do campo, pois é notável a percepção que possuem do patrimônio sendo somente o que é de natureza urbana.

- Como é inserida a Educação Patrimonial no currículo das escolas municipais, especialmente no fundamental I?

É dentro mesmo de textos alusivos a isso, dentro da história, dos conhecimentos gerais, onde os professores, eles trabalham essa questão do patrimônio mesmo, até em termos de mostrar para o menino, sobre as plaquinhas que tem nos mobiliários das escolas, todos os mobiliários são da responsabilidade da escola e deles também (R#1).

Então, com relação a esse do currículo nas escolas, esse é o ideal que a gente precisa avançar. Já foi discutido no passado, entre uma reunião do departamento com as diretoras, um espaço que a gente teve na Secretaria de Educação, e durante uma reunião nós entramos falando de Educação Patrimonial, e começamos a discutir esse assunto, mas é algo que precisa avançar. Mas pra isso a gente tem que estar, todo mundo com esse mesmo ideal, né? E eu senti muita dificuldade, como eu falei, com as diretoras, eu vou agendar, eu vou agendar e tudo, e não conseguir, e eu com prazo (R#2).

Ao destacar as plaquinhas nos utensílios da escola, a R#1 associa o patrimônio cultural aos cuidados e responsabilidades voltados ao bem público, restringindo o entendimento do que constitui o patrimônio cultural somente ao patrimônio material. Desse modo, não há um planejamento para a inserção desta prática em conexão com o currículo escolar.

A resposta de R#2 demonstra uma intenção positiva em relação ao tema, com a tentativa de fazer um diálogo com os gestores escolares, mas relatou dificuldades em alinhar o assunto com os envolvidos no processo.

- Existem parcerias com instituições culturais, como museus ou centros históricos, para enriquecer o ensino de patrimônio cultural nas escolas? Poderia dar exemplos?

É algo que a gente precisa avançar, inclusive a estação de silvestre. Terminou de revitalização, porém uma das propostas, além de um espaço multiuso para a comunidade, é o museu. Mas é a estação já foi demolida, que é ali no fundão, né? Então a segunda, mais antiga, é a de silvestre, então a gente quer trazer toda a história da primeira estação das escapações. porque lá tinha a indústria têxtil, né? Se você passa ali pelo Centev, a antiga estação era lá, né? E aí, ela vem de silvestre, vai ao sul, vai ali do sol e vem. Então, a gente pretende, esse ano, implantar o primeiro museu da cidade. Nós temos a casa do Dr. Bernardo, que é um museu e vários outros museus específicos dentro da UFV. Mas eles não entram como museu do município. Mas que, no meu ver, na visão do novo secretário também, é museu da cidade. Porque a UFV faz parte da cidade, não é a cidade que faz parte da UFV. Então, a gente entende que os museus também precisam ser registrados, cadastrados como da cidade (R#2).

O relato de R#2 apresenta uma abordagem com iniciativas voltadas para a criação de parcerias com museus e pontos históricos do município, no intuito de enriquecer o ensino do patrimônio cultural nas escolas. R#2 reconhece que a UFV e a cidade precisam estar integradas à comunidade local e também menciona que o setor pretende fazer um museu histórico com o tema Ferrovia, na estação do bairro Silvestre, já que a cidade não tem nenhum museu oficialmente municipal, enfatizando que ela é a mais antiga estação da cidade.

Então, sobre essa questão de... Na universidade tem 12 museus. Todos os 12 museus são abertos à comunidade para visitas e tem um período do ano, que é agosto, que eles fazem essa parceria, onde todos os alunos podem visitar todos os museus. Tem os estagiários, né? Que são preparados para isso, para explicar tudo para os alunos. O Museu Arthur Bernardes, quando tem as visitas, também são visitas guiadas. E como aqui nós temos a Escola do Legislativo, eles também levam os alunos na Câmara, onde toda a história é colocada, é contada para eles. E dentro da cultura, eles têm lá os patrimônios históricos tombados de Viçosa, onde é contada essa história para eles, apresentar fotos, documentos mesmo, para esclarecer isso para eles (R#1).

Embora as visitas produzam conhecimentos, não há uma interconexão explícita entre as atividades trabalhadas e o currículo escolar, o que pode tornar o evento uma atividade isolada dentro do processo pedagógico. Embora as parcerias mencionadas sejam de grande relevância e ofereçam oportunidades significativas aos estudantes, as ações precisam ser integradas ao currículo e à diversidade de experiências para que possam ampliar os conhecimentos de forma significativa e crítica.

- De que forma o departamento envolve a comunidade local e os familiares dos estudantes nas atividades de Educação Patrimonial?

“A comunidade local e os familiares dos estudantes onde o professor em sala, faz o trabalho dele e manda as pesquisas para ver se as pessoas em casa conhecem, sabem onde fica, sabe contar alguma história sobre os patrimônios que tem, né? No município, né?” (R#1).

Como eu te falei a gente faz semana do museu, feira, essas abordagens com material de difusão do departamento, trazendo um diálogo individualmente com cada pessoa, às vezes juntas, formam um grupo, as estagiárias também. Então é a nossa forma de abordar aí a comunidade local (R#2).

A prática relatada por R#1, embora tenha sua valia, se apresenta como uma abordagem teórica e informal. Fica, portanto, uma lacuna de ações efetivas que promovam a participação

prática das famílias, principalmente no que se refere ao patrimônio produzido nas famílias e nas comunidades. A abordagem relatada por R#2, com o evento proporcionado aos frequentadores da Feira da cidade, estabelece um canal direto de comunicação com a comunidade. Isso pode facilitar a compreensão e valorização do patrimônio local.

Nos relatos apresentados e nas iniciativas mencionadas, percebe-se que há pouca integração com as famílias. Além disso, as abordagens trazem uma ideia de patrimônio cultural material, dissociado dos elementos imateriais que estão presentes em todos os grupos comunitários. Nesse sentido, as práticas deixam de fortalecer o senso de pertencimento em relação ao patrimônio local.

- Quais são os maiores desafios que o município enfrenta para implementar a Educação Patrimonial nas escolas e garantir a preservação do patrimônio cultural?

Ao ser perguntada sobre os desafios encontrados para implementar a EP, a representante R#1 ressalta novamente a volta aos cuidados com os mobiliários, destacando a necessidade de conscientizar os alunos a cuidarem dos bens públicos.

É de fundamental importância trabalhá-los com os nossos meninos, ensinar a preservar, sabe? E aí, assim, a gente fica vendo algumas situações, você vê, quase todas as escolas ganharam mobiliários novos em 2021, tem escola que você chega e parece que o mobiliário tem 10 anos. É um cuidado que a gente precisa ter (R#1).

Para R#1, existe uma ausência de uma parceria sólida entre o setor educacional e de cultura do município, o que dificulta a implementação de ações eficazes na prática da EP na rede de ensino.

(...) nosso maior desafio é formar essa rede de pessoas que queiram, para aí sim a gente começar a elaborar a forma de como implantar juntos, tanto a Secretaria de Educação como a Secretaria de Cultura. Eu acho que precisa de abrir uma parceria aí. Tem que ter essa parceria, as ações para todas as escolas agendadas, esse departamento vai até lá, leva palestrantes, a gente consegue levar convidados também, às vezes com algum tema específico, mas precisa da iniciativa também do Departamento da Secretaria de Educação” (R#2).

Conclui-se, com as entrevistas acima, que o município de Viçosa carece de uma política de valorização e implementação da EP nas escolas da rede municipal de forma estruturada e integrada entre os setores de educação e patrimônio. Esta integração precisa mobilizar a

comunidade e estabelecer uma rede de apoio estratégica para garantir o sucesso das iniciativas estabelecidas.

É necessário, portanto, o investimento em cursos, palestras e materiais educativos para que os educadores fiquem mais informados e possam desenvolver atividades relacionadas ao tema de forma segura, estimulando os estudantes a conhecerem e valorizarem os saberes produzidos pelos seus ancestrais, familiares e comunidade em geral.

Capítulo 4:

PROPOSTA DE PRODUTOS: COLOCANDO A LINHA NA AGULHA

Iniciar um processo exige paciência e cuidado. Assim como colocar uma linha na agulha, o trabalho com EP deve estabelecer uma conexão cuidadosa com o patrimônio cultural para que as práticas educativas sejam desenvolvidas dialogando com toda a comunidade escolar e traga resultados significativos e satisfatórios a todos os envolvidos.

A fim de implementar essa metodologia, aos educadores cabe o entendimento básico do patrimônio, história, memória e identidade, para que, a partir de então, possa iniciar um processo de entendimento e valorização do que é culturalmente relevante para os educandos, considerando o contexto e a faixa etária dos alunos atendidos. Como numa costura, essa ação pedagógica deve ser planejada para que o aprendizado não seja superficial, mas proponha reflexão, respeite as histórias, as tradições e os significados culturais, levando o educando a perceber que também é parte integrante e colaborador dessa trama de conhecimentos.

Ao aliar teoria (conceitos e valores) e prática (atividades, visitas, projetos), a EP deve ter como propósito a educação das novas gerações para que estas compreendam e respeitem o patrimônio, tornando a ação educativa relevante, dinâmica e comprometida com a realidade vivenciada por elas. “Costurando” o presente das crianças da escola da Colônia ao legado cultural do passado, propõe-se, a partir dessas constatações, algumas propostas de produtos desenvolvidas com a participação de professores, alunos, familiares e de outras pessoas que fizeram parte da história da escola em estudo.

4.1 ABC PATRIMONIAL: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS

Observamos durante esta trajetória, juntamente com os professores, que os livros didáticos de História e Língua Portuguesa adotados pela rede municipal contemplam diversos conteúdos relacionados à EP. Capítulos que trabalham a história dos objetos, relatos de memória, cultura local numa perspectiva histórica, valorizando o patrimônio, a identidade e a memória, são explorados de maneira satisfatória desde o primeiro ano até o quinto ano do Ensino Fundamental.

Como forma de aprofundar ainda mais o conhecimento envolvendo a EP nessas turmas, foi proposto nos grupos de *WhatsApp* que os familiares enviassem nos grupos das turmas fotografias de objetos que contassem histórias presentes em suas casas ou de familiares, fotos de plantas, animais e tudo o que estivesse ligado aos conhecimentos passados pelas gerações

anteriores. Logo começaram a chegar fotografias, e algumas famílias se sentiram tão empolgadas que enviaram várias fotos, enquanto outras não se manifestaram diante da proposta.

“N. leu e tá numa empolgação aqui!” (Mãe de N. em resposta através de mensagem).

As fotos enviadas foram organizadas e impressas. Os seus respectivos nomes foram escritos em caixa alta com uma fonte maior para melhor visualização e levadas para a sala de aula. Em sala de aula, reuniram-se as turmas de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos para fazer a atividade.

Os alunos foram colocados em um grande círculo para que toda a atividade fosse vista e acompanhada por todos. A professora iniciou falando aos alunos sobre a importância de conhecer a história dos objetos, de valorizar a sua utilidade em determinado tempo histórico, da preservação e da relação com o passado e o presente, conectando diferentes épocas, culturas e modos de vida.

Essa atividade tem a intencionalidade de trabalhar conceitos de patrimônio ligados à vida dos alunos, familiares (sua origem, seus pais, avós), lugares (territorialidade), identidade etc. É importante ressaltar que durante as apresentações e falas envolvendo as imagens ali dispostas, todos deveriam respeitar tanto o significado quanto o seu percurso no tempo e nos espaços de experiências.

Foi apresentado aos alunos um grande livro feito em papel cartão, com as letras do alfabeto coladas e que eles ajudariam a confeccionar esse livro com as imagens e palavras ali dispostas. As fotos e as palavras foram colocadas no meio do círculo e os alunos deveriam pegar palavras e imagens aleatórias.

Figura 28 - Alunos pegando imagens e palavras



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Logo começaram a fazer a leitura e observar as imagens. Algumas já eram conhecidas e outras não. Foi bonito ver os dedinhos de quem ainda está iniciando a leitura tentando ler as palavras, enquanto outros já conversavam com o colega ao lado sobre a palavra e a imagem que havia pegado.

Logo após, seguindo a ordem alfabética das palavras, os alunos que tinham palavras iniciadas com a letra A deveriam se levantar, ir até o meio da roda e fazer a leitura. Depois deveriam, junto com os demais alunos, colocá-las em ordem alfabética. Esse grupo retornava ao seu lugar, enquanto os alunos que tivessem essas imagens deveriam se levantar e ir até o meio para colar as imagens e as palavras no livro. Cada imagem era mostrada para a turma e quem soubesse alguma informação sobre ela deveria falar. Alguns diziam: “Na minha casa tem isso”.

As professoras complementavam a atividade com algumas informações ou curiosidades, levantando algumas hipóteses sobre o objeto: de que material era feito, em que local e em quais atividades eram utilizados.

Figura 29 - Alunos lendo as palavras e colando em ordem alfabética



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

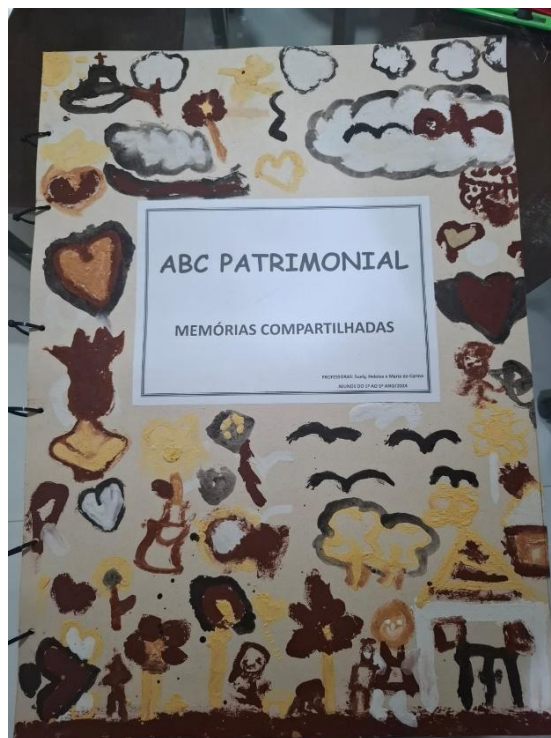
Além das imagens, algumas famílias enviaram objetos para os filhos apresentarem na sala, como: cuia feita de cabaça, folhas de plantas, como o alecrim e o assa-peixe, urucum e um coité, que é uma fruta grande muito utilizada antigamente como vasilha para colocar a comida. Um aluno disse que na casa dele tem uma árvore desse fruto e que o pai deixou secar a fruta e serrou, fazendo cuias para ele e seus irmãos fazerem as refeições: “Meu pai disse tia, que o meu bisavô comia com essas vasilhas porque na casa deles só tinha dois pratos que eram para servir as visitas e que comiam com as mãos, sem colher”.

Nesse momento, a professora H. indagou aos alunos de onde vinham esses costumes e falou que a palavra coité vem do Tupi e quer dizer vasilha. Logo um aluno respondeu: “Então deve ter vindo dos indígenas e escravizados”. Ela confirmou a fala do aluno e levou os alunos a refletirem sobre a dificuldade dos antepassados em ter alimentos e até mesmo onde colocar a comida para se alimentar.

Durante a atividade, notou-se que muitos dos objetos são conhecidos pelos alunos, pois vivem na zona rural e costumam vê-los em casa, na casa dos avós ou outros parentes. Quando chegou na letra F, havia a imagem de um fogarelo, objeto usado para esquentar marmita na roça. Nesse momento, o aluno C. relatou: “Meu pai fez um desse com uma lata de sardinha. Ele coloca álcool e gravetos, acende o fogo e minha mãe esquentava a marmita quando está na lavoura pra ‘panhá’ café”.

Em outro momento, com as imagens já coladas, os alunos foram convidados a escolher um título dentre alguns apresentados para o livro. O título escolhido foi *ABC Patrimonial: Memórias Compartilhadas*, pois, segundo eles, foram “memórias de muita gente que ajudou a formar o livro.” Depois disso, cada aluno fez um desenho para ilustrar a capa, utilizando tinta feita à base de solo. A terra utilizada foi trazida pelos alunos e algumas de um kit doado para a escola pelo Museu de Solos da UFV.

Figura 30 - Pintura da capa do livro



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Para finalizar, uma aluna do 5º ano sugeriu que fosse colocada uma foto dos alunos na segunda capa. Assim, foram mostradas aos alunos diversas fotos de atividades na escola e eles escolheram uma foto tirada durante a visita à comunidade do Córrego São João durante a atividade Escola Itinerante. Por fim, todos escreveram seu nome abaixo da foto e o livro passou a fazer parte do acervo da escola, tornando-se um objeto de observação e leitura para toda a

comunidade escolar. Vale ressaltar que algumas letras não foram preenchidas porque não chegaram fotos e no próximo ano a proposta é dar continuidade ao livro.

Nessa atividade foram contempladas as quatro etapas da metodologia em EP: observação, registro, exploração e apropriação, uma vez que os alunos puderam manusear, sentir o cheiro de alguns objetos, registrar as imagens através de fotos com as famílias, foram feitos questionamentos e levantamento de hipóteses a respeito dos objetos e por fim se apropriaram através da construção do livro.

Durante a semana, famílias que ainda não tinham enviado fotos, a partir das falas dos alunos, resolveram mandar algumas fotos. Uma delas foi bastante interessante porque durante a construção do livro uma professora falou a palavra “tarimba” e explicou que era um fogão aberto por baixo. Um aluno disse que na casa dele tinha e enviou uma foto bastante interessante, o que nos leva a refletir que ainda nos dias de hoje tão próximo de nós ainda há famílias com tão pouco.

Figura 31 - Imagem de um fogão (tarimba)



Fonte: Enviada pela família do aluno B.

Os resultados obtidos evidenciam que o processo vivenciado por alunos, educadores e professores não foi apenas informativo, mas formativo, proporcionando uma imersão no

reconhecimento dos bens culturais locais. De modo satisfatório, a atividade despertou nos participantes uma nova consciência sobre o patrimônio cultural, sob uma perspectiva mais crítica e significativa. O trabalho contribuiu, ainda, para uma análise reflexiva a respeito dos bens culturais, que são compreendidos em seus contextos históricos, sociais e emocionais, contribuindo para uma percepção ampliada de seu valor.

Finalmente, os envolvidos demonstraram atitudes de respeito e valorização, revelando que a experiência não apenas gerou conhecimentos, mas influenciou comportamentos, promovendo um compromisso ético com a preservação do patrimônio cultural, refletindo o verdadeiro propósito da Educação Patrimonial: formar cidadãos que valorizem sua herança cultural e se reconheçam como parte integrante da cultura produzida nos espaços de suas experiências e vivências.

4.2 CAPACITAÇÃO PARA EDUCADORES: TROCA DE SABERES

Quando você compartilha o saber, o saber só cresce. É
como as águas que confluenciam.

Nêgo Bispo

A escola é o principal ambiente na formação de caráter cultural. Ao trabalhar com a EP utilizando o patrimônio local como fonte de conhecimento, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda do seu patrimônio histórico e cultural de sua própria comunidade. Dessa forma, as práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços formais e informais podem gerar uma série de resultados positivos, desenvolvendo nas crianças a consciência crítica e cidadã numa perspectiva crítica e reflexiva, reconhecendo-se como parte da história, o que fortalece o sentimento de identidade e pertencimento ao local onde se vive.

Nesse sentido, o esforço empreendido até aqui fortalece a premissa de que a EP se constitui de uma importante ferramenta que, além de promover conhecimento, carece fazer parte do planejamento de todas as escolas, começando pelo setor de educação, no sentido de promover aos educadores mais informações sobre essa prática, a fim de levar um ensino fundamentado no cotidiano e na história de vida dos educandos.

Partindo desse pressuposto, foi oferecido aos educadores da escola da Colônia um minicurso em dois encontros com duração total de 6 horas. O primeiro módulo foi feito em uma hora-atividade (momento de encontro de professores que acontece quinzenalmente entre os educadores), quando foi apresentada a eles a proposta do trabalho de mestrado, seus objetivos, a linha de pesquisa e a temática envolvida, contando com a participação de 18 educadores. No

segundo momento foi feita uma discussão mais aprofundada do que é EP e como essa proposta pode ajudar na prática pedagógica dentro e fora da escola e teve a participação de 15 educadores.

Figura 32 - Cartaz de divulgação no grupo da escola



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Para divulgar a capacitação para os educadores, foi enviado no grupo de *WhatsApp*, com autorização da gestão escolar, o *folder* acima. O cartaz foi ilustrado com algumas fotos de momentos vivenciados durante esse trabalho e foi bem apreciado pelos educadores.

Para iniciar esse segundo momento, foi perguntado aos educadores o que entendiam sobre o que é patrimônio cultural. “Pra mim são os museus, igual tem o de Arthur Bernardes, as igrejas históricas, mas também pode ser o conhecimento trazido pelo povo, os costumes...” (P. 1).

Percebe-se que a fala apresenta uma explicação que engloba o patrimônio cultural material, quando menciona os museus e igrejas históricas que possuem valor histórico, fazendo parte da cultura artística de um determinado local. No entanto, refere-se também ao patrimônio imaterial, quando menciona os conhecimentos e costumes produzidos pelo povo, ou seja, ao conceituar o que é patrimônio, a participante demonstrou ter um conhecimento abrangente sobre o patrimônio cultural e sua importância para a identidade cultural de um grupo.

Em relação ao que venha a ser memória e identidade dentro do conceito de patrimônio, tivemos respostas como: “Memória é o que as pessoas guardam de conhecimentos que

adquiriram com as pessoas mais velhas e que podem ensinar para as outras gerações” (P. 2). Ao relacionar memória com os conhecimentos passados pelas gerações passadas, a participante deixa claro a importância dessas pessoas como guardiãs dos saberes e que elas desempenham um papel crucial na transmissão desses valores e costumes para as gerações mais novas, fortalecendo os laços comunitários, garantindo, assim, a continuidade da tradição.

“Identidade, eu acho que é o que a gente traz de bagagem das pessoas que convivemos. É reconhecer a nossa origem negra, indígena, branca, os grupos que deram origem ao que somos hoje, essa mistura” (P. 3). Ao mencionar e reconhecer as nossas raízes como fundamentais para a construção da nossa identidade, a fala nos lembra da importância da valorização e respeito às diferentes identidades, o que ainda é um desafio para muitas pessoas na construção, afirmação e reconhecimento das heranças do grupo a qual pertencem.

Prosseguindo com o curso, foi apresentada aos participantes a metodologia da EP, quando surgiu e qual a sua importância dentro das práticas pedagógicas. Discutimos sobre a EP e a interdisciplinaridade nas disciplinas e conteúdos trabalhados, patrimônio material e imaterial, a relação da EP com os documentos orientadores como os PCNs, a BNCC e o CRMG e as etapas dessa metodologia: observação, registro, exploração e apropriação.

Figura 33 - Apresentação do livro *ABC Patrimonial: Memórias Compartilhadas*



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Durante a apresentação das etapas da metodologia EP, foi apresentado aos educadores que ainda não conheciam o livro *ABC Patrimonial: Memórias Compartilhadas*. A pesquisadora explicou a ideia do livro, relatando que durante a banca de qualificação, a professora Patrícia deu a sugestão de um livro grande. Todos acharam muito interessante e até sugeriram que a pesquisadora o apresentasse durante a defesa.

A professora Heloísa, que ajudou na construção do livro juntamente com seus alunos, se prontificou a explicar aos demais como foi essa construção, o que os alunos aprenderam e a participação das famílias, enviando as fotos e falando sobre a importância que foi para todos que participaram dessa atividade.

Durante toda a discussão, os educadores fizeram intervenções, dando exemplos de atividades trabalhadas em sala de aula em algum momento, mas que não sabiam se tratar da EP. Muitos educadores ainda entendem o trabalho com o tema patrimônio ligado a visitas a prédios tombados, igrejas históricas, museus etc.

Para apresentação dos slides, foram utilizadas fotos tiradas durante as atividades ou que foram enviadas por familiares. Uma delas, foi uma foto da planta funcho. Diante da foto, houve uma discussão enriquecedora a respeito dos chás e banhos feitos pelos antepassados, principalmente nos bebês e crianças pequenas, que hoje estão sendo esquecidos. Uma participante, relatou que na religião de matriz africana o banho com o funcho é muito comum: “Nas rezas africanas o banho e o chá de funcho são muito comum e servem como calmantes para o corpo e o espírito” (P. 5). Foram mencionadas outras plantas, como a guiné, a arruda, o carvão dentro do copo d’água, muito utilizados pelas benzedeiras nas rezas contra o mau-olhado e males do corpo e também a reza feita para a espinhela caída, usando uma fita amarrada na cintura.

Durante a conversa, falamos do porquê de as novas gerações não aprenderem essas práticas e, segundo algumas das participantes, a pessoa que detém o conhecimento precisa sentir que a outra está apta a receber tais ensinamentos e a pessoa que vai adquirir precisa se sentir segura para daí em diante continuar a prática desses conhecimentos tão importantes para a perpetuação desses saberes e costumes.

Para finalizar, foi proposto aos educadores a elaboração de mapas conceituais. Os mapas conceituais são diagramas que representam as relações entre os conceitos de uma disciplina ou tema, e são usados como didática para ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Assim, foram distribuídas palavras e frases dentro do contexto trabalhado e os educadores deveriam montar o mapa conceitual, como identificado a seguir.

Figura 34 - Cursistas montando o mapa conceitual



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Durante a construção dos mapas, a pesquisadora foi passando entre os grupos e orientando-os de acordo com os questionamentos surgidos. Foi muito interessante ouvir as conversas durante a montagem, pois verificou-se que todos estavam engajados na proposta trabalhada.

Os mapas conceituais produzidos pelos educadores tiveram a intenção de confrontar os conhecimentos anteriores e posteriores à capacitação oferecida, para que percebessem o quanto progrediram sobre o estudo da EP, permitindo maior reflexão, autonomia e responsabilidade sobre os resultados obtidos.

Após a montagem, cada grupo foi convidado a apresentar o seu mapa. Enquanto apresentavam, falaram da visão que tinham antes e depois da capacitação. Os cursistas deram exemplos de trabalhos feitos em sala de aula, sugeriram trabalhos que ainda poderiam ser feitos, inclusive de trabalhar com os alunos a construção de um canteiro de plantas medicinais na horta da escola, com mudas trazidas de casa, e envolver os ensinamentos dos mais velhos nessa temática.

Figura 35 - Cursistas apresentando os mapas conceituais





Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Durante as apresentações, os educadores demonstraram bom entendimento da temática, relatando a importância de levarmos ainda mais as comunidades para dentro da escola: pessoas que sabem contar histórias, que sabem ensinar algum ofício, que apresentam alguma arte ou cultura para que as gerações do presente aprendam a valorizar e se interessem em fazer parte desses saberes, sendo no futuro os multiplicadores dessas práticas. Os cursistas relataram, ainda, que somos privilegiados na escola que trabalhamos, pois os alunos demonstram interesse nos conteúdos trabalhados e que isso foi percebido durante as atividades que as turmas participaram.

Diante das discussões e interesse dos cursistas, a diretora sugeriu que na primeira reunião de 2025 os educadores pudessem discutir e traçar metas para que a EP passe a ser uma prática recorrente da escola da Colônia. Em síntese, a formação oferecida, as apresentações e argumentações dos educadores evidenciaram o comprometimento com a valorização dos saberes das comunidades e a importância de promover aprendizagens significativas que perpetuem práticas e ofícios tradicionais. As propostas que surgiram durante a troca de experiências reflete o engajamento em transformar essa abordagem em uma prática contínua, consolidando a escola como um espaço de troca de saberes e preservação cultural.

4.3 *INSTAGRAM* EDUCACIONAL: APROXIMANDO ESCOLA E COMUNIDADE

Vivenciamos uma intensa revolução tecnológica e de informações imediatas, que vêm promovendo profundas mudanças na sociedade. No entanto, a globalização pode facilitar o intercâmbio entre as culturas, compartilhando conhecimentos e aproximando as pessoas a locais e pessoas que fazem parte da sua memória.

Na escola em destaque, percebemos, através das conversas em rodinhas, que os alunos têm menos contato com o celular do que na cidade. Eles conhecem brincadeiras que aprenderam com os pais ou avós, sobem em árvores, nadam nos rios e córregos, brincam de casinha embaixo da árvore, andam de bicicleta nas estradas de terra, jogam bola nos campos das comunidades.

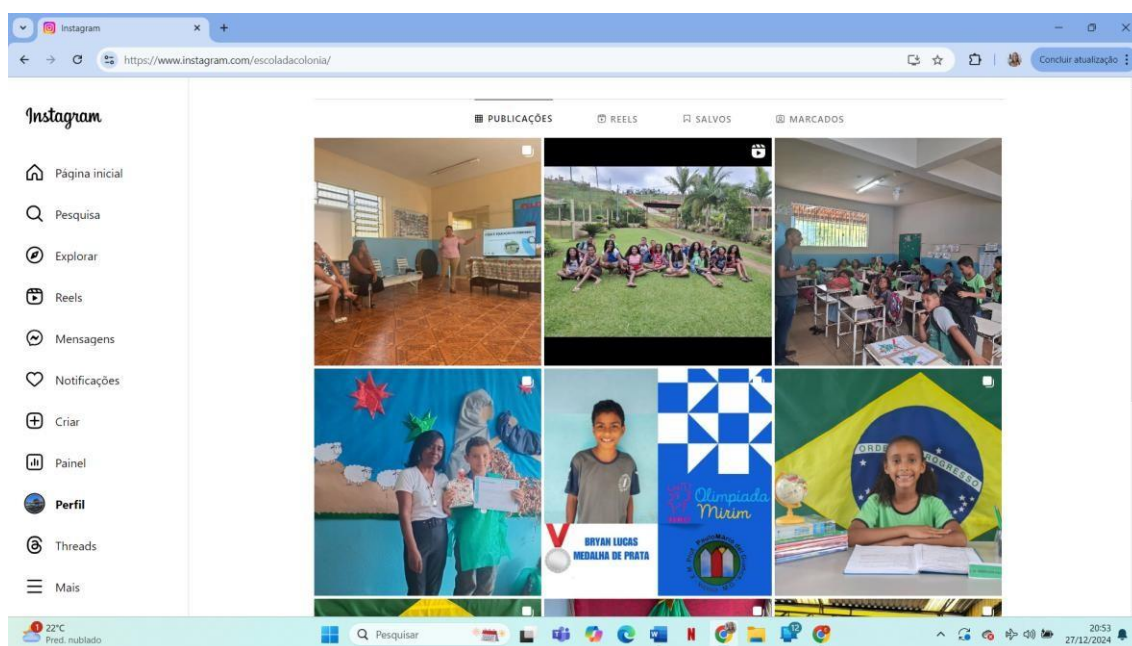
Como a escola fica distante das comunidades, o contato com as famílias é feito através de bilhetes ou recados no grupo de *WhatsApp*, por meio do qual também são feitas as postagens de fotos de atividades e eventos da escola. Pensando em aproximar as comunidades com a escola através de um conteúdo que fique exposto na plataforma de mídia social e possa ser visualizado a qualquer momento, criamos uma página no *Instagram*¹⁵ para divulgar as atividades escolares.

Além dessa aproximação, o intuito é que outras pessoas que fizeram parte da história da escola tenham acesso, promovendo um engajamento de toda a comunidade escolar e valorizando as ações desenvolvidas por alunos e educadores. Durante os encontros da hora-atividade, foi decidido que as publicações regulares podem ser fotos, vídeos dos projetos, eventos, apresentações e oficinas realizadas dentro e fora da escola. O *link* foi compartilhado no grupo de *WhatsApp* para que os familiares curtam, comentem e compartilhem a página com familiares e amigos.

Para dar um efeito visual atrativo, a sugestão é que sejam criados *designs* atrativos com ferramentas como Canva, para posts e stories, e uso de *hashtags*, como #EscolaeComunidade, #JuntosSomosMaisFortes. Para engajar ainda mais o público, sugere-se promover enquetes e caixas de perguntas no stories, estimulando a participação dos alunos, familiares e comunidade em geral, para que valorizem as conquistas dos alunos.

Manter a página atualizada e divulgar nos stories os projetos como horta, jardinagem e outros que são trabalhados na escola, fortalece o vínculo com a escola e mostra que as atividades desenvolvidas na escola têm um impacto positivo na formação integral dos alunos.

¹⁵ Link de acesso à página do *Instagram*:
<https://www.instagram.com/escoladacolonia/profilecard/?igsh=YThzMDNlcnhnMDhl>

Figura 36 - Visualização da página do *Instagram* com algumas postagens

Fonte: Print do *Instagram*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Promover e discutir a EP na escola da Colônia foi com certeza um marco para essa instituição, para os educadores, alunos e comunidade em geral. Não foi uma tarefa fácil, mas ao longo do caminho tornou-se uma pesquisa fascinante à medida que ia produzindo práticas, conhecimentos e resultados positivos. Em síntese, podemos apresentar o melhor resultado, diante de condições que tínhamos, como a dificuldade em chegar às comunidades devido às distâncias e principalmente em aliar trabalho, planejamento e pesquisa ao mesmo tempo.

Posto isto, a presente pesquisa se apresenta como uma reflexão necessária para que essa abordagem seja uma abertura para que o município de Viçosa, com a Secretaria Municipal de Educação e de Cultura, possa levar aos educadores conhecimentos através de cursos e cartilhas sobre a EP, fomentando nas escolas a sensibilidade e a incorporação dessa metodologia nas atividades curriculares escolares.

Agregar os conhecimentos locais aos conhecimentos tratados nos livros didáticos ainda configura uma importante falha no contexto educacional. Nessa construção, busca-se dar relevância ao que aconteceu de extraordinário e que tem um herói como protagonista em detrimento das lutas e resistência do povo, desconsiderando os acontecimentos locais e coletivos da população. É preciso ultrapassar a ideia pré-estabelecida de que as questões locais têm menor importância e contemplar o conhecimento do patrimônio cultural construído e vivido pelos alunos e seus conviventes.

Conhecer e reconhecer o patrimônio cultural é crucial para alimentar a valorização e o cuidado com o que os nossos antepassados construíram e deixaram como legado para as gerações atuais e as vindouras. Nesse contexto, a EP, como metodologia em uma escola, desempenha um importante papel para esse fortalecimento, resgatando tradições e construindo uma consciência crítica cidadã, conectando educadores, comunidades e educandos às suas raízes, histórias e saberes em comum.

Essa integração de disciplinas tem como foco a ampliação e compreensão dos estudantes sobre o patrimônio cultural, promovendo aprendizados que ultrapassam os muros da escola, conectando teoria e prática. Integrando essa abordagem ao currículo numa perspectiva interdisciplinar, os educadores criam espaços para o diálogo sobre o pertencimento e a memória coletiva, permitindo que os estudantes valorizem a sua cultura e se tornem agentes participativos e ativos na preservação desse legado.

Projetos pedagógicos, planejados pela gestão e demais educadores, podem incluir visitas a locais históricos, lugares da comunidade, entrevistas com moradores mais antigos, registros

orais e produção de materiais, como livros, documentários ou exposições que retratem o cotidiano local. Nesse sentido, uma escola do campo, como a Colônia, tem o privilégio de estar inserida num contexto rico em tradições e práticas culturais particulares.

Além disso, a EP contribui para a construção de uma visão crítica em relação aos desafios enfrentados nas comunidades, como o êxodo das pessoas do campo para as cidades, a descaracterização dos espaços, assim como os desafios para estudar e manter as escolas no campo, como é o caso da escola da Colônia.

No que tange aos conhecimentos dos educadores sobre o patrimônio cultural, ficou evidente que não há uma familiaridade com o assunto. Em relação à EP, ficou evidente que antes da apresentação desta pesquisa na escola, nenhum educador havia ouvido essa expressão, mesmo que em algum momento já tivesse desenvolvido práticas que envolvessem essa temática, nem que seja de maneira superficial, sem conexão com os conhecimentos culturais locais, seguindo somente o conteúdo proposto nos livros didáticos.

Grande parte dos educadores interpretam o patrimônio cultural como o estudo sobre edificações históricas, visitas a museus e monumentos. Nesse contexto, fogem dos aspectos relacionados aos saberes comunitários, expressões religiosas de todas as instâncias, artísticas e do dia a dia dos grupos comunitários, que também constroem e fazem parte da memória coletiva, mas não recebem a devida valorização.

O pouco conhecimento dos professores demonstra a falta de políticas públicas e incentivo para capacitações que amenizem essa situação e possam levar mais conhecimento aos alunos. O conhecimento adquirido em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas teve resultados relevantes tanto para os educadores quanto para os alunos, pois indicaram que esta iniciativa estreita a relação entre a comunidade e a escola, sensibilizando os alunos para a valorização dos conhecimentos produzidos na família e na comunidade e melhorando a aprendizagem, pois o que é significativo aumenta o interesse dos alunos e consequentemente melhora o aprendizado.

Para os educadores, esta pesquisa serviu como base para a busca de conhecimentos sobre essa metodologia e a inserção dela nas práticas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula. Aqueles que fizeram parte da escola e nela construíram memória, deixaram sua marca neste trabalho através de suas narrativas, que vão muito além de simples relatos históricos. Ao trazer seus conhecimentos para o centro do processo pedagógico, não apenas preservam o legado, mas inspiram os estudantes a compreender e desenvolver um senso de pertencimento e respeito por quem contribuiu para o crescimento e fortalecimento da escola e da comunidade.

Esta pesquisa proporcionou contribuições fundamentais: a EP é uma metodologia possível de ser realizada em todas as escolas em parceria com o setor público municipal, para que os educadores adquiram mais conhecimentos através de oficinas, palestras, campanhas educativas que contemplem escolas e comunidades. A prática pedagógica bem planejada, com atividades dentro e fora da escola, proporciona aprendizagens e resultados promissores para alunos e professores e pode envolver todas as etapas do processo educativo.

Por fim, podemos explicitar que este trabalho aponta que a EP, como ferramenta pedagógica, pode sustentar a utilização do patrimônio cultural local como instrumento de ensino de forma crítica e reflexiva na produção de conhecimentos e valorização das riquezas produzidas no contexto em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, 2).

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Identidade. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais - ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CHRYSOSTOMO, M. I. de J. ., & SANTOS, H. M. G . (2021). Que venham os imigrantes! Crise política e questão imigratória em Minas Gerais e Rio de Janeiro no alvorecer da República. *Caminhos de Geografia*, 22(81), 127–149.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Tainara Aparecida. **A comunidade negra rural “Pau-de-Cedro”**: pluralidade espacial, desafios e possibilidades. 2017. 68f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 08 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: Programa Mais Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&Itemid=30192-. Acesso em: 24 jun. 2024.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade**. Florianópolis: Interações, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, 2018. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34958005002>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**. Disponível em: <https://ensinodehistoriaepatrimonio.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/07/educac3a7c3a3o-patrimonial-nas-escolas-aprendendo-a-resgatar-o-patrimc3b4nio-cultural-e28093-allana-pessanha-de-moraes.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

NORA, P. Mémoire et Histoire. In: P. Nora (Dir.), **Les Lieux de Mémoire: la République, la Nation, les France** (p. 23-43). Paris: Gallimard, 1997.

PINTO, Maria Helena. **Evidências patrimoniais para a educação histórica: uma experiência educativa no Centro Histórico de Guimarães**, 2007, p. 173.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à arquivologia**. 2.ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

SARAMAGO, José. **Cadernos de Lanzarote**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SMITH, L. **Uses of heritage**. New York: Routledge, 2006.

SOUTO DIAS NETO, F.; DIAS, C. M. B. F. Territórios possíveis para uma pedagogia significativa: o caso da Educação Patrimonial. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 03, p. 546–560, 2023. DOI: 10.59616/cehd.v1i03.314. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/314>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TEIXEIRA, Clotildes Avellar. **Festas populares em Belo Horizonte: um estudo das práticas culturais e as suas transformações no contexto urbano**. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

TOLENTINHO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: IPHAN-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2013. (Caderno Temático 3).

TOLENTINHO, Átila Bezerra. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: TOLENTINHO, Átila Bezerra.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático, 5). Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf Acesso em: 8 jun. 2024.

TOLENTINHO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professores e professoras em diálogo com Paulo Freire. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 63, n. 19, p. 107-116, 2022.

UNESCO. **Patrimônio mundial no Brasil**. 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/node/108110>. Acesso em: 8 jun. 2024.

UNESCO. **Textos base Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention-Basic_texts_version_2012-PT.pdf Acesso em: 1º ago. 2024.

VIÇOSA. **Leis municipais**. Lei nº 989, de 21 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hivpd>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

ZIECH, Márcia Eliana. **Educação do campo e a construção da identidade territorial do aluno da escola do campo do Distrito de Cândido Freire – Giruá (RS)**. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa de título **“ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MG”**. Esta pesquisa resultará em um trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. No presente estudo pretendemos entrevistá-lo com vistas a entender a importância que a Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice teve no passado, tem no presente, o saber produzido pela instituição, e os motivos para implementação da Educação Patrimonial, no intuito de preservar a memória e sentir-se pertencente a essa história.

A presente pesquisa traz um olhar sobre a Educação Patrimonial na Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice, localizada na comunidade rural denominada Colônia Vaz de Melo, em Viçosa, MG, a partir da perspectiva de vivências que dialogam com a interação da comunidade escolar, do resgate histórico da referida escola e os saberes produzidos na escola, nas turmas de 1º ao 5º ano.

Entender as transformações ocorridas e a história local, constitui um importante instrumento de despertar e resgate da memória no sentido de perceber os elementos constitutivos da memória, identidade e patrimônio de uma coletividade.

As entrevistas acontecerão de forma presencial, explicitamente informado aos participantes da pesquisa por meio do TCLE (dentre outros aspectos, permissão para gravação, autorização de uso de imagem e de voz, direitos de personalidade). Continuará garantido ao(s) participante(s), o sigilo dos dados e o seu direito de deixar retirar o consentimento e a não divulgação dos dados coletados na entrevista.

Para esta pesquisa, adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos: serão reunidas todas as informações disponíveis para em seguida realizarmos as entrevistas com base no roteiro preestabelecido, que servirá de guia à conversa. Cada entrevista terá duração de aproximadamente trinta (30) minutos e será registrada em gravador para garantir maior precisão na análise das falas e evitar interpretações equivocadas e destoantes. Caso o/a participante não se sinta à vontade com a gravação da entrevista, esta poderá ser feita por meio do registro escrito dos pontos mais relevantes. Os registros coletados dos participantes serão de extrema importância para compreender a relevância da importância da Educação Patrimonial, permitir o desenvolvimento da pesquisa e conclusão do trabalho. Informamos que esta pesquisa não contém riscos graves à vida e à saúde dos/das participantes, porém,

poderá despertar memórias resguardadas pelo indivíduo. Caso desperte memórias incômodas aos participantes, serão tomadas medidas que diminuam tais riscos como: interromper imediatamente a entrevista e dar todo o suporte necessário, favorecendo a saúde e o bem estar do/da participante. Com o objetivo de deixar claro o reconhecimento das diretrizes e das normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, este projeto anseia explicitar e assegurar que a realização dessa pesquisa não irá gerar benefícios apenas ao pesquisador e à comunidade acadêmica, mas também aos participantes, pois contribuirá para registrar festa de grande relevância para a comunidade. Todos/todas os/as participantes terão conhecimento dos procedimentos a serem realizados durante a pesquisa e poderão ter acesso ao produto realizado. Com isso, cada participante poderá reconhecer a importância de sua colaboração e considerar-se sujeito atuante nesse processo. Ao participar desse estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira que envolva este projeto, uma vez que, essa pesquisa não visa fins lucrativos. Se depois de consentir em participar o Sr.(a) desistir de continuar com sua colaboração, terá o direito e a liberdade de retirar seu depoimento, seja antes, durante ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa, além de ter direito a indenização por danos comprovados decorrentes da pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e somente publicados mediante sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no endereço que se encontra no final deste documento e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de cinco (5) anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à **Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde**, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa " **ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MG** " de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de

consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Pesquisador Responsável: Angelo Adriano Faria de Assis

Endereço:

Telefone: 31 9281-3567

E-mail: angeloassis@ufv.br

Pesquisador Assistente: Suely Maria Rodrigues Dias

Endereço: Rua Aristeu Fernandes, 181/101, São José, Viçosa, Minas Gerais.

Telefone: (31) 99726 6931

E-mail: suelyrodrigues17@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFV Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário Cep: 36570-900 Viçosa/MG Telefone: (31)3899-2492 Email: cep@ufv.br www.cep.ufv.br

Viçosa, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do/da Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM FAMILIARES DOS ATUAIS ALUNOS

Nome:

Idade:

Função atual:

- 1- Quais tradições ou histórias de família foram passadas de geração em geração e você considera importantes para preservar a cultura na família e comunidade local?
- 2- Existem objetos, artesanatos ou construções na comunidade que representam o modo de vida de antigamente? Como você se sente em relação a eles?
- 3- Como você vê a importância de ensinar às crianças e jovens da família sobre as tradições e a história da comunidade rural?
- 4- Em sua opinião, quais ações seriam necessárias para que o patrimônio cultural local fosse mais valorizado e preservado pelas próximas gerações?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Tempo de serviço na educação:

Função atual:

1. Quais ações o departamento de educação e cultura desenvolve para promover a valorização e a preservação do patrimônio cultural local entre os estudantes?
2. Como a Educação Patrimonial é inserida no currículo das escolas municipais, especialmente no Ensino Fundamental?
3. Existem parcerias com instituições culturais, como museus ou centros históricos, para enriquecer o ensino de patrimônio cultural nas escolas? Poderia dar exemplos?
4. De que forma o departamento envolve a comunidade local e os familiares dos estudantes nas atividades de Educação Patrimonial?
5. Quais são os maiores desafios que o município enfrenta para implementar a Educação Patrimonial nas escolas e garantir a preservação do patrimônio cultural?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A DIREÇÃO, SUPERVISÃO E PROFESSORES

1. Para você, o que é patrimônio cultural? Como você introduz o conceito de patrimônio cultural para os alunos, considerando a faixa etária e a compreensão deles?
2. Quais são os objetivos principais ao trabalhar a Educação Patrimonial com crianças dessa faixa etária?
3. Que tipo de atividades ou projetos você já desenvolveu para aproximar os alunos do patrimônio cultural local?
4. Em sua opinião, como a Educação Patrimonial pode contribuir para o desenvolvimento do senso de identidade e pertencimento das crianças?
5. Quais desafios ou limitações você encontra ao ensinar sobre patrimônio cultural para os alunos e como busca superar essas dificuldades?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM EX-ALUNOS DA ESCOLA

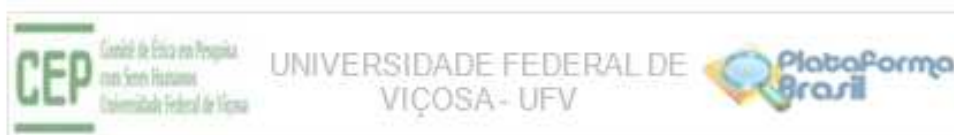
NOME:

IDADE:

FUNÇÃO ATUAL:

1. Em que ano estudou na escola?
2. Quais são as lembranças mais marcantes do tempo em que estudou na escola? Alguma atividade ou evento em especial?
3. Quais métodos ou estratégias os professores usavam para ensinar? Havia algo específico que tornava o ensino diferenciado?
4. De que maneira a escola abordava as tradições, a cultura ou a história local? Você sentiu que aprendeu sobre a cultura da comunidade?
5. Você acredita que estudar nesta escola teve impacto na sua identidade e no seu vínculo com a comunidade? Poderia explicar como?
6. Durante o tempo em que estudou, houve atividades práticas, visitas ou projetos que ajudaram a compreender o ambiente rural e a cultura local?
7. Em sua opinião, o que poderia ser feito para que as novas gerações valorizem a história e o patrimônio cultural da comunidade através da escola?
8. Quais desafios os professores e os alunos enfrentavam naquela época?
9. Há algum professor ou aula específica que marcou sua experiência na escola? O que tornou essa experiência especial ou inesquecível para você?

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MG

Pesquisador: Angelo Adriano Faria de Assis Área

Temática:

Versão: 1

CAAE: 78298924.3.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.780.464

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Grande Área 7. Ciências Humanas

As informações elencadas nos campos „Apresentação do Projeto“, „Objetivo da Pesquisa“, e „Avaliação dos Riscos e Benefícios“, foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_227144.pdf) e/ou do Projeto Detalhado:

RESUMO: O presente projeto apresenta uma proposta de discussão que propõe um aprofundamento das questões ligadas à educação patrimonial em uma escola municipal, localizada na zona rural de Viçosa, MG. Pretende-se esmiuçar e perceber as lembranças e esquecimentos presentes na identidade de pessoas que fizeram e ainda fazem parte da trajetória da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice. O projeto busca primordialmente possibilitar que as crianças possam realizar uma leitura do mundo que as rodeia, levando-as à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal na qual estão inseridas. Segundo Parreiras, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial deve possibilitar a valorização cultural em sua pluralidade e reforçar a autoestima dos indivíduos, já

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-577
UF: MG Município: VIÇOSA
Telefone: (31)3612-2318 E-mail: cep@ufv.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA - UFV



Catálogo de Projetos: 9.701-184

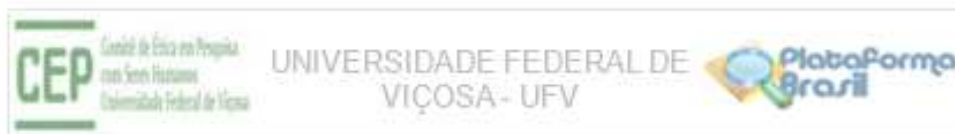
Página 01 de

que a preservação do patrimônio se relaciona à complexidade da construção histórica de uma determinada sociedade. Tem como objetivos perceber as lembranças e esquecimentos presentes na memória coletiva daqueles indivíduos (pais, professores e moradores locais) que fizeram e fazem parte da trajetória da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice. Analisar o modo pelo qual as competências e habilidades necessárias à compreensão do patrimônio cultural são abordadas nas disciplinas oferecidas na escola, visando a contribuir com o desenvolvimento de projetos pedagógicos para problematizar a dinâmica cultural local. Espera-se auxiliar com uma maior tomada de consciência por parte da comunidade local com relação à sua cultura. O trabalho abordará a educação patrimonial por meio de entrevistas com gestores, professores e pessoas ligadas à história da escola, análises de documentos textuais relacionados ao processo histórico da escola, assim como de fotografias, a fim de verificar toda a trajetória da escola, desde a fundação até à conjuntura atual e prática educativa com a realização de oficinas e práticas pedagógicas envolvendo alunos e professores. Essas abordagens têm como objetivo entender quais são as noções de patrimônio cultural e educação patrimonial desses sujeitos e como a prática pedagógica está relacionada ao exercício da cidadania dentro e fora do espaço escolar. Pretende-se promover curso de Formação Continuada para os professores, elaboração de um alfabetário (ABC PATRIMONIAL) incluindo palavras relacionadas a comidas, bebidas, plantas, lugares, objetos...que fazem parte dos costumes e cultura das comunidades. A ilustração será feita através de fotos ou ilustração pelos próprios alunos. E ainda, a escola itinerante, quando a escola fará visitas a uma localidade, levando todos os alunos das outras comunidades pertencentes à escola e lá serão feitas atividades envolvendo os alunos e a comunidade presente. A comunidade anfitriã será convidada a expor as suas atividades como artesanatos, produtos produzidos por pessoas da comunidade e que têm uma relevância cultural e na vida econômica das famílias.

METODOLOGIA: O presente trabalho abordará a educação patrimonial por meio de entrevistas

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-877
UF: MG Município: VIÇOSA
Telefone: (31) 3612-2316 E-mail: oesp@ufv.br

18



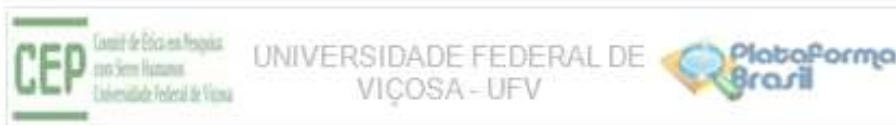
Contratado(a): 001 Partes: 0 70% 40%

Página 02 de

orais com gestores, professores e pessoas que estiveram ligadas à história da escola. Ao todo serão feitas 40 entrevistas. Utilizar a História Oral como uma alternativa na realização deste estudo através de uma pesquisa qualitativa em que pesquisador e pesquisado mantenham-se em constante desenvolvimento, considerando e valorizando tudo o que o sujeito fala, é de extrema relevância, uma vez que o entrevistado relata o que há de mais importante em sua vida passada ou em sua experiência cotidiana. Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social (Ferreira, 1994, p. 9). Por se tratar de uma escola situada em um espaço rural que recebe diversas outras comunidades rurais, os alunos são oriundos de famílias simples e a pesquisa poderá revelar por meio da oralidade uma história de pessoas e comunidades que não está escrita em nenhum documento oficial. Nesse sentido, além de outras fontes de pesquisa, a entrevista gravada será utilizada para colher depoimentos desses sujeitos cheios de saberes e experiências. De acordo com Ferreira (1998, p. 4) A coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 40 com o jornalista Allan Nevins, que desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos. Fará ainda análises de documentos textuais relacionados ao processo histórico da escola, assim como de fotografias, a fim de verificar toda a trajetória da escola, desde a fundação até à conjuntura atual. Essas abordagens têm como objetivo entender quais são as noções de patrimônio cultural e educação patrimonial desses sujeitos e como a prática pedagógica está relacionada ao exercício da cidadania dentro e fora do espaço escolar. valorizar e proteger o patrimônio cultural, através de atividades pedagógicas, dentro de metodologias educativas, envolvendo a comunidade local.

3. HIPÓTESE: A hipótese é que a história da escola pode ser apagada em pouco tempo já que poucas pessoas da comunidade têm ciência de sua trajetória e que somente através dos registros obtidos através da oralidade dessas pessoas, será capaz de

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3612-2318 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Projeto: 0100-004

Página 133 de

resguardar e mostrar à geração atual o caminho percorrido pela escola até os dias atuais. Outra hipótese é que tanto a comunidade quanto os educadores em suas práticas trabalham e vivenciam sempre a educação patrimonial e o patrimônio cultural dentro da perspectiva em que estão inseridos. No entanto, os professores não têm a consciência de que algumas práticas desenvolvidas por eles se trata da educação patrimonial, bem como as práticas, conhecimentos e vivências da comunidade não são reconhecidas e nem valorizadas como patrimônio cultural.

4. CRITERIOS DE INCLUSAO/EXCLUSAO: Não informados.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores, Objetivo

Primário:

Possibilitar à comunidade o conhecimento da trajetória da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice, bem como a compreensão e o fortalecimento do sentido de pertencimento, respeito, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Objetivo Secundário:

Desenvolver um processo de conscientização permanente na comunidade escolar em defesa da educação patrimonial. Perceber as lembranças e esquecimentos presentes na memória individual e coletiva daqueles indivíduos (pais, professores e moradores locais) que fizeram e fazem parte da trajetória da Escola Municipal Professor Paulo Mário Del Giudice. Analisar o modo pelo qual as competências e habilidades necessárias à compreensão do patrimônio cultural são abordadas nas disciplinas oferecidas na escola, visando a contribuir com o desenvolvimento de projetos pedagógicos para problematizar a dinâmica cultural local. Espera-se auxiliar com uma maior tomada de consciência por parte da comunidade local com relação à sua cultura.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos:

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-877
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3813-2318 E-mail: cep@ufv.br

133



Continuação do Protocolo: 8, TIG-060

Página 04 de 06

Esta pesquisa se compromete com os termos éticos expressos na Resolução 466/12 e visa o respeito à dignidade humana, à autonomia e à liberdade dos envolvidos. Assume-se a existência de riscos que podem causar danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, e por isso todos os danos previsíveis serão evitados. Com este fim, será utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constarão os dados gerais do projeto explicitados em linguagem acessível, de forma a esclarecer os objetivos e a metodologia da pesquisa; os possíveis riscos a que os participantes poderão se expor, como por exemplo, constrangimento ou vexame de qualquer natureza; será assegurada total liberdade para recusar-se a participar a qualquer momento, além da garantia de sigilo e privacidade em relação às informações prestadas. Os participantes também receberão uma via do TCLE. Como estratégia para evitar que a entrevista questione sobre temas que possam gerar desconforto aos participantes esta não será conduzida de forma rígida, mas de forma a deixá-los se expressarem da forma como melhor preferirem sobre o tema questionado, mantendo, a todo o momento, o respeito para com as suas opiniões, valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos. Haverá todo o cuidado para se evitar qualquer despesa, dando ou prejuízo material ao participante, que receberá o devido ressarcimento ou indenização caso necessário.

e os seguintes Benefícios:

Com o objetivo de deixar claro o reconhecimento das diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, este projeto anseia explicitar e assegurar que a realização dessa pesquisa não irá gerar benefícios apenas ao pesquisador e à comunidade acadêmica, mas também aos participantes e envolvidos. Estes terão conhecimento dos procedimentos a serem realizados durante a pesquisa e poderão ter acesso ao produto realizado. Este trabalho também visa contribuir para a construção da memória institucional, pois reflete sobre a trajetória da E. M.

Professor Paulo Mário Del Giudice dando voz às pessoas que tiveram presente no início da trajetória da escola, seus aprendizados e dificuldades

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2318 E-mail: oap@ufv.br



Continuação do Parecer: S. 795-464

Página 15 de

vivenciadas naquele período. Pretende ainda, ouvir os professores e os familiares envolvidos na vida escolar dos filhos que hoje estudam na escola e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola que visam uma educação patrimonial. Com isso, cada participante poderá reconhecer a importância de sua colaboração e considerar-se sujeito atuante nesse processo. A pesquisa também pode contribuir para que outras pesquisas venham a se desenvolver e a enriquecer as discussões sobre a educação patrimonial em outras instituições escolares.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõem realizar uma pesquisa qualitativa, em nível de Mestrado, com financiamento próprio. Além de análise documental, serão realizadas entrevistas com 40 sujeitos na perspectiva da história oral. O início da coleta está previsto para abril de 2024 e o encerramento do estudo será em agosto deste mesmo ano.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram todos entregues de acordo com as normas do Sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Artur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2318 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Processo: 6.790.484

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Página 06 de

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_2271441.pdf	04/03/2024 15:18:16		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_atualizada.pdf	08/02/2024 20:42:27	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_2271441.pdf	15/01/2024 10:47:01		Aceito
Outros	Lattes.pdf	15/01/2024 10:45:39	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Outros	Lattes.pdf	15/01/2024 10:45:39	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DII.pdf	15/01/2024 10:34:12	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DII.pdf	15/01/2024 10:34:12	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Suely_assinado.pdf	15/01/2024 10:24:54	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Suely_assinado.pdf	15/01/2024 10:24:54	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PESQUISA.pdf	12/01/2024 21:00:12	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PESQUISA.pdf	12/01/2024 21:00:12	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado
Outros	Roteiro.pdf	12/01/2024 20:56:34	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	12/01/2024 20:56:34	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado
Brochura Pesquisa	PROJETO.pdf	12/01/2024 20:40:00	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO.pdf	12/01/2024 20:40:00	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.701/094

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/01/2024 20:38:52	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/01/2024 20:38:52	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	12/01/2024 20:36:49	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	12/01/2024 20:36:49	Angelo Adriano Faria de Assis	Postado

Página 07 de

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 12 de Abril de 2024

Assinado por:
Guilherme de Azambuja Pussieldi
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-877
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3812-2316 E-mail: asp@ufv.br

ANEXO B - LEIS MUNICIPAIS

1/1

LEI Nº 989, DE 21 DE JANEIRO DE 1994.

**DISPÕE SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO
DA ESCOLA ESTADUAL PAULO MÁRIO
DEL GIUDICE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transferida para o Poder Executivo Municipal a Escola Estadual Paulo Mário Del Giudice.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal passa a se responsabilizar pela manutenção, conservação das dependências e suprimento da merenda e do material escolar do estabelecimento referido no artigo anterior.

Art. 3º Os funcionários efetivos do quadro da unidade escolar passam a atuar em adjunção, com ônus da Secretaria Estadual de Educação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Viçosa, 21 de Janeiro de 1994

GERALDO EUSTÁQUIO REIS
Prefeito Municipal

ANEXO C - PÁGINA DA REVISTA *ESCOLA RURAL* DE 1962

ESCOLA RURAL		EXPEDIENTE
REVISTA TRIMESTRAL		
MESES DAS EDIÇÕES — MARÇO, JUNHO, SETEMBRO E DEZEMBRO		Administração e Redação:
Órgão da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais		Seção de Divulgação e Publicação
ANO IV — N.º 12		Serviço de Difusão Cultural
MARÇO DE 1962		
NESTE NÚMERO:		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Uma palavra aos leitores	Págs. 1	Composição e Impressão:
EDUCAÇÃO ECONÔMICA		Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial
Indústria caseira: — platinhas de batatas, platinhas de milho	2	
Boneco de carvão	3	Clichês:
CONTRIBUIÇÃO PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA		Fotografavura Minas Gerais
História do Sapo	5	
As vitaminas (dramatização)	6	Distribuição:
Clareira (poesia)	10	Gratuita às escolas rurais
A fonte da mata (poesia)	10	
CLUBES AGRÍCOLAS		Tiragem:
Grêmio Escolar	11	4.000 exemplares
Clube Agrícola	13	
NOSSO FOLCLORE		Direção:
A saide de lá (música)	17	Dyoné S. de Mendonça Jorge
O cravo brigue com a rosa (música)	17	
Xangô no Chocalho para a "Bandeira da Escola"	18	Ilustrações:
NOTICIÁRIO EDUCACIONAL		Lygia Gomes de Pádua
Noticiário Internacional de Educação	19	
Noticiário do país	20	COLABORAM NESTE NÚMERO:
Minas e a educação	20	Adalgisa Leite de Melo
SAÚDE E EDUCAÇÃO		Ana Furtado da Silveira
Como conservar bons dentes	23	Arlete Vieira Machado Rocha
A mesa de refeições	23	Dyoné S. de Mendonça Jorge
BENEFITORES DA HUMANIDADE		Elza de Moura
Albert Sabin	25	Lygia Gomes de Pádua
FALAR E ESCRIVER CORRETAMENTE		Maria da Conceição Souto
Ortografia	27	Maria Leão de Carvalho
POESIAS DO PROGRAMA		Niva Maria da Silveira Malta
A Boneca (1.ª série)	28	Rosa Naltarelli Viana
Caracatimbo (1.ª série)	28	Salvador Pires Pontes
Passarinho (1.ª série)	28	
Um ninho de floresta (1.ª série)	28	
DIRETRIZES EDUCACIONAIS DO GOVERNO		
Decreto n.º 6.465 (Reorganização do ensino elementar em zonas rurais)	29	
RECREAÇÕES EDUCATIVAS		
Jogos de numeração para o 1.º ano	33	
AULAS DE CATECISMO		
Programas	35	
BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA		
Sugestões de livros para adoção em escolas de zona rural	41	
GRANDES EDUCADORES DE MINAS GERAIS		
Homenagem à Prof.ª Helena Antipoff	45	
Vidas que inspiram	46	
ESCOLAS RURAIS		
Um testemunho	49	
Primeiro encontro entre a Secretaria da Educação e os diretores dos Centros de Treinamento para professores em Minas Gerais	50	
Educação primária na zona rural	54	
Mão-de-obra agrícola	54	
ENCICLOPÉDIA MIRIM		
AINDA NESTE NÚMERO:		
Posse do novo Secretário da Educação, Dr. José de Faria Tenreiro	55	
(Na próxima publicação sairá um noticiário mais detalhado sobre a sua posse).		

ANEXO D - PÁGINA DA REVISTA *ESCOLA RURAL* DE 1962 (2)

BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

Sugestões de Livros Para Adoção em Escolas
de Zona Rural

Departamento de Educação
Serviço de Estudos Pedagógicos
Seção de Programas e Livros Didá-
ticos/DEP-4

*Para a 1.ª série**Pré-livros*

- Os Três Porquinhos da coleção "As Mais Belas Histórias"
Lúcia Casasanta — Edit. Brasil S/A.
Sarita e seus Amiguinhos Ceci Cordeiro — Edit. Brasil S/A.

Cartilhas

- Cartilha Analítica Arnaldo Barreto — Ed. Melhoramentos.
Lalau, Lili e o Lobo Rafael Grizi — Editôra Brasil S/A.

Leituras intermediárias

- As Mais Belas Histórias Lúcia Casasanta — Editôra Brasil.
O Bonequinho Doce Alaíde L. de Oliveira — Livraria Fran-
cisco Alves.
A Bonequinha Preta Alaíde L. de Oliveira — Livraria Fran-
cisco Alves.
O Gatinho Minau M.ª José de Melo Paiva — Livraria
Francisco Alves.
Histórias do Chapéuzinho Vermelho . . Irene Lustosa — Edit. Brasil S/A.

Livros Básicos

- As mais Belas Histórias 1.º Livro — Lúcia Casasanta — Editôra
Brasil S/A.
Cirandinha Alaíde L. de Oliveira — Livraria Fran-
cisco Alves.
Uma História e Depois... Outras 1.º
grau Rafael Grizi — Edit. Brasil S/A.
A Vida de Maria Lúcia Rita Amil de Rialva — Livraria Fran-
cisco Alves